

UNIVERSIDADE ABERTA



Aprender a ser mãe e pai de uma filha e ou filho LGBT: o ativismo social e político das famílias

Maria Fernanda Alves da Silva Ferreira

**Departamento de Ciências Sociais e Gestão
Mestrado em Relações Interculturais**

2021

UNIVERSIDADE ABERTA



Aprender a ser mãe e pai de uma filha e ou filho LGBT: o ativismo social e político das famílias

Maria Fernanda Alves da Silva Ferreira

**Departamento de Ciências Sociais e Gestão
Mestrado em Relações Interculturais**

Orientação científica: Professora Doutora Cristina Maria Lopes Pereira Vieira

e

Coorientação científica: Professor Doutor Luís Filipe Oliveira Santos

2021

Resumo

Este trabalho de investigação foi desenvolvido com o objetivo de descrever as experiências de mães e pais com filhas e/ou filhos com orientação sexual, identidade e expressão de género não normativa. Procurou-se, especificamente, contextualizar o processo de tomada de conhecimento da orientação sexual ou identidade de género das/os filhas/os, explorar as experiências de ajustamento psicossocial subsequentes e discutir a articulação com a entrada no ativismo LGBT.

Em termos metodológicos, optou-se pela investigação qualitativa de cariz fenomenológico. Foram realizadas catorze entrevistas em profundidade a mães e pais com participação no ativismo LGBT, residentes em onze concelhos de Portugal Continental.

Os resultados, apoiados na análise de conteúdo, sugerem o ativismo como uma rede social de apoio a mães e pais com filhas e filhos LGBT, face à heteronormatividade e cisnormatividade vigente nas sociedades. A falta de modelos e referências de famílias com filhas/os não heterossexuais e não cisgénero revela ser uma problemática que traz angústia e sofrimento às famílias. Por isso, o conhecimento e confraternização entre pares aumenta as chances de mudança e transformação, não só no ambiente familiar como também no ambiente comunitário e social. O processo de ajustamento psicossocial e o empoderamento de mães e pais como ativistas no meio social e político legitima e dignifica as famílias com filhas e filhos LGBT, fazendo aumentar a visibilidade e a coragem de outras famílias em igualdade de circunstâncias.

Palavras-chave: Mãe, Pai, LGBT, Ativismo, Associativismo.

Abstract

This research work was developed with the aim of describing the experiences of mothers and fathers with daughters and/or sons with non-normative sexual orientation, identity and gender expression. Specifically, we sought to contextualize the process of becoming aware of the sexual orientation or gender identity of the daughters and sons, explore the subsequent psychosocial adjustment experiences and discuss the articulation with the involvement in LGBT activism.

In methodological terms, we opted for the qualitative investigation of a phenomenological nature. Fourteen in-depth interviews were conducted with mothers and fathers who participated in LGBT activism, residing in eleven municipalities in mainland Portugal.

The results, supported by content analysis, suggest activism as a social support network for mothers and fathers with LGBT daughters and sons, given the current heteronormativity and cisnormativity in societies. The lack of models and references of families with non-heterosexual and non-cisgender daughters and sons reveals to be a problem that brings anguish and suffering to families. Therefore, knowledge and fraternization among peers increases the chances of change and transformation, not only in the family environment but also in the community and social environment. The psychosocial adjustment process and the empowerment of mothers and fathers as activists in the social and political environment legitimizes and dignifies families with LGBT daughters and sons, increasing the visibility and courage of other families in equal circumstances.

Keywords: Mother, Father, LGBT, Activism, Associativism.

Dedicatória

Ao meu filho Pedro e à minha filha Sara

À Margarida Faria

À AMPLOSIG

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível, em primeiro lugar, sem o apoio financeiro do meu marido, pois no momento que frequentava o Mestrado de Relações Interculturais encontrava-me sem trabalho remunerado.

Agradeço de seguida à Universidade Aberta pela oportunidade concedida. Não me seria nunca possível concretizar este sonho numa Universidade de forma presencial.

À minha orientadora Professora Doutora Cristina Pereira Vieira, pelo apoio e excelente e rigorosa orientação – um precioso contributo que serviu para aumentar e aprimorar os meus conhecimentos.

Ao meu coorientador Professor Doutor Luís Filipe Oliveira Santos, sugerido pela minha orientadora, pela excelente coorientação e pela atitude de me levantar a moral quando me sentia mais insegura e desanimada.

A todas as Professoras e Professores do Mestrado em Relações Interculturais que passaram por mim, pelo rigor, motivação e enriquecimento académico.

À minha filha Sara, especialmente, e ao meu filho Pedro pelas longas e maçadoras revisões de texto.

Agradeço muito carinhosamente às mães e aos pais da AMPLOS que muito prontamente se disponibilizaram, com grande entusiasmo e seriedade, contribuindo assim para a realização deste trabalho.

À Conceição Zita, colega e amiga que ficou para a vida, pelo apoio moral e incentivo.

À minha gatinha Simone e aos meus dois gatos Matisse e Silvestre pelas longas companhias diurnas e noturnas ao longo do meu percurso académico.

Agradeço à vida e a todas as pessoas boas e maravilhosas que passaram por mim nestes especiais e intensos últimos dez anos, uma época que contribui bastante para a minha autoestima, autoconfiança, enriquecimento pessoal e empoderamento. Gratidão, Namastê, Ubuntu.

Índice

Resumo	ii
Abstract.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos	v
Índice.....	vi
Índice de anexos	viii
Siglas	ix
INTRODUÇÃO	1
I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo 1. Breve contextualização histórica e definição de conceitos	6
1.1 Breve contextualização histórica sobre questões LGBT	6
1.2 Género e sexo	8
1.2.1 A identidade (sexual e de género)	9
1.2.2 As expressões de género	11
1.2.3 A (não) binaridade de género	12
1.2.4 O género fluido	13
1.3 A orientação sexual.....	14
1.4 A transgeneridade.....	17
Capítulo 2. A (des)construção da heteronormatividade	20
2.1 Dos estereótipos (de género) ao preconceito e discriminação.....	20
2.2 A sociedade heteronormativa	22
2.3 A construção de famílias e suas expectativas.....	25
2.4 A família e o confronto com a nova realidade.....	29
Capítulo 3. A relevância da AMPLOS, do ativismo, da legislação e das estatísticas.....	32
3.1 O nascimento da AMPLOS	32
3.2 O início do ativismo pela causa LGBT em Portugal.....	38
3.3 A legislação para pessoas LGBT em Portugal.....	41
3.4 A importância de documentar a discriminação contra pessoas LGBT	47

II PARTE - O ATIVISMO DE MÃES E PAIS DE LGBTs COMO OBJETO DE ESTUDO	51
Capítulo 4. A estratégia e o percurso metodológico e as questões éticas.....	52
4.1 O percurso e os desafios teóricos e metodológicos	52
4.2 O contexto da pesquisa: AMPLOS	54
4.3 A estratégia de recolha de dados e critérios de seleção de participantes	57
4.4 A análise de conteúdo	63
4.5 As questões éticas.....	65
III PARTE - A PALAVRA DAS MÃES E DOS PAIS, ANÁLISE E DISCUSSÃO	68
Capítulo 5. Aprender a ser mãe e pai de LGBT	69
5.1 O início da nova realidade	69
5.1.1 A revelação	69
5.1.2 Os sinais	72
5.1.3 O respeito	75
5.1.4 As dificuldades	77
5.1.5 O enfrentamento	79
5.1.6 O mais difícil.....	81
5.1.7 O mais fácil.....	83
5.1.8 O apoio.....	85
5.1.9 As relações	88
Capítulo 6. O ativismo social e político das famílias pela causa LGBT	91
6.1 O associativismo, o ativismo e o (auto)conhecimento.....	91
6.1.1 O associativismo	92
6.1.2 O ativismo	93
6.1.3 O que mudaria?	96
6.1.4 O conhecimento.....	99
6.1.5 Os conselhos	101
REFLEXÃO FINAL	104
BIBLIOGRAFIA.....	110

Índice de anexos

Anexo A – Caracterização sociodemográfica das pessoas participantes	60
Anexo B – Guião de entrevista semiestruturada – perguntas exploratórias	119
Anexo C – Registo de assentimentos	120
Anexo D – Enxerto de análise das entrevistas: categorização	121

Siglas

ACNUDH - Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

AGEDO - *Associazione di Genitori, Parenti e Amici di Persone LGBT+*

ALLEA - *All European Academies*

AMPGYL - *Asociación de Madres y Padres de Gays, Lesbianas, Transexuales y Bisexuales*

AMPLOSIG - Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género

AMS - Assembleia Mundial da Saúde

APA - *American Psychiatric Association*

APA - *American Psychological Association*

APF - Associação para o Planeamento da Família

BE - Bloco de Esquerda

CC - Cartão de Cidadão

CHOR - Coletivo de Homossexuais Revolucionários

CHRYSALLIS - *Asociación de Familias de Menores Trans**

CIES-ISCTE-IUL - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CNC - Centro Nacional da Cultura

CNLCS - Comissão Nacional de Luta Contra a Sida

CONTAC - *Dialogue entre les parents, les lesbiennes, gays, bi et trans, leurs familles et ami.e.s*

CPP - Código Penal Português

CRP - Constituição da República Portuguesa

CT - Código do Trabalho

DGS - Direção Geral da Saúde

DGSS - Direção Geral da Segurança Social

DRE - Diário da República Eletrónico

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

ENP - *European Network of Parents of LGBTI+ Persons*

EUA - Estados Unidos da América

FAPLX - Federação das associações de pais e encarregados de educação do concelho de Lisboa

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FDS - *Asociación Internacional Familias por la Diversidad Sexual*

FRA - *European Union Agency for Fundamental Rights*

FSE - Fundo Social Europeu

GFP - *Gender and Family Project*

GM - Grupo de Mulheres

GOG - Grupo Oeste Gay

GTH - Grupo de Trabalho Homossexual

IDAHOT - *International Day Against Homophobia, Transphobia and Biphobia*

ILGA - *International Lesbian and Gay Association*

IPJ - Instituto Português da Juventude

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão

ISNA - *Intersex Society of North America*

JANO - Associação de Apoio a Pessoas com Disforia de Género

LGBTI+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Intersexo, mais outras possibilidades de orientação sexual e identidade de género

LGBTIQ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Intersexo, Queer/Questionando

MAHR - Movimento de Ação Homossexual Revolucionária

NELFA - *Network of European LGBTIQ Families Associations*

OBS - *Open Broadcaster Software*

OIEC - Orientação sexual, Identidade e Expressão de género e Caraterísticas sexuais

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAN - Pessoas, Animais e Natureza

PMA - Procriação Medicamente Assistida

POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PS - Partido Socialista

PSR - Partido Socialista Revolucionário

SNS - Serviço Nacional de Saúde

SOGIESC - *Sexual Orientation, Gender Identity and Expression, and Sex Characteristics*

UE - União Europeia

UP - Universidade do Porto

INTRODUÇÃO

O meu contacto e experiência pessoal com a Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género (AMPLOSIG)¹, que conheci através da *Internet*, ocorreu no início do ano de 2011, após a revelação da homossexualidade do meu filho, no verão de 2010. Desde essa altura senti uma enorme necessidade de compreender a temática da homossexualidade. Não conhecia nenhuma família com filhas/os lésbicas, *gays*, bissexuais ou transgéneros (LGBT). Sentia-me perdida e com medo, sem saber como lidar com o preconceito, começando dentro da minha própria casa. Assim, a AMPLOS tem sido ao longo destes anos uma fonte conhecimento. Abracei o associativismo e o ativismo na luta contra todas as formas de discriminação, essencialmente na luta pelos direitos das pessoas LGBTs. Neste percurso tenho encontrado muitas famílias que de forma natural e espontânea se tornaram proativas, mostrando um verdadeiro sentido de altruísmo e nobreza, na esperança de construir um mundo mais justo e harmonioso para todas as pessoas. É neste sentido que decidi realizar o meu trabalho de investigação, procurando de forma séria e franca, e o mais neutra possível, devido a minha ligação íntima com a esta associação, compreender o percurso destas famílias e o seu contributo para a mudança de paradigma na sociedade portuguesa, e possivelmente no mundo.

O preconceito e a discriminação dirigidos a pessoas LGBTs, no mundo atual, são um tema que tem gerado discussão tanto na sociedade como nas políticas públicas. As agressões físicas e verbais e a limitação de direitos às pessoas LGBT manifestam a necessidade urgente de leis, propostas e ações que punam atitudes de teor homofóbico, bifóbico e transfóbico e situações de discriminação com base na orientação sexual e na identidade género (Nascimento & Garcia, 2018).

Um pouco por todo mundo surgem notícias preocupantes que mostram esta realidade. Recentemente, enquanto na Hungria é aprovada uma lei que impede a abordagem de assuntos LGBT em escolas (Riso, 2021), em Espanha, um jovem nascido no

¹ Mais conhecida por AMPLOS.

Brasil foi espancado até à morte à saída de uma discoteca, não faltando dúvidas de que as motivações eram homofóbicas (Cipriano, 2021).

Tendo em conta este cenário, não é de surpreender que muitas mães e muitos pais não reajam da melhor forma após a revelação da homossexualidade, bissexualidade ou transgeneridade das suas filhas e filhos, seja: pelas expectativas que criaram em relação a elas e eles;² pelos preconceitos que circulam e abundam na sociedade; pela falta de informação que resulta dos tabus que se têm perpetuado na sociedade.³

Como tal, o surgimento de uma organização chamada AMPLOS é um fenómeno que merece uma especial atenção e um estudo aprofundado. A procura de apoio, informação e conhecimento conduz muitas mães e muitos pais a esta associação, quando confrontadas/os com a revelação da não heterossexualidade ou cisgeneridade da/o filha/o.⁴ Consequentemente, muitas dessas mães e muitos desses pais, após derrubarem os seus preconceitos e/ou medos interiorizados, decidem associar-se à AMPLOS para poderem ajudar outras famílias, da mesma forma como foram ajudadas/os pelos membros mais antigos desta organização. Assim, estas mães e estes pais contribuem para desmistificar os tabus, preconceitos e discriminações incutidos na sociedade, devido à sua participação social e política tanto em Portugal como até no resto do mundo. A AMPLOS desde o seu nascimento que mantem relações interculturais (que não estão aprofundadas neste estudo, o foco é somente em Portugal). O seu envolvimento com diversas associações e parcerias, tanto nacionais como internacionais, possui a mesma missão e valores predominantes que enaltecem o respeito e amor incondicional nas suas várias formas de família.

Qual a principal força determinadora para a instauração urgente de uma associação de mães e pais com filhas/os LGBT em Portugal? Que consequências trouxe a AMPLOS à

² Todo o trabalho aqui apresentado tem a particularidade de referir em primeiro lugar o género feminino.

³ AMPLOS (2021, maio 21). Recuperado de: <http://www.amplos.pt/sample-page/quem-somos/>.

⁴ Na medida do possível, tentei escrever de forma inclusiva considerando ainda as pessoas binárias como não binárias. Existem opções de escrita neutra em português, mas é ainda discutível o seu uso devido à dificuldade de aplicação tanto falado como escrito. Confira aqui: Cassiano, Ophelia. (2019, setembro 30). *Guia para "Linguagem Neutra" (PT-BR)*. Última Atualização: 22 de dezembro de 2020. Recuperado de: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>.

sociedade portuguesa? Porquê que famílias com filhas/os LGBT procuram e outras não uma associação como a AMPLOS? É preciso aprender a ser mãe e pai de LGBT, porquê? Considerando estas questões, a problemática do objeto de estudo visa compreender, essencialmente, o processo de aprendizagem em ser mãe e pai de pessoas LGBT e o processo de aproximação ao ativismo social e político.

Partindo para uma reflexão metodológica, desta investigação, projetei a finalidade do objetivo geral com a pretensão de explorar as experiências de mães e pais com filhas/os com orientação sexual, expressões ou identidade de género não normativa. Os objetivos específicos consistiram em contextualizar o processo de tomada de conhecimento das mães e pais da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho, explorar as experiências de ajustamento psicossocial face à tomada de conhecimento orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho e relacionar o papel do ativismo com o processo de respeito da diversidade sexual e da diversidade de género.

Tendo em conta então os objetivos, escolhi a metodologia qualitativa, pois consente mais abertura e flexibilidade. Para explorar o terreno da problemática desta investigação foram utilizadas, inicialmente, as operações de leitura, para assegurar a qualidade da problematização. Como complemento utilizei a técnica de entrevista semiestruturada com perguntas exploratórias, para ter um contato com a realidade vivida pelas pessoas entrevistadas. Como as entrevistas alargam ou corrigem o campo de investigação das leituras, tornou-se, desta forma, um complemento uma da outra. Assim, as entrevistas exploratórias representaram pistas de reflexão, ideias e hipóteses neste trabalho de investigação social. Para o seu sucesso tive em conta certas condições: a utilidade da pessoa entrevistada, o modo de realização das entrevistas e uma exploração que permitiu uma verdadeira rutura com os preconceitos, pré-noções e ilusões de clareza (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Importa referir que não encontrei muitos estudos académicos que abordem as famílias com filhas/os com orientação sexual, expressão ou identidade de género não normativa.

Para entender melhor o estudo científico aqui apresentado, delineei o percurso da dissertação numa introdução, três partes e uma reflexão final.

Na parte introdutória, como vimos, estão incluídos os motivos que me levaram à realização deste projeto, a justificação do objeto de estudo, a problemática do estudo e a explicação da escolha da metodologia de investigação.

A primeira parte está composta pelo enquadramento teórico, dividida em três capítulos, cujos temas são: uma breve contextualização histórica sobre questões LGBT e definição de conceitos, a (des)construção da heteronormatividade e a relevância da AMPLOS, do ativismo, da legislação e das estatísticas.

A segunda parte comporta o objeto de estudo e contém somente um capítulo, no qual é abordado a estratégia e o percurso metodológico e as questões éticas.

A terceira parte consiste na interpretação e análise dos resultados empíricos da investigação, dividida em dois capítulos, nos quais são analisados os seguintes temas: a problemática em aprender a ser mãe e pai de LGBT, que consiste na interpretação dos dados recolhidos sobre as primeiras questões efetuadas; e o início do ativismo social e político das famílias pela igualdade de direitos de pessoas LGBT, que consiste na interpretação dos dados recolhidos sobre as últimas questões efetuadas.

Por fim, termino o trabalho com uma reflexão final e as referências bibliográficas utilizadas. Depois da bibliografia encontram-se ainda alguns anexos.

I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1. Breve contextualização histórica e definição de conceitos

Com o advento do cristianismo, a homossexualidade passou a ser uma prática condenada, considerada pecado abominável, como mostram várias passagens da *Bíblia*. Posteriormente, tornou-se crime merecedor de pena de morte. Séculos mais tarde, como se verá, foi apropriada pela ciência passando a ser considerada uma patologia. (Paoliello, 2013, p. 30).

1.1 Breve contextualização histórica sobre questões LGBT

O marco dos movimentos sociais à volta da orientação sexual e identidade de género ocorre na década de 1960. Desde os anos sessenta até aos anos oitenta é assinalado principalmente por agendas reivindicativas preocupadas com as questões legislativas, tais como: a descriminalização, o respeito e reconhecimento social das sexualidades minoritárias e das identidades coletivas em volta da sexualidade (Nogueira *et al.*, 2010). Ainda, no meio desses acontecimentos, surge o movimento pela despatologização da homossexualidade.

A preocupação com a despatologização da homossexualidade ganha força após um acontecimento que marcou definitivamente a sociedade norte-americana, em 28 junho de 1969. O incidente ocorre no bar *Stonewall Inn*,⁵ um refúgio *gay* no *Greenwich Village*, em Nova Iorque. O bar foi invadido por polícias com a finalidade de agredir violentamente suas/seus clientes, um facto que justificou a revolta de ativistas *gays*. Após este acontecimento, em 1970, as/os ativistas organizaram-se e entraram no tradicional congresso da *American Psychiatric Association* (APA). O debate com a comunidade médica prendeu-se na postura patologizante em relação à homossexualidade, considerado pelas pessoas homossexuais como principal fator para o estigma social. Após este acontecimento

⁵ Para saber um pouco mais da história da invasão do bar *Stonewall Inn*, Perroni *et al.* (2019) apresentam um artigo interessante sobre a construção da memória do movimento de *Stonewall* a partir de duas fontes audiovisuais: “*Stonewall - A Luta pelo Direito de Amar*” (1995) e “*Stonewall: Onde o Orgulho Começou*” (2015). Com narrativas e leituras diferentes sobre a rebelião, o que gerou diferentes receções pelo público. Ficou demonstrado também que os filmes analisados representam “*fontes de uma produção cultural dessa memória*” (Perroni *et al.*, 2019, p. 108).

Bibliografia: Perroni, T. C., Apolinário, E. B. R., Gralak, M. M., Manfredini, G. A., & Minatogawa, M. C. (2019). As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “*Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar*” (1995) e “*Stonewall: Onde o Orgulho Começou*” (2015). *Epígrafe*, 7(7). <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v7i7p97-108>.

surgiram psiquiatras a favor e contra sobre a questão de a homossexualidade ser uma patologia. Assim, após correções e aprovações por várias comissões internas, a APA organizou uma votação, acabando por eliminar a homossexualidade das categorias de doença mental, a 15 de dezembro de 1973. De entre 15 membros da direção, 13 votaram a favor da eliminação (Paoliello, 2013).

Mais tarde, em meados da década de oitenta, a pandemia instaurada do HIV/sida provocou um ponto de rutura na visibilidade identitária da população LGBT, gerando um processo de renovada homofobia. Por essa razão, o movimento social LGBT radicalizou as suas reivindicações perante os estados, o sistema biomédico e a indústria farmacêutica. Ainda, as comunidades e as pessoas reorganizaram as suas vidas no que diz respeito aos relacionamentos e afetividades. Assim, a década de noventa vai presenciar variadas reivindicações de preocupações políticas e legislativas tendo em vista os direitos civis, tais como: as formas de relacionamento conjugal, familiares, parentais e reprodutivas (Nogueira *et al.*, 2010).

Entretanto, a 17 de março de 1990, a Assembleia Mundial de Saúde (AMS), órgão máximo deliberativo da Organização Mundial da Saúde (OMS), acordou, na revisão da CID-10, que a orientação sexual (heterossexual, bissexual e homossexual) por si só não deve ser encarada como um transtorno. O CID-10 foi publicado em 1992 e o 17 de março passou a ser considerado como o “Dia Internacional Contra a Homofobia” (Paoliello, 2013).

Ao analisar esta conjuntura de acontecimentos, verificamos que a implementação de políticas públicas para a descriminalização e da despatologização da homossexualidade sucede um pouco por todo mundo e em diferentes épocas. Por exemplo, em Portugal, a descriminalização da homossexualidade ocorre no ano de 1982, na Rússia em 1993 e na Alemanha em 1994. No continente asiático, em 1995, a Associação Japonesa de Psiquiatria, deixa de observar a homossexualidade como um distúrbio mental (Paoliello, 2013).

Tendo em conta a história do surgimento de movimentos sociais sobre questões LGBT a nível global, convém agora compreender alguns conceitos básicos relacionados com a orientação sexual e identidade de género, que apresentamos a seguir, e refletir sobre assunto.

1.2 Género e sexo

O conceito de *género* surge no campo das Ciências Sociais, na década de 1970, tendo em vista a construção social do *sexo*. Ainda, a noção de género deve-se à crítica feminista e surge com o intuito de perceber a dimensão biológica da social. Segundo Heilborn (1997), a ideia de género consiste no pensamento que fundamenta a distinção com base na ideia de que há machos e fêmeas na condição humana, mas a atribuição de ser homem e ser mulher é concretizada pela cultura (Heilborn, 1997).

Butler (2003b), uma das principais autoras sobre estudos de género, define o conceito de género como culturalmente construído e questiona ainda a natureza inalterável do sexo. E sendo o sexo discutível, provavelmente o próprio constructo chamado “sexo” seja de igual modo culturalmente construído quanto o género (Butler, 2003b).

Como refere Vieira (2009), “*a sexualidade é um produto da cultura humana*” (Vieira, 2009, p. 23) com intrincadas configurações produzidas no quotidiano, resultado da interação das experiências sociais e das imagens culturais. Ora, são os valores e ideologias predominantes, na época da história, que contribuem para a adaptação e transformação dos cenários culturais (Vieira, 2009).

Ainda, Butler (2003b) aborda Simone de Beauvoir que refere que o género é “construído”, mas que há um intermediário que afeta a sua produção, um pensamento profundo que de alguma forma se apresenta ou se apodera desse género, arriscando, em princípio, expor algum outro género. A reflexão de Beauvoir pode conduzir-nos à noção de “construção” como forma de escolha? Beauvoir é explícita na sua obra *O segundo sexo: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”*, mas sempre sob uma componente cultural a fazê-lo. E tal componente evidentemente não vem do “sexo”. Nessa explicação não há nada que abone que o “ser” que se torna mulher seja obrigatoriamente fêmea (Butler, 2003b).

Podemos assim entender, como refere Giddens (2010), que género corresponde às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, associado a ideias socialmente compostas de masculinidade e feminilidade; que não é forçosamente uma produção direta do sexo biológico da pessoa (Giddens, 2010). De um modo geral, o termo sexo é utilizado para referir unicamente as diferenças entre

homens e mulheres, pela caracterização genética, anatômica e fisiológica dos seus corpos (Olinto, 1998). Todavia, devemos refletir sobre os vários estudos que se têm realizado sobre os conceitos de sexo e gênero. Estudos que afirmam que se deveria observar de igual modo o sexo e o gênero como produtos construídos socialmente, em vez de julgar o sexo como uma evidência determinada biologicamente e o gênero como uma evidência aprendida culturalmente (Giddens, 2010).

1.2.1 A identidade (sexual e de gênero)

Segundo Louro (2003), a *identidade sexual* relaciona-se diretamente através dos modos como se vive a sexualidade, com parceiras/os do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou a sós; e a *identidade de gênero* é o modo como as pessoas se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos. Louro (2003) refere ainda que, apesar das identidades sexuais e de gênero se encontrarem profundamente inter-relacionadas, são frequentemente confundidas, o que torna difícil distingui-las. Ora, o que importa aqui reter é que ambas identidades são sempre *construídas*, não são dadas ou concluídas num determinado momento, não são estáveis, mas sim suscetíveis de transformação (Louro, 2003).

Desde o nosso nascimento que nos construímos como pessoas, com numerosas identidades: de gênero, de etnia, política, cultural, religiosa, sexuais, etc., mas todos esses aspetos são muitas vezes ignorados. Assim, a discussão naturalizante e universal ao redor da sexualidade estabelece poderosas ilações de veracidade. Por isso, como refere Filipe (1998) citado em Souza (1999), é possível observar a persistência de controlar e vigiar a sexualidade. A sexualidade é um alvo contínuo por parte da família, da escola, da sociedade, do meio cultural, etc., na tentativa de moldarem os comportamentos que acreditam ser mais apropriados para o sexo feminino e masculino (Souza, 1999).

Estudos Feministas e Estudos Culturais revelam, nas suas alegações mais críticas, o entendimento das pessoas como possuidoras de identidades plurais e múltiplas. Portanto, as identidades transformam-se, não são fixas ou imutáveis, e ainda podem ser contraditórias. Como tal, o sentido de pertença a diferentes grupos, seja de gênero, sexuais, étnicos, etc., constrói a pessoa, todavia pode levá-la a perceber diferentes

rumos. Assinalar que o género constitui a identidade da pessoa (assim como a nacionalidade ou classe, por exemplo) é algo que transcende o simples cumprimento de papéis. A intenção é compreender o género como parte da pessoa, edificando-a: a pessoa é portuguesa, branca, mulher, lésbica, etc. (Louro, 2003).

Contudo, Butler (2003b) aborda a pertinência em compreender que uma pessoa, em qualquer contexto social que esteja, fica de alguma forma externamente associada ao conjunto de características externas e internas que define o corpo e posição de pessoa, *“seja esta a consciência, a capacidade de linguagem ou a deliberação moral”* (Butler, 2003b, pp. 37 - 38).

Na realidade, como argumenta Hall (2006), *“a identidade é definida historicamente, e não biologicamente”* (Hall, 2006, p. 13). O autor refere que a pessoa apresenta identidades diferentes em variados momentos, identidades que não são consubstâncias à volta de um “eu” coerente. No nosso íntimo há identidades contraditórias movimentando-se por diferentes caminhos. De acordo com o pensamento psicanalítico, Hall (2006) faz ainda uma abordagem interessante acerca da identidade:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (Hall, 2006, pp. 38 - 39).

Resumindo, a identidade de género e a identidade sexual são plurais e estão continuamente a evoluir. Contudo, apesar dessas identidades estarem intimamente relacionadas, não dependem uma da outra (Souza, 1999). Todavia, importa referir que uma pessoa, homem ou mulher, independentemente da sua identidade “congruente” com o sexo e género ou não, é primeiramente uma pessoa. Ou seja, *“consiste no autorreconhecimento pessoal e profundo de cada pessoa em relação ao género”* (Moleiro, et al., 2016, p. 14).

1.2.2 As expressões de género

Compreendemos os termos *sexo* como biológico e *género* como social, edificados pelas diferentes culturas. Sabemos ainda que a definição de género vai para além do sexo (Jesus, 2012). E a forma como nos apresentamos e expressamos perante a sociedade? Será que tem influência no género ou sexo?

De acordo com Jesus (2012), é importante perceber que o que interessa é auto-perceção e o modo como a pessoa, no sentido de ser homem ou mulher, se expressa socialmente. Portanto, não são só os cromossomas ou a genitália que definem a essência da pessoa. A opção de determinados modelos e papéis de género pode não depender do nosso órgão genital, dos cromossomas ou de alguns níveis hormonais. Ainda, em diferentes situações e ocasiões, ao longo de nossa vida, experimentamos inversões transitórias de papéis para um determinado género (Jesus, 2012).

Na literatura de História observamos que as noções de sexo e género não são estáveis e predefinidas, são antes de mais construções sociais que se transformam ao longo do tempo e no mesmo tempo histórico diferem nas diferentes realidades sociais. Colling (2004) refere que a história é vista como uma construção, que resulta de significados e representações assentes em campos de relações de poder (Colling, 2004).

Assim, se o género é um campo essencial no qual o poder é articulado, devemos procurar as significações de género que compõem a organização precisa e simbólica de toda a vida social. E se as estruturas se reproduzem também se dão as roturas, como se observa em cada contexto histórico: através de movimentos sociais, alterações económicas, crises demográficas etc. São situações que podem redefinir os termos de género (por exemplo: integrar alternativas antes negadas ou reprimidas), ou fortalecer os conceitos tradicionais (por exemplo: "homem" e "mulher", categorias aparentemente fixas ligadas à natureza dos sexos) (Pinsky, 2009).

Portanto, a identidade de género caracteriza-se na compreensão individual/íntima de *sou homem, sou mulher* ou um outro género. Já a *expressão de género* representa os comportamentos e atitudes integrados na identificação do género masculino, feminino ou outras identificações. Ainda, observamos o género como a sociedade o interpreta, de

forma a produzir uma variante de configurações objetivas observáveis, como por exemplo: classe social, divergência salarial, ocupação geográfica, etc. (Reis & Pinho, 2016).

Resumindo, a expressão de gênero diz respeito à forma como cada pessoa expressa a sua identidade de gênero, através da sua estética (por exemplo: vestuário, calçado, penteado, barba, etc.), ou da linguagem que usa para se referir a si mesma (pronomes femininos/masculinos, etc.) (Moleiro *et al.*, 2016).

1.2.3 A (não) binaridade de gênero

Subsistem ainda expressões de gênero fora da norma, desconstruindo desta forma a complexidade interna de um dos núcleos do binário. E, sendo neste contexto, a problematização torna-se maior (Reis & Pinho, 2016).

Determinar binários consiste numa operação de autoridade, pois as oposições acarretam consigo discrepâncias que afetam hierarquias (Castro & Reis, 2017). Não se trata de uma coexistência harmoniosa, mas de uma hierarquia prepotente, visto que origina subalternidade e repetição de ideias de normalidade e organização (Derrida, 2001 como citado em Castro & Reis, 2017).

Um estudo realizado por Reis e Castro (2019) discute as questões relacionadas com gênero, binaridade e não-binaridade de gênero, identidades e diferenças a partir de entrevistas com narrativas de três jovens, que se identificam como pessoas não-binárias. Com essas narrativas fez-se a análise de como as pessoas vão construindo identidades e diferenças, tendo em conta padrões como os mecanismos constituídos pelas normas binárias de gênero; a forma como as pessoas expressam nos seus corpos a identificação e a diferenciação relativamente à matriz de compreensão binária de gênero; e as experiências de desconforto e violências vivenciadas pelas pessoas, que negociam suas formas de ser, atuar, sentir e refletir na relação com outras pessoas (Reis & Castro, 2019).

Podemos observar através das questões colocadas nesse estudo, como referem Reis e Pinho (2016), que o gênero binário constitui uma relação de confronto, ou seja, configurado de identidade e alteridade. Como argumenta Hermann (2014) citado em Reis e Pinho (2016), a criação de binários oposicionais é um legado teórico ocidental, onde a dualidade é composta entre o *eu* (identidade) e o *outro* (alteridade). A alteridade corresponde a tudo o que foge da norma, ultrapassando o limite da identidade e

aproximando-se do desconhecido. Portanto, a construção binária do género, mulher e homem, encontram-se reproduzidas anatomicamente de forma inalterável e socialmente restritas em papéis femininos e papéis masculinos. Ou seja, *“ser homem implica em não ser mulher, em rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino”* (Reis & Pinho, 2016, pp. 10 – 11).

Assim, tendo em conta o registo social e cultural, Reis e Castro (2019) fazem uma abordagem do significado de género, que por cima de uma natureza, largamente divulgada, conduz à edificação e à eternização das representações binárias. A origem do binário natureza/cultura, simultaneamente, prende a natureza dentro do binário fêmea/macho, limitando as alternativas de movimentação, de identidade e de diferença. Como tal, salientamos o argumento que explica que a naturalização atua no sentido de harmonizar sexo genital feminino e o ser mulher, assim como o sexo genital masculino e o ser homem, que se complementam a um desejo heterossexual (Reis & Castro, 2019).

Contudo, no campo dos Estudos Culturais, como Silveira (2012, 2015) refere, não existem identidades iguais nem permanentes. Ao analisarmos as diferentes épocas da história, como afirma Longuini (2014) citado em Silveira (2015), percebemos que o binarismo de género planeia naturalizar as disputas que são do modelo cultural, ficando, deste modo, alterável. Percebemos que em diferentes culturas e em diferentes momentos históricos, os modos de se lidar com a sexualidade e com as diferenças biológicas resultaram de modo singular (Silveira, 2015).

Portanto, é um facto de que existe uma multiplicidade de identidades de género não-binárias e as expressões de todas as identidades são extremamente variadas, divergem de pessoa para pessoa e de contexto a contexto. Por isso, historicamente, os géneros não-binários uniram-se à população LGBT, na luta por equidade de direitos civis e sociais, por se ajustarem socialmente enquanto transgéneros (Reis & Pinho, 2016).

1.2.4 O género fluido

As pessoas de género fluido possuem identidades com espectro de género em constante mudança, sem estarem limitadas a dois géneros (Reis & Pinho, 2016). Ou seja, consiste na fluidez e mutabilidade da pessoa entre o “neutro”, “feminino” e “masculino”. Assim, podemos compreender o género como um fator flutuante entre os polos que

envolvem o binarismo e o não-binarismo, sem que haja obrigatoriamente uma fixação (Barbosa *et al.*, 2019). Como explica Butler (2003b),

Mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (Butler, 2003b, p. 24).

Aguiar (1997) refere que as pessoas aglomeram múltiplas identidades e as identidades de gênero podem ser duplas ou compostas e/ou unitárias. Todavia, a manifestação dessas identidades depende dos contextos, ou seja, “*da forma assumida pelas identidades daqueles com quem se está interagindo*” (Aguiar, 1997, p. 63). Assim, no estado de gênero *composto* (sexo cruzado), a pessoa é uma espécie de andrógino que não age nem como “mulher”, nem como “homem”. No estado de gênero *unitário*, a identidade de gênero da pessoa é homogênea “mulher-homem”, as suas partes internas conservam-se numa relação de sexo único (toda mulher, todo homem). Nesse sentido, o foco de análise das relações de gênero consiste na relação entre *mesmo sexo* e *sexo cruzado* e não entre “homens” e “mulheres”, pois as pessoas podem figurar como singulares ou múltiplas. Por isso, “*o mundo não pode ser cindido nas dicotomias clássicas*” (Aguiar, 1997, p. 63).

Portanto, as pessoas de gênero fluido não se sentem acolhidas de forma decisiva numa só das condicionalidades sociais para se compreenderem. Criam antes a possibilidade de identificação com outro gênero em algum momento da sua vida, podendo ser essas transições persistentes ou não, abundantes ou não. E nesse sentido, podemos compreender que o próprio gênero poderá ser entendido, como um todo, como um espaço de fluidez e de vazio (Araújo *et al.*, 2018).

1.3 A orientação sexual

De acordo com a *American Psychological Association* (APA), o conceito de orientação sexual sugere um padrão duradouro de ligação emocional, amorosa e/ou atração sexual por mulheres, homens ou pelos dois sexos. Geralmente, a orientação sexual é classificada em três dimensões: heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade. A *heterossexualidade* consiste na atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de sexo diferente; a *bissexualidade* consiste na atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas de ambos os sexos; e a

homossexualidade consiste na atração sexual e/ou envolvimento emocional ou amoroso por pessoas do mesmo sexo.⁶ Ainda, existe a *assexualidade*, que se refere às pessoas que não sentem desejo sexual por outra pessoa (Bezerra, 2015).

Os termos heterossexual e homossexual começam a fazer parte da cultura americana entre 1890 e 1970, dando origem a um novo ideal de sexo e criação de um modelo comprovado de superioridade dos homens sobre as mulheres e das pessoas heterossexuais sobre as pessoas homossexuais (Katz, 1996). Por isso, Vieira (2009) refere que os discursos que nos remetem para a questão dos tipos de orientação sexual surgem de lógicas confusas e complexas. As identidades sexuais hétero/homo são definidas como o “nós” e o “eles” [e o “elas”], mostrando desta forma a presença moral da heteronormatividade (Vieira, 2009).

Todavia, a atribuição do significado de *orientação* é observada numa categoria “moderna”, apesar de noutros períodos e noutras culturas existirem elucidações de modelos de desejos e procedimentos não heterossexuais (O’Murray, 2002 como citado em Nogueira *et al.*, 2010).

Katz (1996), na sua obra “*A Invenção da Heterossexualidade*”, aborda o enigma da heterossexualidade e a sua resistência em ser um problema como tantas outras formas particulares de sentir, atuar, falar e raciocinar - a nossa atenção está rapidamente voltada para o “*problema da homossexualidade*” (Katz, 1996, p. 26).

Definir o que é “normal” envolve-nos numa compreensão de que nenhuma identidade é natural, mas certamente do benefício histórico-cultural. Observamos como determinada cultura se apodera da instalação e criação de um modelo de vida assumindo apenas uma sexualidade: a heterossexual. Existe ainda uma normalização das identidades de género que determina o que é ser feminino e masculino, em que ligados resultam numa sexualidade “normal”, adaptando o papel de mulher e homem que a sociedade determinou. Por essa razão, a ideia de que a mulher e o homem devem ser heterossexuais e incentivadas/os para que assim seja, o prenúncio de atração por uma pessoa do mesmo sexo deve ser reprimido (Alencar, 2015). Nascimento (2010) explica ainda que,

O dimorfismo fisiológico dos sexos (anátomo-biológico) teve grande impacto nos processos de subjetivação, no que diz respeito, às mudanças no trabalho, papéis sociais, no poder exercido sobre as mulheres e nos ideais de feminilidade e masculinidade, ou seja, se efetivou em práticas discursivas baseadas no machismo (domínio masculino), heterocentrismo (elege a heterossexualidade como centro) e

⁶ APA (2021, maio 24). Recuperado de: <https://www.apa.org/topics/lgbtq/orientation>.

na heteronormatividade (norma da *heterossexualidade compulsória* – onde se presume que todas as pessoas são heterossexuais). (Nascimento, 2010, p. 228).

Importa ainda referir que a perceção e “aceitação”⁷ da pessoa homossexual variam ao longo da história (Nascimento (2010)). Este facto é recorrente de acordo como cada cultura manifesta as suas crenças, tabus, preconceitos, fabricação de obras científicas e artísticas, normas, costumes e validação dos Direitos Humanos (Weeks, 1999 como citado em Nascimento, 2010).

Inserindo um novo conceito, Preciado (2014) elaborou um manifesto, interpelando a *contrassexualidade*, na sua obra “*Manifesto contrassexual – Práticas subversivas de identidade sexual*”. No seu prefácio, Marie-Hélène Bourcier refere que Preciado teima nas incoerências discursivas e epistemológicas que assinalam hoje a reflexão sobre a política da sexualidade e dos géneros. Bourcier transmite ainda no prefácio que o *Manifesto* enfatiza precisamente as áreas esquecidas pelas análises feministas e *queer*: o corpo como espaço de edificação biopolítica, como lugar de constrangimento, mas também como núcleo de resistência (Bourcier em Preciado, 2014).

Preciado (2014) argumenta então que a contrassexualidade não é a invenção de uma nova natureza, representa antes “*o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros*” (Preciado, 2014, p. 21). Segundo Preciado (2014), os corpos identificam-se a si próprios não como mulheres ou homens, mas antes como corpos falantes, e identificam os outros corpos como falantes também. Desta forma, enquanto pessoas donas do seu corpo, abdicam não só de uma identidade sexual fechada e definida espontaneamente, como também abdicam dos benefícios que poderiam alcançar de uma naturalização dos efeitos sociais, económicos e jurídicos (Preciado, 2014).

Portanto, segundo Katz (1996), o binário heterossexual/homossexual não se encontra na natureza, como avalia a crença atual na biologia, mas é uma construção social e, por isso, desconstruível. Temos como exemplo a extinção da escravatura: as relações de domínio assinaladas pelos termos *senhor* e *escravo* perderam o seu relevo, tornando-se pouco a pouco em termos antiquados, mesmo que ainda continue a existir racismo. Com a

⁷ O termo “aceitar” será trocado quando possível pelo termo «respeitar» ao referir pessoas LGBT. Aceitar é uma palavra que legitima um poder indevido de uma pessoa em relação à pessoa não heterossexual ou cisgénero.

extinção da teoria heterossexual, os termos *heterossexual* e *homossexual* também podem deste modo tornar-se antiquados (Katz, 1996).

1.4 A transgeneridade

Saleiro (2012) refere, no seu estudo focado nas pessoas transexuais, que as pessoas que se apresentam e vivem permanentemente no género, que supostamente não corresponde ao sexo que lhe foi atribuído à nascença, são chamadas de transsexuais. Mas também podem ser chamadas de transgéneros. Assim, as mulheres trans⁸ são pessoas a quem lhes atribuíram o sexo masculino à nascença e que se expressam constantemente no feminino (na abreviatura anglo-saxónica de MtF).⁹ Sendo os homens trans pessoas a quem lhes atribuíram o sexo feminino e que se expressam constantemente no masculino (ou seja, FtM)¹⁰ (Saleiro, 2012).

Por isso, a relação que define entre “o feminino e as mulheres” e “o masculino e os homens” é com muita frequência vigiada, no sentido de fiscalização da conformidade. Saleiro (2012) evidencia ainda, na sua análise das narrativas das pessoas transexuais, uma maior “aceitação” das “*masculinidades femininas*” (utilizando o termo de Halberstam, 2006 [1998]) comparado às “*feminilidades masculinas*”. Para as mulheres, sobretudo na infância e adolescência, existe um panorama mais alargado e menos fiscalizado de existência de género. Por exemplo, a expressão “maria-razapaz” parece não mostrar um sentido tão negativo quanto ao termo “maricas” quando apontado para os rapazes (Saleiro, 2012).

De acordo com Jesus (2012), “*a transexualidade é uma questão de identidade*” (Jesus, 2012, p. 14). Ainda que, apesar das várias teorias, ninguém sabe por que é que uma pessoa é transexual: umas abordam a origem biológica, outras dizem que é social, outras referem que é uma mistura de questões biológicas e sociais. Contudo, são questões também válidas para as pessoas cisgénero.¹¹ Convém referir que uma parte das pessoas

⁸ Termo abrangente que implica qualquer pessoa que, por qualquer razão, não se identifica com o género associado ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. Pode, ou não, fazer algum tipo de transição (2021, maio 24). Recuperado de: <https://www.rea.pt/glossario-lgbt/>.

⁹ *Male to Female* (Homem para Mulher).

¹⁰ *Female to Male* (Mulher para Homem).

¹¹ Pessoa cuja identidade de género corresponde àquela que lhe foi atribuída à nascença (2021, maio 24). Recuperado de: <https://www.rea.pt/glossario-lgbt/>.

transexuais se identifica nessa condição desde muito pequenas, outras mais tarde, por vários motivos, sendo um dos principais a repressão social (Jesus, 2012).

Por isso, a vida das pessoas trans torna-se muito angustiante devido às normas culturais e instituições sociais, como mostram os resultados das pesquisas empíricas que se têm vindo a gerar relativamente a esta população (por exemplo: Hines, 2007; Whittle *et al.*, 2007). São várias as formas pelas quais as pessoas trans são socialmente controladas, iniciando imediatamente pelo zelo parental, até à violência na escola e na rua, à discriminação no mercado de trabalho e às penas legais nos direitos de cidadania (Saleiro, 2012). As pessoas transgéneras são o grupo que mais sofre a rejeição social, de entre qualquer ordem dos grupos minoritários (Modesto, 2013).

Jesus (2012) explica que é a sociedade que difunde a crença de que são os órgãos genitais que determinam se a pessoa é mulher ou homem. A ciência biológica diz-nos que apenas o que determina o sexo da pessoa é o tamanho das células reprodutivas: células grandes (óvulos) correspondem a feminino e células pequenas (espermatozoides) correspondem a masculino. Isto quer dizer que biologicamente não são os órgãos reprodutores que definem o comportamento feminino ou masculino da pessoa, mas sim a cultura, que pode mudar ainda de acordo com o contexto cultural referenciado. Portanto, a construção da nossa identidade como mulher ou homem é um facto social construído pelas diferentes culturas e não pela determinação biológica (Jesus, 2012).

Além disso, as pessoas trans podem assumir o princípio que guia os tipos de orientação sexual, que estão disponibilizados atualmente pela nossa cultura. Assim, aplicando as designações estereotipadas que nos são dadas, podemos ter pessoas trans heterossexuais, bissexuais, homossexuais, pansexuais ou assexuais, gerando desta forma discussão sobre a relação entre o sexo biológico e tipo de orientação afetivo-sexual. Uma mulher trans pode sentir-se atraída sexualmente, ou afetivamente, por mulheres, ou por homens, ou tanto por mulheres quanto por homens; um homem trans pode sentir-se atraído sexualmente, ou afetivamente, por homens, ou por mulheres, ou tanto por homens quanto por mulheres. Assim, no primeiro caso, serão observadas como pessoas homossexuais. No segundo, como heterossexuais. E no terceiro, como bissexuais. Ainda, se não sentirem atração por ninguém, serão observadas como pessoas assexuais (Modesto,

2013). E se sentirem atração por qualquer identidade de gênero, ou orientação sexual, serão observadas como pessoas pansexuais (Lima, 2018).

Portanto, as pessoas que se identificam com alguma das expressões de transgeneridade deparam-se com o enorme desafio de se reconhecerem a si mesmas, de tomar a decisão pessoal sobre se devem e quando irão expor-se a outras pessoas da forma como se identificam. Por isso, há que compreender que esse procedimento é complicado de pôr em prática e, por isso, não é uma decisão fácil. No entanto, para que essas pessoas consigam ser quem são de verdade, entre suas amigas e amigos, na família, no trabalho e na rua, precisam indispensavelmente de a revelar (Jesus, 2012).

Capítulo 2. A (des)construção da heteronormatividade

Para um movimento sexual progressista, mesmo alguém que deseje tornar o casamento uma opção para não heterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável. (Butler, 2003a, p. 231).

2.1 Dos estereótipos (de gênero) ao preconceito e discriminação

O estudo dos estereótipos constitui um dos mais antigos interesses da Psicologia Social. O grande interesse tem como objetivo fundamental descobrir a forma como as pessoas compreendem e reagem às outras no seu meio. Como explica Neto (2002), “os estereótipos são um conjunto de crenças que se associam a grupos sociais” (Neto, 2002, p. 252). Daí que os estereótipos podem gerar preconceitos e levar à discriminação de pessoas que não se encaixam num determinado grupo social.

Por isso, o privilégio de pertencer a um grupo majoritário é um estado favorecido não justo, pois é concedido simplesmente por causa de uma nacionalidade, gênero, condição social, classe ou orientação sexual (McIntosh, 2009).

Os benefícios são consequências que surgem de forma natural e que são permitidas às pessoas somente por pertencerem a um determinado grupo. São vantagens normalmente invisíveis para as pessoas que a detêm, mas ainda assim usufruem dos efeitos usuais e positivos na vida quotidiana, embora desmerecida (Johnson, 2006; McIntosh, 1988 como citado em Kite & Jr. Whitley, 2016). Por essa razão, ao considerarmos estereótipos e preconceitos, devemos lembrar os dois lados da moeda: as desvantagens do preconceito e discriminação - dos grupos minoritários - e as vantagens de privilégios injustos - dos grupos majoritários (Kite & Jr. Whitley, 2016).

Assim, existem três fatores determinantes para a ativação dos estereótipos de gênero: a pessoa alvo, a pessoa que percebe e a situação (Deaux & Major, 1987 como citado em Neto, 2000). Portanto, podemos afirmar que os estereótipos se baseiam em opiniões e perspectivas das pessoas que pintam o cenário das suas certezas. E é esse o retrato que as pessoas usam para se relacionarem no seu mundo social (Kite & Jr. Whitley, 2016).

Ainda, além do aparecimento das imagens estereotipadas na cabeça de cada pessoa, os estereótipos resultam também de crenças compartilhadas e que são parte integrante da cultura (Jones, 1997 como citado em Kite & Jr. Whitley, 2016).

Por isso, uma investigação intercultural pode ser proveitosa para o estudo das diferenças de gênero, pois faculta um conjunto mais amplo de crenças e de papéis, do que estudos efetuados numa só cultura. Um estudo efetuado com crianças e pessoas adultas, em 25 países de cinco continentes, tem mostrado que a diferença do gênero facultou um conjunto de crenças estereotipadas dos papéis e das características femininas e masculinas. Apesar da existência de movimentos que lutam pela igualdade dos dois sexos, tais crenças persistem. E esta observação foi tão universal que aparece de forma constante (Williams & Best, 1990 como citado em Neto, 2000).

Algumas pessoas são cronicamente intolerantes a outros grupos sociais. Essas reações emocionais negativas resultam dos traços de personalidade da pessoa e não de fatores situacionais (Kite & Jr. Whitley, 2016). Todavia, mesmo as pessoas que se consideram sem preconceitos podem conservar atitudes negativas, inconscientemente, em relação a grupos sociais. Embora esses sentimentos sejam no geral mais parecidos ao desconforto, ansiedade e mal-estar, em vez de hostilidade ou ódio, afetam na mesma o seu comportamento (Dovidio & Gaertner, 2004 como citado em Kite & Jr. Whitley, 2016). Porém, as pessoas com tais sentimentos retêm valores igualitários e sentem vergonha quando tomam consciência dos seus preconceitos, pois absorveram um certo grau de preconceito da frequente cultura não igualitária na qual cresceram e viveram (Parrillo, 2014 como citado em Kite & Jr. Whitley, 2016).

Todavia, tal como os estereótipos e o preconceito, a discriminação também pode resultar no trato de alguém de forma negativa ou positiva, embora tenhamos tendência para pensar na discriminação de forma negativa. No entanto, o interesse das pesquisas sobre discriminação foca-se mais nos aspetos negativos. Quando as pessoas são destacadas e tratadas injustamente por causa do sexo, idade, nacionalidade, orientação sexual ou qualquer outro fator, aparece a discriminação e, como consequência, essas pessoas perdem oportunidades e opções. A discriminação pode manifestar-se de forma verbal, comportamental, através do *cyberbullying*, e em muitos contextos. Assim, podemos

descrever quatro tipos de discriminação: interpessoal, organizacional, institucional e cultural (Kite & Jr. Whitley, 2016).

Por fim, tendo em conta este cenário, foi realizado um estudo em Portugal utilizando o método de um questionário aplicado através da *internet*. Entre a construção e uso de uma escala sobre discriminação de públicos-alvo mencionados no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), ficou assente que as pessoas vistas como mais discriminadas em Portugal são pessoas transgéneros – salientando que a identidade de género ainda não é sequer observada no *princípio da igualdade* do artigo 13.º da CRP. Relativamente à orientação sexual, pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais, seguindo esta ordem, também são observadas como “bastante discriminadas” (Nogueira *et al.*, 2010).

2.2 A sociedade heteronormativa

A heteronormatividade é manifestada pela manutenção da heterossexualidade como norma para os comportamentos e identidades de todas as pessoas numa determinada sociedade (Moleiro *et al.*, 2016).

Como e quando surge a ideia de construção da heteronormatividade? E de que forma pode afetar a vivência, as relações familiares e sociais de pessoas não heterossexuais? São questões pertinentes que devemos compreender para desmistificar o fenómeno que determina a heteronormatividade na sociedade.

O termo *homossexual* foi referenciado pela primeira vez na Alemanha em 1869, por Karl Maria Kertbeny, um escritor austro-húngaro. O termo seria utilizado novamente em 1887 pelo sexólogo Richard von Krafft-Ebing, na segunda edição de *Psychopathia sexualis* (Kats, 1996; Nascimento, 2010).

A palavra *heterossexual* surge pela primeira vez nos Estados Unidos num artigo de James G. Kiernan, publicado num jornal de medicina, em 1892. Kiernan, na sua breve nota no artigo sobre perversão sexual, atribuía o seu significado a Krafft-Ebing, de Viena. No ensaio de Kiernan é referido que o significado de heterossexual compreendia uma pessoa mista e de estímulo complexo - o desejo reprodutivo ambivalente das pessoas heterossexuais determinava sua anormalidade, uma perversão que se manteve na cultura de classe média até à década de 1920. No século XX, Krafft-Ebing introduziu o novo conceito heterossexual, sem esquecer a antiga norma reprodutiva. Assim, a sexualidade

passou a ser relacionada ao sexo oposto, inteiramente desligada da reprodução e a utilização do termo heterossexual começou a distanciar o debate sobre o sexo ideal reprodutivo, conduzindo-a na direção da norma erótica moderna do sexo diferente (Kats, 1996).

A combinação entre *hétero* e o *sexual* com uso do hífen de Krafft-Ebing, *hetero-sexual*, ao contrário de Kiernan, deseja apenas um sexo e o oposto, não os dois sexos. Ainda, Krafft-Ebing não faz qualquer referência nítida à reprodução, no entanto, tacitamente inclui o desejo reprodutivo, sendo deste modo uma normalidade erótica. Por conseguinte, o termo *homo-sexual* significa um desejo pelo mesmo sexo e por isso é considerado patológico, porque não é reprodutivo (Kats, 1996).

Assim, para complementar a rigidez normativa que surge em relação às sexualidades, aos desejos, às práticas e aos gêneros, observamos a homofobia de igual modo que o machismo e o sexismo. Uma hierarquia que concede a primazia dos homens sobre as mulheres, expondo-se como um elemento infalível e poderoso para justificar o binário sexual, além de organizar as diferenças entre homossexuais e heterossexuais (Borrillo, 2000 como citado em Nascimento, 2010). Por essa razão, o binarismo sexual, o domínio do homem e dos seus propósitos, determinam um mundo heterossexista. Sendo a cultura heterossexual líder, pessoas que coloquem em perigo a *normativa heterossexual* deveriam existir no imaginário, viver em lugares inabitáveis e de subcultura ou simplesmente não existirem, pois são entendidas como pessoas bizarras, abjetas, desviantes, anormais e marginais (Louro, 2003 como citado em Nascimento, 2010).

Onofre (2006) explica que essa função normativa substancializa a diferença sexual como estrutura binária e complementar, assinalando a relação heterossexual como única e legítima, pois garante a reprodução e permanência das espécies. Este princípio biológico articula-se com os discursos moral-religioso e legal, pois o casamento, religioso ou civil, abona segurança e estabilidade à fonte familiar, concedendo deste modo um estatuto legal através de um contrato público (Onofre, 2006).

Por essa razão, Katz (1996) argumenta que quando é discutida a ideia de uma heterossexualidade, a tendência é baseada em três argumentos obsoletos: a sobrevivência e permanência da espécie humana; o reconhecimento básico dos sexos masculino e

feminino, diferenças biológicas e culturais que são a fonte de uma sexualidade perpétua, a hétero; e o prazer físico oferecido pela junção entre um homem e uma mulher como princípio inalterável de uma heterossexualidade imortal (Katz, 1996).

Assim, tendo em conta o fenómeno da heteronormatividade vigente na sociedade em geral, começa a haver estudos que visam compreender o modo como esta afeta a vivência, as relações familiares e sociais de pessoas não heterossexuais.

Braga *et al.* (2018) realizaram um estudo sobre as experiências de adolescentes e jovens homossexuais no seguimento de divulgação da orientação sexual às suas famílias. Nesse estudo ficou assente que as práticas vivenciadas pelas pessoas participantes da investigação demonstram as atitudes heteronormativas da família. E essa conjuntura de atitudes justifica a produção e a conservação de diversos contextos de violência na/o adolescente e jovem, através do controlo, vigilância, perseguição e muitas vezes culminando na expulsão do agregado familiar. Mas também houve casos de entendimento e acolhimento, ainda que de forma menos convincente. Convém referir que nesse estudo participaram 12 adolescentes e jovens gays e lésbicas com idades entre 14 e 24 anos, três do sexo feminino e nove do sexo masculino. Todavia, a família tanto pode intensificar a fragilidade, como desenvolver a resiliência das/os adolescentes e jovens. A família, como rede social de apoio, é considerada como um importante elemento na vida das/os adolescentes e jovens. Por isso, a reprodução de discursos e comportamentos heteronormativos sugere a discriminação das/os filhas/os, procurando desta forma repor as divergências, através da violência, para um modelo heterossexual (Braga *et al.*, 2018).

Ainda, Velho (2016) explica que as/os jovens homossexuais encaram o momento da revelação da não heterossexualidade como um ato de coragem. O facto de uma pessoa jovem heterossexual não ter de arrostar esse momento deve-se à heteronormatividade vigente na sociedade em geral. Uma pessoa heterossexual não sente a necessidade de revelar a sua heterossexualidade, já que se assume que é o expectável e, portanto, não sofre de repressão social. Fica desta forma demonstrado que o *coming out* revela a desigualdade existente entre pessoas homossexuais e heterossexuais. A confiança de uma determinada orientação sexual é explicada tendo em conta a repressão e proibições de que as pessoas são alvo (Velho, 2016).

Portanto, observamos que ao longo da história foi introduzido o modelo “mais conveniente” e “normal” de praticar as relações sexuais: a ideia da procriação. Assim, a homossexualidade era considerada uma patologia na categoria dos atos pervertidos, além de ser observada como uma prática criminosa (Lomando & Wagner, 2009). Admite-se que é a própria cultura a impor a um homem e a uma mulher conceber uma criança. E essa mesma criança terá como modelo dual para sua própria iniciação na regularidade figurativa, que consiste num conjunto de normas que ordenam e fundamentam os nossos sentidos de veracidade e de compreensibilidade cultural (Butler, 2003a). Os termos heterossexual e homo-sexual, usado por Krafft-Ebing, trouxeram ao mundo moderno dois erotismos de sexo diferenciado: um normal e benigno, outro anormal e maligno – uma distribuição que viria controlar a nossa observação do século XX do âmbito sexual. A sociedade ocidental moderna, na sua assinalada altivez de observar a heterossexualidade, confirma a divisão hétero/homo como determinada na biologia, na natureza ou na evolução, negando desta forma as diferenças. As classes, os sexos e os prazeres de antigamente eram observados como construções superficiais. Porém, a ideia infundada que a biologia determinou, ao contrário do que julga, o binário heterossexual/homossexual não está na natureza, trata-se antes de uma construção social e, por isso, desconstruível (Katz, 1996).

2.3 A construção de famílias e suas expectativas

Uma família consiste num grupo de pessoas ligadas diretamente por vínculos de parentesco, no qual as pessoas adultas asseguram a responsabilidade do cuidado das crianças (Giddens, 2010). Ora, a família é o primeiro lugar onde se organiza o quotidiano da criança, desde a linguagem até todos os usos e costumes, normalizando e naturalizando a vida, dizendo o que é normal e o que não é. No entanto, o conceito de família muda através dos tempos, com as suas opções e exigências (Galano, 2006).

Se observarmos a sexualidade da época da burguesia vitoriana - século XIX - no qual Foucault (1999) faz uma abordagem, a família conjugal ficava dentro de casa com a intenção de reproduzir. Não se falava do sexo e o casal legítimo e procriador é que impunha a lei, determinando-se como modelo, dominador da norma e dono da verdade (Foucault, 1999).

Dias (1994) refere que ao longo de todas as épocas históricas e sociais, a família foi sempre objeto das atenções dos partidos políticos e suas ideologias, tendo como finalidade o seu controlo social. O Estado sempre se preocupou em criar um significado de família e da sua forma de vida natural. Assim, a autora tem como objeto de análise “*a família no discurso político*” (Dias, 1994, p. 98), tal como é concebido pelo Estado português que encara a família “*como uma instituição fundamental de reprodução biológica e social*” (Dias, 1994, p. 98). Por isso, o discurso político origina e contribui para o sistema de (re)construção social da família (Dias, 1994).

Porém, tendo em conta a perspetiva sociológica, não podemos abordar o conceito de “família” como se existisse uma norma de vida familiar mais ou menos universal. Pois a supremacia da família nuclear tradicional foi sofrendo alterações vincadas ao longo da segunda metade do século XX. Existem também diferenças destacadas nos modelos familiares entre os grupos étnicos minoritários. Ainda, desde os anos 80 que existe um interesse académico crescente pelas famílias homossexuais. Por essa razão, sublinhamos a importância do uso do termo “famílias”, pois parece ser mais apropriado e lembra-nos da grande diversidade das formas familiares (Giddens, 2010).

Agora, vejamos na atualidade quando uma criança ou jovem quebra as regras do “normal” e do “natural”: como reage a família?, o que acontece ao desenvolvimento da criança ou jovem que se encontra fora da norma social?, e a estrutura familiar, como passa a funcionar?

Tendo em conta o ponto de vista social, existe um amplo convénio sobre o que se compreende por género, sexualidade e parentalidade. É um pacto conhecido por *heteronormatividade*, em que predomina a prática sexual “normal” (Jackson, 2006 como citado em Ricardo, 2016), que é o esperado, em simultâneo com a identidade de género consequente do sexo biológico (Schilt & Westbrook, 2009 como citado em Ricardo, 2016). Como já explicamos no subcapítulo anterior.

A heterossexualidade e o binarismo de género são a realidade “mais verdadeira” e “mais natural”, sendo o foco primordial a volta dos planos para a criança que vai nascer. Para as mães e pais representa a certeza de que um dia a filha irá encontrar um homem, ou o filho uma mulher, com quem vai casar e ter descendentes. A genitália é uma condição

determinante na existência da criança (Hauer & Guimarães, 2015). O órgão genital restringe o gênero e incute a uma só forma de desejo. Deste modo, como não existe outra alternativa, segue-se a ordem prevista (Louro, 2004 como citado em Hauer & Guimarães, 2015).

Tendo em conta esta realidade, o processo da revelação da homossexualidade ou transgeneridade torna-se um desafio para a/o filha/o que quer contar à mãe e ao pai, pois existe o medo de ser rejeitada/o, além do temor da sociedade. Concebe-se a ideia de desapontamento que poderá causar à família por não corresponder às expectativas da mãe e do pai. Como o modelo heteronormativo é o esperado, os grupos minoritários são vistos como uma ameaça à moral das famílias tradicionais (Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018).

Para compreender este conjunto de fatores, foi realizado um estudo qualitativo no Brasil, no qual Braga *et al.* (2018) analisaram as experiências de 12 adolescentes e jovens *gays* ou *lésbicas*, no processo de divulgação da orientação sexual às suas famílias. Os resultados desse estudo mostraram que as reações familiares no processo de “saída do armário” das pessoas participantes foram violentas, com perseguições, repressão das expressões e até a expulsão de casa, tendo deste modo um impacto na saúde e qualidade de vida das/os adolescentes e jovens (Braga *et al.*, 2018).

Ryan *et al.* (2009) realizaram um estudo à escala quantitativa, com 224 jovens adultas/os americanas/os com idades entre os 21 e 25 anos, recrutadas/os em diversos locais e organizações. O estudo foi efetuado com o intuito de compreender as reações familiares, face à orientação sexual e expressões de gênero da sua filha ou filho durante a adolescência e dos seus efeitos provocados na saúde. O resultado do estudo indicou o efeito desfavorável, penalizador e traumático das reações da família, face à revelação da homossexualidade. Sendo que as taxas mais altas de rejeição familiar, durante a adolescência, foram claramente associadas aos piores resultados na saúde das/os jovens adultas/os *lésbicas*, *gays* e *bissexuais*. Os níveis mais altos de rejeição familiar durante a adolescência, relatado pelas/os jovens, mostrou com base das razões da probabilidade, o incentivo de 8,4 vezes mais probabilidade de tentativa de suicídio, 5,9 vezes mais probabilidade de adquirir altos níveis de depressão, 3,4 vezes mais probabilidade em usar

drogas ilegais e 3,4 vezes mais probabilidade de ter tido relações sexuais desprotegidas, se comparado com adolescentes homossexuais que relataram nenhum ou baixos níveis de rejeição familiar (Ryan *et al.*, 2009).

Voltando às/aos adolescentes e jovens, os problemas de convivência e relacionamento familiar surgem quando a mãe e o pai não fazem o acolhimento à/ao filha/o, ou exigem que se guarde segredo sobre a sua orientação sexual. São reações que podem afugentar as/os adolescentes e jovens homossexuais dos seus lares de forma involuntária, ou podem intencionalmente ser expulsos de casa pela própria família. Assim, quando não existe o respeito pela orientação sexual da/o filha/o ou se procede com a expulsão de casa, a/o adolescente ou jovem, tem que se construir uma nova referência de família a partir de recursos da comunidade e/ou do grupo de amigas/os, devido ao assinalado desamparo e falta de apoio da família de origem (Sedgwick, 2007 como citado em Braga *et al.*, 2018).

As/os adolescentes e jovens LGBT necessitam de uma rede de apoio social significativa que lhes dê abrigo e transmita segurança. Essa rede social consiste numa estrutura formada por pessoas e serviços por meio do qual o amparo social é gerado – é uma organização que interage de forma recíproca com as pessoas. As relações de vínculo são aprofundadas e seus serviços competentes promovem o bem-estar, saúde e qualidade de vida (Sluzki, 1997 como citado em Braga *et al.*, 2018). Por exemplo, em Portugal, entre outras organizações, existe o Centro Gis, uma estrutura cofinanciada pelo Fundo Social Europeu (FSE) no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) do Portugal 2020, que oferece vários serviços especializados a pessoas LGBT e também a familiares, desde: o atendimento a pessoas LGBT vítimas de violências doméstica e/ou de género, apoio psicossocial, grupos de promoção do suporte social, etc....¹²

Portanto, os vários estudos têm mostrado que as pessoas LGBT conseguem lidar mais facilmente com a sua sexualidade quando possuem o amparo da família. Contudo, a família não sente menos sofrimento, pois também vive a experiência do processo de “aceitação” (Hauer & Guimarães, 2015). Como assinala Modesto (2010), é preciso entender que enquanto as/os filhas/os experimentam um processo de descoberta da sua não

¹² Centro Gis (2021, maio 26). Recuperado de: <https://www.associacaoplanoi.org/centrogis/>.

heterossexualidade ou não cisgeneridade, as mães e os pais geralmente vivenciam-no no momento da revelação. E esta divergência é muito importante para compreender as mães e os pais, pois apercebem-se de um fenómeno que pertencia a uma outra realidade (Modesto, 2010 como citado em Hauer & Guimarães, 2015). Mesmo que a/o filha/o já se mostre “diferente” desde criança, a heteronormatividade e cisgeneridade, que impera nas sociedades, não consente o vestígio de outras possibilidades. Por isso, fica evidente a necessidade urgente de ampliar o debate acerca do papel da mãe e do pai no processo de vivência após a confidência da/o filha/o como LGBT, pois são ainda muitos os estereótipos e preconceitos direcionados às pessoas fora da norma (Hauer & Guimarães, 2015).

2.4 A família e o confronto com a nova realidade

Existe uma diversidade incomensurável na forma de ser homem, mulher, feminino, masculino, homossexual, heterossexual, cisgénero, transgénero.... Todavia, há que reconstruir a perceção da ideia de sexo, género e sexualidade, que pode ser discordante com as expectativas. Por essa razão, é fundamental garantir autonomia e pluralidade no processo de edificação das pessoas, ou seja, *“lutar por uma política de reconhecimento e discursos não opressivos para uma valorização e aceitação de todas essas expressões”* (Alencar, 2015, pp. 12 - 13).

Devido à falta de conhecimento e informação sobre a diversidade humana, as crianças com identidades e expressões de género não-normativas podem ter efeitos negativos tanto para a família como para a sociedade. Este facto não ajuda as famílias, pois não sabem como conviver com as/os próprias/os filhas/os LGBT, nem sabem lidar com a sociedade circundante, que também não possui os conhecimentos imprescindíveis para uma boa integração destas crianças (Riley *et al.*, 2013 como citado em Ricardo, 2016).

Há que ter em conta que as famílias inconscientemente educam as/os filhas/os com os princípios heteronormativos, além de fazerem corresponder as performances de género ao sexo biológico. Para isso, as famílias utilizam várias estratégias com elogios e valorização de experiências e formas de presenças que julgam levar à heterossexualidade, eliminando o que julgam levar à divergência sexual e/ou de género, através do controlo e vigilância (Toledo, 2013 como citado em Toledo & Filho, 2013). Todavia, as reações das mães e dos pais após revelação da/o filha/o acerca da sua orientação sexual são diversas, dependem

de cada caso familiar: do tipo de vínculo entre a mãe, o pai e filha/o, dos sentimentos criados entre os membros da família, do relacionamento entre as/os irmãs/irmãos, do compromisso com os fundamentalismos religiosos, do moralismo social, da tradição, da ética e valores de respeito aos direitos humanos, entre outros aspetos (Modesto, 2008 como citado em Toledo & Filho, 2013). A repetição da heteronormatividade na comunicação familiar pode manifestar-se de modos distintos e intensidades diversas, desde: o total silenciamento atribuído à referência da diversidade sexual e de género, a produção de muitos estigmas que atuam sobre as pessoas que não se ajustam em tal norma, a segregação do membro da família de forma simbólica ou verídica, a violência física, e, por último, até ao assassinato (Toledo & Filho, 2013).

Todavia, essa nova realidade - a descoberta de uma/um filha/o LGBT - pode ser compreendida como a morte de uma/um filha/o idealizada/o, pois oferecerá às mães e aos pais a vivência de um luto simbólico, que neste caso leva a uma resignificação da vida das mães e dos pais (Rosa *et al.*, 2017). As mães e os pais têm o projeto de vida da/o filha/o planeado muito antes do seu nascimento, concebem nas filhas e nos filhos o que sempre sonharam e ambicionaram para as suas vidas, esperam que sejam tudo aquilo que as mães e pais não conseguiram ser nem conseguiram realizar, ficando a sua descendência com a responsabilidade de realizar tais desejos (Vendrusculo, 2014 como citado em Rosa *et al.*, 2017).

Por essa razão, a descoberta da homossexualidade de uma filha ou filho provoca na família conturbados sentimentos discordantes, complementares e paradoxais, tais como: amor e frustração, amor e decepção, amor e tristeza, amor e medo, etc., produzido pela manipulação de dualidades contrárias de valores - o da construção do amor para com as/os filhas/os e do juízo social negativo da homossexualidade. Porém, mais difícil ainda do que “aceitar” uma/um filha/o homossexual é saber que será discriminada/o (Modesto, 2015 como citado em Rosa *et al.*, 2017). Todavia, a família teme a exposição, a ridicularização e o preconceito dirigido às suas filhas e filhos e à própria família (Richardson & Hart, 1983 como citado em Rosa *et al.*, 2017).

É preciso ter em conta que a/o filha/o antes de confidenciar a homossexualidade à mãe e ao pai lutou durante muito tempo com a dúvida, a vergonha e o medo. Por isso, na

presença desse confronto, a mãe e o pai terão de decidir se devem ou não informar ao resto da família e perante a sociedade. Por conseguinte, a “saída do armário” da/o filha/o está evidentemente a obrigar a sua família a enfrentar o mesmo dilema. Portanto, torna-se num processo familiar que afeta todo o agregado e não um processo somente individual (Castanheda, 2007 como citado em Rosa *et al.*, 2017).

Todas as pessoas sentem na pele o que é ser amado e poder contar com o apoio da família – uma condição básica para qualquer ser humano adquirir bem-estar emocional, desenvolver-se convenientemente e ser feliz. Para as pessoas LGBT isso é imprescindível, pois sofrem em duplicado: o preconceito social e o autopreconceito, consequente do primeiro. Por isso, existe um indicador bastante elevado de suicídios e abuso de álcool e drogas aplicados por pessoas LGBT, quando mães e pais não compreendem nem respeitam a sexualidade ou identidade das suas filhas e filhos (Modesto, 2015 como citado em Rosa *et al.*, 2017).

Por essa razão, convém assinalar a importância da família e do respeito para com a/o filha/o LGBT, pois *“é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos”* (Singly, 2000 como citado em Toledo & Filho, 2013, p. 381). Mães e pais que respeitam e aprendem a conviver com essa nova realidade significa assumir o desafio de lutar contra o preconceito social introjetado. O que marca a experiência vivida é o anseio de querer compreender a orientação sexual ou identidade de género de filhas e filhos. Para essas mães e pais é um ato de inconformismo, pois têm que aprender a ser mãe e pai de LGBT, ou seja, *“significa ter condições de desempenhar a função de uma família que compreende, protege e acolhe”* (Nascimento & Garcia, 2018, p. 218). A necessidade de reconhecer as/os filhas/os expressa a declaração de importância e sentido, para que nos sintamos pessoas genuínas e verdadeiras. *“Por isso, a família, com todas suas transformações e justamente por conta delas, permanece sendo uma instituição de grande peso para os sujeitos do momento histórico atual”* (Toledo & Filho, 2013, p. 381).

Capítulo 3. A relevância da AMPLOS, do ativismo, da legislação e das estatísticas

A cobertura noticiosa de eventos LGBT em Portugal em jornais e canais de referência é hoje manifestamente mais inclusiva e rigorosa quando comparada com a década de 1990, e isso deve-se, em grande medida, ao empenho do movimento LGBT em operar tal mudança, forçando a sua passagem progressiva de objeto a sujeito noticioso. (Santos, 2009, p. 77).

3.1 O nascimento da AMPLOS

A AMPLOS é uma organização pioneira em Portugal que nos incita à reflexão sobre o aparecimento deste fenómeno. Porque surge a necessidade de uma associação de mães e pais com filhas/os LGBT na nossa sociedade? Como funciona? Quais os seus objetivos? Que papel tem desempenhado na população portuguesa e até no mundo?

A organização nasce como associação sem fins lucrativos e adota a denominação de AMPLOSIG, tornando-se na primeira iniciativa portuguesa a mobilizar as famílias de pessoas com uma orientação sexual ou identidade de género fora da norma.¹³

Esta organização tem como fonte inspiradora a associação *rede ex aequo*. A rede ex aequo foi um projeto idealizado por Rita Paulos e criado através do “Projeto Descentrar”, desenvolvido na Associação ILGA Portugal. O projeto foi financiado pelo Instituto Português da Juventude (IPJ) com a duração de 2 anos, terminando em dezembro de 2003, como tinha sido previsto. O objetivo visava ajudar a criar grupos para uma rede de apoio, quebrar o isolamento e fomentar o ativismo de jovens lésbicas, *gays*, bissexuais, trans, Intersexo (LGBTI) e apoiantes entre os 16 e os 30 anos de idade, em Portugal. A rede ex aequo começou as suas atividades informalmente em janeiro de 2002. Foi fundada como sendo uma associação de jovens em abril de 2003 e legalizada em setembro do mesmo ano, tendo os seus estatutos mais recentes publicados na Série III do Diário da República a 25 de maio de 2004.¹⁴

Margarida Lima de Faria, fundadora da AMPLOS, deixa o seu testemunho (em vídeo, minuto 3:05) na comemoração dos 10 anos da rede ex aequo, em abril de 2013:¹⁵

Foi a rede ex aequo que enquadrou a minha filha, que andou um pouco perdida quando tinha 16 anos, muito antes de existir a AMPLOS e eu percebi logo que era uma organização com muito bons princípios,

¹³ AMPLOS (2021, maio 27). Recuperado de: <https://amplosbo.wordpress.com/about/>.

¹⁴ Rede ex aequo (2021, maio 27). Recuperado de: <https://www.rea.pt/quem-somos/>.

¹⁵ Rede ex aequo (2013, abril 05). *Dez anos de rede ex aequo* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=kaUt-q9VBCA>.

com uma grande capacidade organizativa... e ela ficou de repente muito mais feliz... com a sua autoestima muito mais em paz e foi uma das coisas importantes que lhe aconteceram na altura do seu *coming out*: foi ter conhecido a rede ex aequo.... (Margarida Faria, 2013).

Foi no dia 6 junho de 2009 que a fundadora da AMPLOS apresentou o seu Projeto à rede ex aequo, no Centro LGBT de Lisboa (lembramos que a rede ex aequo é uma associação de jovens entre os 16 e 30 anos de idade). Deixamos aqui uma pequena parte do texto refletido para a sua apresentação, com o título: *“O que sabemos e sentimos”*.

Sentimos que muito falta fazer para que os homossexuais sejam aceites, possam assumir abertamente a sua identidade, exprimir os seus afetos, casar, ter igualdade de tratamento jurídico; em suma serem pessoas de pleno direito, serem cidadãos de plena cidadania. (...). Sabemos que muitos pais reagem de forma brutal a essa situação pelas expectativas que criaram em relação aos filhos, pelos preconceitos que circulam, e abundam, na sociedade, pela falta de informação resultante dos tabus que se têm perpetuado em torno da discussão aberta do tema. (...). Também sabemos que os pais estão muito sozinhos, nem sempre sabem como agir da melhor forma. Andam eles próprios a aprender a ser pais, a como sair do seu “armário” de pais, reprimindo o desejo de escancarar a porta toda, e celebrar todo o amor que sentem por esses filhos. (AMPLOS, 2009).¹⁶

Mais tarde, nesse mesmo ano, houve mais duas apresentações: no dia 10 de outubro - considerada data do aniversário da AMPLOS - é feita a apresentação pública do Projeto da AMPLOS na “Livraria Ler Devagar”, em Lisboa, tendo sido realizado na primeira parte do evento o primeiro encontro de mães e pais e no segundo tempo o encontro de amigas/os e organizações; e no dia 12 de dezembro é feita a apresentação da AMPLOS no espaço cultural “Cadeira de Van Gogh”, no Porto. Finalmente, no dia 20 de abril de 2010 a AMPLOS é constituída oficialmente como associação. Desde então, a AMPLOS tem realizado diversos projetos, desde conferências internacionais, publicação de livros, parcerias nacionais e internacionais, etc. Contudo, o principal motivo da existência desta associação são os encontros presenciais de mães e pais que se realizam, com mais frequência, tanto em Lisboa como no Porto.¹⁷

Um dos projetos concretizados, por exemplo, foi a apresentação de um livro, em dezembro de 2013, com o título *“Amar incondicionalmente”* - um guia que ajuda a compreender e a respeitar a homossexualidade da/o filha/o -, apresentado num desses encontros de mães e pais, tanto em Lisboa como no Porto. O livro é da autoria do psicólogo e professor Henrique Pereira, que contou com a participação da AMPLOS.¹⁸

¹⁶ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://amplosbo.wordpress.com/about/>.

¹⁷ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://amplosbo.wordpress.com/agenda/>.

¹⁸ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://amplosbo.wordpress.com/2013/12/>.

A primeira conferência internacional de associações de mães e pais de LGBT, organizada pela AMPLOS, foi realizada nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2014 com o título “Ao Teu Lado – Famílias pela igualdade contra a Discriminação”, que assinalou o 5.º aniversário da AMPLOS.¹⁹ O encontro recebeu associações convidadas de países como França (CONTACT),²⁰ Itália (AGEDO),²¹ Espanha (AMPGYL)²² e uma mãe mexicana a residir nos Estados Unidos da América (EUA). Os temas discutidos foram a homossexualidade, bissexualidade, expressão e identidade de género. Também algumas associações portuguesas marcaram presença, como a ILGA - Portugal, a rede ex aequo, a Associação de Apoio a Pessoas com Disforia de Género (JANO)²³ e a Associação para o Planeamento da Família (APF).²⁴ Pela primeira vez, a Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Lisboa (FAPLX)²⁵ esteve presente num evento sobre questões LGBT, representado por Manuel Barata. Entre mais participações estiveram o psicólogo Henrique Pereira e a socióloga Sandra Saleiro (Faria, 2014).

No dia 8 de outubro de 2016 foi realizada mais uma Conferência Internacional, organizada pela AMPLOS em parceria com o CIES-ISCTE-IUL,²⁶ com o título “Diversidade de género na infância”. Esta conferência contou com a presença e participação da presidente e da vice-presidente da associação espanhola *CHRYSALLIS*.²⁷ Participaram ainda por videoconferência: a mãe mexicana a residir nos EUA, copresidente da *Associação Internacional Famílias por la Diversidad Sexual (FDS)*²⁸ e também membro do *Gender and Family Project (GFP)*,²⁹ e um pai do Chile da *Fundación Juntos Contigo*.³⁰ O tema de

¹⁹ AMPLOS (2014, outubro 10, 11 e 12). Conferência “AO TEU LADO” [vídeos]. YouTube. <https://www.youtube.com/user/amplosbo/videos>.

²⁰ *Dialogue entre les parents, les lesbiennes, gays, bi et trans, leurs familles et ami·e·s*. Para conhecer melhor: <https://www.asso-contact.org/>.

²¹ *Associazione di genitori, parenti e amici di persone LGBT+*. Para conhecer melhor: <https://www.agedonazionale.org/>.

²² *Asociación de Madres y Padres de Gays, Lesbianas, Transexuales y Bisexuales*. Para conhecer melhor: <https://www.ampgyl.org/index.php>.

²³ Para conhecer melhor: https://www.facebook.com/jano.portugal/?ref=page_internal.

²⁴ Para conhecer melhor: <http://www.apf.pt/quem-somos>.

²⁵ Para conhecer melhor: <https://sites.google.com/site/faplxportugal/faplx>.

²⁶ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa.

²⁷ *Asociación de Familias de Menores Trans**. Para conhecer melhor: <https://chrysallis.org/>.

²⁸ Para conhecer melhor: <https://familiasporladiversidad.org/index.html>.

²⁹ Para conhecer melhor: <https://genderandfamilyproject.org/mission>.

³⁰ Para conhecer melhor: <https://fundacionjuntoscontigo.org/nosotros.html>.

discussão visava os processos de mudança na lei, assim como no sistema de ensino, nos seus países, nos quais estiveram empenhadas/os como mães e pais e como ativistas. Também participaram no debate mães e pais de Portugal, com o relato das suas experiências de vida sobre a diversidade de género das suas crianças. Ainda, houve a participação de uma deputada do Partido Socialista (PS) e de um deputado do Bloco de Esquerda (BE). Também estiveram presentes membros do governo, sociólogas/os, psicólogas/os, etc.³¹

Todavia, a AMPLOS tem atuado de forma empenhada para a implementação e alterações de políticas públicas na sociedade portuguesa. Destacamos o dia 9 de janeiro de 2018, onde a AMPLOS teve uma participação preponderante, juntamente com outras entidades LGBT, numa Audição Parlamentar conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª, em que o Governo “*Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressões de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa*”; do Projeto de Lei n.º 242/XIII/1.ª, do partido político BE, em que “*Reconhece o direito à autodeterminação de género*”; e do Projeto Lei n.º 317/XIII/2.ª, do partido político Pessoas, Animais e Natureza (PAN), que “*Assegura o direito à Autodeterminação de Género*” (Audição Parlamentar n.º 24-SIND-XIII, 2018).

Como vimos, a dinâmica de apresentar género e diversidade sexual nas políticas públicas de educação tem o envolvimento dos movimentos nacionais e até internacionais, que fazem circular o diálogo no processo de negociação à volta das demandas do movimento LGBT, podendo desta forma tornar as políticas públicas mais inclusivas, mais igualitárias e justas para todas as pessoas (Vianna, 2015).

Relativamente às parcerias internacionais, atualmente a AMPLOS pode contar com a ajuda fundamental da sócia fundadora Margarida Faria, que para além de pertencer à direção como presidente da *European Network of Parents of LGBTI+ Persons* (ENP), representa nessa organização a AMPLOS.³²

A ENP foi lançada em Malta em fevereiro de 2017, onde cerca de 50 mães e pais de 14 países europeus reuniram-se numa conferência e três *workshops*. Líderes locais e

³¹ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://www.amplos.pt/noticias/conferencia-internacional-diversidade-de-genero-na-infancia/>.

³² ENP. (2021, maio 28). Recuperado de: <https://enparents.org/about/executive-board/>.

internacionais da comunidade LGBTIQ,³³ líderes da política e de religião locais estiveram presentes, fornecendo percepções e experiências. Contou com a presença da Ministra Helena Dalli e membros do Parlamento Europeu, Miriam Dalli e Roberta Metsola, bem como outras/os oradoras/es da Direção-Geral da Justiça da Comissão Europeia, ILGA-Europa e do Conselho Consultivo LGBTI de Malta. A ENP é uma Organização Voluntária registada em Malta, posicionada para atuar como intermediária sempre que políticas e medidas legislativas estiverem a ser elaboradas e implementadas, podendo oferecer percepções e sugestões úteis para tornar o processo de mudança mais tranquilo e respeitoso.³⁴

No ano de 2018, Lisboa foi a cidade escolhida pelas organizações ENP e a *Network of European LGBTIQ Families Associations* (NELFA)³⁵ para realizarem as suas Assembleias Gerais no dia 17 de março. Estas duas organizações realizaram também uma Conferência conjunta sobre o tema *We Should Speak Out: LGBTI and Family rights*, no dia 16 de março. Ambos os eventos tiveram lugar no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em Lisboa. A AMPLOS e a ILGA-Portugal foram as duas associações organizadoras. Tiveram a participação de famílias de Malta, Suécia, Espanha, Ucrânia, Moldávia, Bielorrússia, Quirguistão, Lituânia, Rússia, Itália, Polónia, Alemanha, Albânia, Croácia, França, Arménia, Turquia, entre outros países.³⁶

Para ganhar maior visibilidade enquanto ENP e para chegar as inúmeras famílias que ainda vivem escondidas, nesse mesmo ano, em outubro, foi realizado uma compilação de 26 histórias de mães e pais de toda a Europa com o intuito de publicar mais tarde um livro. A recolha de histórias visa a partilha do momento da “saída do armário” das/os filhas/os e pode contar com a participação de duas mães de Portugal, da AMPLOS (curiosamente, a primeira história do livro é da minha autoria). O livro com o título “*Tell it out!*” foi lançado em finais do ano de 2020 e teve o financiamento do Conselho da Europa.³⁷

³³ Lésbica, Gay, Bissexual Transgénero, Intersexo, Queer/Questionando.

³⁴ ENP (2021, maio 28). Recuperado de: <https://enparents.org/resources/testimonials/>.

³⁵ Para conhecer melhor: <http://nelfa.org/>.

³⁶ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://www.amplos.pt/noticias/lisboa-ira-receber-a-organizacoes-europeias-de-familias-enp-e-nelfa-nos-proximos-dias-16-a-18-de-marco/>.

³⁷ ENP (2021, maio 28). Recuperado de: <https://enparents.org/tell-it-out/>.

Atualmente, a AMPLOS tem um projeto cofinanciado pelo POISE³⁸ - Portugal 2020,³⁹ o Projeto “Ampliando Famílias”, o qual conta com a coordenação direta do núcleo da AMPLOS-Porto. Este projeto visa a elaboração de materiais informativos e práticos e a capacitação de mães, pais e pessoas próximas de crianças e jovens LGBT enquanto mediadoras e facilitadoras junto de outras famílias.⁴⁰

Em março de 2019, ano em que a AMPLOS comemora dez anos de existência, a associação recebeu finalmente a aprovação ao pedido para ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Tal denominação encontra-se no seu artigo 1.º dos estatutos da AMPLOS.⁴¹ De acordo com a Direção Geral da Segurança Social (DGSS), uma IPSS tem como propósito dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre as pessoas, que não sejam administradas pelo Estado ou por uma autarquia, para dar seguimento, entre outros, ao objetivo de apoio à família.⁴²

Por fim, a AMPLOS como IPSS e de acordo com os seus estatutos no artigo 3.º, tem como objetivos principais: facilitar o livre desenvolvimento das pessoas em sintonia com a sua orientação sexual e a sua identidade de género, através da total integração na família e na sociedade; coordenar, estudar e dirigir ações que visem a transformação, educação e fomento do respeito pela diversidade sexual, afetiva, familiar e social; e colaborar com todas as organizações que lutam por uma sociedade mais justa, baseada nos princípios constituintes da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Posteriormente, nos seus objetivos específicos, pretende: colaborar com organismos governamentais e do poder local na definição de políticas pelos direitos LGBTI; construir parcerias com organizações do círculo europeu, apoiando a constituição de organizações similares em países onde

³⁸ Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

³⁹ Trata-se de um dos acordos de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia - Fundo Social Europeu, no qual se define o princípio de programação que consagra a política de desenvolvimento de inclusão social e emprego. Um dos pontos consiste em promover a inclusão ativa e a igualdade de oportunidades, em Portugal, entre 2014 e 2020. Portugal 2020. (2021, junho 22). Recuperado de: <https://www.portugal2020.pt/>.

⁴⁰ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://www.amplos.pt/projectos/projecto-ampliando-familias/>.

⁴¹ AMPLOS (2021, maio 28). Recuperado de: <https://www.amplos.pt/estatutos/>.

⁴² Segurança Social (2021, maio 28). Recuperado de: <https://www.seg-social.pt/instituicoes-particulares-de-solidariedade-social-registo>.

estas não existam, e promover atividades europeias na defesa dos direitos LGBTI e suas famílias.⁴³

3.2 O início do ativismo pela causa LGBT em Portugal

Em Portugal surgem as primeiras tentativas de mobilização pelos direitos de pessoas LGBT após 25 de abril de 1974. Até essa data o regime ditatorial reprimiu, perseguiu e enclausurou todas as pessoas suspeitas de não cumprir uma lei que começou a 20 de julho de 1912 e que igualava a homossexualidade ao crime de vadiagem, punindo-a de forma similar à prostituição ou ao proxenetismo (Bastos, 1997 como citado em Santos, 2009).

Nesse sentido, Santos (2003) faz uma abordagem profunda sobre “*A emergência do movimento LGBT em Portugal*” (Santos, 2003, p. 353) que começou na década de 70 do século XX, até o início do século XXI. Porém, o nascimento de um associativismo LGBT reconhecido surge só na década de 1990, como veremos cronologicamente de seguida:

- Em 1974, surge o Movimento de Ação Homossexual Revolucionária (MAHR) na comemoração do 1.º de maio, no Porto, com um cartaz onde se lia “*Liberdade para os Homossexuais*”. E no dia 13 de maio é publicado no *Diário de Lisboa* o manifesto com o título “*Liberdade para as minorias sexuais*”;

- Em 1980, nasce o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), um importante coletivo considerado como o primeiro movimento dinamizador, mas que acabou por desaparecer dois anos mais tarde;

- Em 1982, é realizado no Centro Nacional de Cultura (CNC) um ciclo de debates com o tema “*Ser (Homo)sexual*”, sendo o primeiro grande debate público sobre o tema;

- Em 1984 e 1987, terapeutas sexuais organizaram o I e o II Congresso Nacional de Sexologia, nos quais se discutiram o tema da homossexualidade num painel de discussão;

- Em 1990, nasce pelas mãos de um grupo de ativistas lésbicas a revista *Organa*, com o objetivo de discutir questões relacionadas com a orientação sexual e colmatar o isolamento sentido pelas pessoas lésbicas que residiam fora dos centros urbanos;

⁴³ AMPLOS (2021, maio 29). Recuperado de: <https://www.amplos.pt/estatutos/>.

- Em 1991, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), constituído no Partido Socialista Revolucionário (PSR), organizou ações de rua e atos de denúncia de posturas homofóbicas. Ainda, envolveram-se nas lutas por alterações na legislação, propondo a proteção jurídica contra a discriminação;

- Em 1993, a revista *Organa* originou a revista *Lilás*, uma revista quadrimestral de divulgação, informação e defesa dos direitos das pessoas lésbicas. Assumido como um grupo que promove encontros, saraus de poesia, etc. e cujo principal objetivo, tal como a antiga revista *Organa*, visa levar informação a pessoas lésbicas nos meios rurais;

- Em 1995, a secção portuguesa da *International lesbian and Gay Association* (ILGA-Portugal) dá início as suas atividades, tendo o reconhecimento oficial em 1997 com a inauguração do novo Centro Comunitário Gay e Lésbico, num espaço outorgado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML). Usufruindo de um centro de documentação, um bar e serviço semanal de atendimento psicológico e jurídico, e ainda organiza saraus de poesia, festas temáticas, etc;

- Em 1996, é fundado, por três amigas, o Clube Safo, formalizado em 2002. Foram responsáveis pela realização de encontros, festas de fim de ano, atividades desportivas e organização anual do único acampamento sáfico do país. Ainda, edita desde 1997 o boletim bimestral *Zona Livre*, um espaço de informação, divulgação e luta contra a discriminação de caráter lésbico;

- Também em 1996 nasce o PortugalGay.PT, um espaço LGBT nacional na *internet*, com tradução em vários idiomas, para difusão de documentos, serviços e iniciativas, contribuindo paralelamente ainda para o combate da discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género. Sob direção de João Paulo, esta associação foi responsável ainda: pelo primeiro *Porto Gay and Lesbians Guide* (um mapa da cidade do Porto com indicação dos locais LGBT); em 2000, pela organização do primeiro *Porto Pride*; em 2001, pela primeira animação LGBT numa discoteca heterossexual, no *SoundPlanet, Porto*; e pela distribuição gratuita de preservativos em vários locais LGBT, disponibilizados pela Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS);

- Ainda em 1996, Isidro Sousa concebe a revista *Korpus*, a primeira publicação periódica *gay* e única até 2001. A revista *Korpus* cobriu uma grande variedade de assuntos de interesse LGBT e foi comercializada de Norte a Sul do país;

- Em 1997, a *Opus Gay* começa a atuar no âmbito dos Direitos Humanos das pessoas LGBT, com sede em Lisboa desde 1998 e filiais informais no Porto e Coimbra. Realizou a primeira comemoração do Dia do Orgulho Gay realizada fora da capital, em 1999, na discoteca *Gente Gira*, no Porto. Entre muitas atividades, oferece um “*dog&cat sitter*”, um serviço de limpeza doméstica, atendimento jurídico, médico e psicólogo, etc.;

- Em 1998, as mulheres da ILGA-Portugal criaram o Grupo de Mulheres (GM), que com reivindicações e um manifesto próprios marcaram uma posição no meio lésbico com a realização de debates, passeios e outras atividades lúdicas. Em 1999, organizou um Ciclo de Filmes Lésbicos, na sede da ILGA-Portugal. Durante a preparação da terceira edição do Festival de Cinema Gay e Lésbico, o GM participou de forma especial na seleção e criação de legendas dos filmes exibidos para mulheres;

- Em 2000, surgiu o NÓS, um movimento que nasceu na Universidade do Porto (UP) e teve como objetivo “confrontar os pontos de vista da tradição hegemónica (heterossexista, homofóbica e machista) com todas as outras realidades existentes”. Este movimento organizou a maioria das atividades da 1.ª semana do Orgulho LGBT no Porto, em 2001, com debates, apresentação de filmes, sessões de poesia e operações de sensibilização junto da população;

- Também em 2000, Simão Mateus cria o Grupo Oeste Gay (GOG), cujo principal objetivo consistia em incluir pessoas *gays* da região oeste do país na população LGBT, com a organização de sessões de informação sobre discriminação e homossexualidade e a disseminação de espaços de confraternização entre pessoas *gays*;

- Em 2001, nasce em Coimbra a *Associação não te prives*, que, a par das questões dos direitos das mulheres, tem um forte núcleo de trabalho das questões LGBT, afirmando que se trata de assuntos relacionados com Direitos Humanos (Santos, 2003).

Estes são os primeiros movimentos LGBT que surgiram em Portugal – muitos ainda presentes na sociedade portuguesa e outros que deixaram de existir. Contudo, novos e variados coletivos e associações florescem até aos dias de hoje em Portugal.

3.3 A legislação para pessoas LGBT em Portugal

O Conselho da Europa define um crime de ódio contra pessoas LGBT como um ato criminoso que tem como motivo um preconceito. Os crimes de ódio incluem intimidação, ameaças, danos materiais, agressão, homicídio ou qualquer outra ação criminosa em que a vítima, instalações ou o alvo da ofensa são selecionados por causa da sua ligação, apego, afiliação, suporte ou adesão, real ou percebida a um grupo LGBT. Devendo ainda existir uma suspeita razoável de que o motivo da agressão é a orientação sexual ou identidade de género da vítima (Conselho da Europa, 2018). Assim, para ser considerado um crime de ódio, duas condições devem ser identificadas: o crime deve ser considerado como tal pelo Código Penal; o ato criminoso é executado com uma razão em particular e a pessoa agressora escolhe propositadamente a vítima devido a alguma das características pessoais, reais ou presumidas (ou seja, a pessoa não se identifica enquanto LGBT ou outra identidade minoritária, mas é identificada como tal), que estão expressamente proibidas na lei (ILGA-Portugal, 2020).

Porém, até ao reconhecimento do crime de ódio motivado pelo preconceito em função da orientação sexual e da identidade de género, muitas implementações e reformas importantes para a população LGBT passaram ao longo dos anos pela legislação portuguesa e que destacamos cronologicamente de seguida:

- Em 1982, com a revisão do Código Penal, a homossexualidade é descriminalizada em Portugal;⁴⁴

- Em 2001, a Lei n.º 7/2001 de 11 de maio regula a situação jurídica de duas pessoas, independentemente do sexo, que vivam em união de facto há mais de dois anos;

- Em 2003, o Código do Trabalho (CT), aprovado pela Lei n.º 99/2003 de 27 de agosto, estabelece um regime único em que o direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho não se restringe à tradicional proibição de atos discriminatórios em função do sexo, inclui expressamente tal proibição em função da orientação sexual;

- Em 2004, o artigo 13.º da Constituição (Princípio da Igualdade), alterado pelo Artigo 4.º da Lei Constitucional n.º 1/2004, passa a prever expressamente que ninguém

⁴⁴ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). (2021, maio 29). Recuperado de: <https://www.cig.gov.pt/area-lgbti/enquadramento/>.

pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão (...) da sua orientação sexual;

- Em 2006, a Lei n.º 37/2006 de 9 de agosto, nas definições do artigo 2.º, assegura a liberdade de circulação ao cônjuge «Cidadão da União», ou com quem resida em união de facto, ou mantenha uma relação permanente devidamente reconhecida pelo Estado-Membro de residência;

- Em 2007 é alterado o Código Penal pela Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro. No artigo 132.º considera que *homicídio qualificado* se determinado por ódio racial (...) ou pela orientação sexual da vítima; e no artigo 240.º pune a discriminação, o ódio ou a violência racial, religiosa e sexual, nomeadamente na orientação sexual da vítima. Nos *crimes contra a liberdade sexual*, artigos 163.º a 170.º, e nos *crimes contra a autodeterminação sexual*, artigos 171.º a 176.ºB (os artigos 176.ºA e 176.ºB são editados pelo Artigo 3.º da Lei n.º 103/2015 de 24 de agosto e da Lei n.º 40/2020 de 17 de julho), o mesmo Código Penal elimina os tipos de crime diferenciadores de atos praticados sobre pessoas do mesmo sexo ou do sexo diferente e aumenta a idade a partir da qual o consentimento justificante pode ser eficaz, de catorze para dezasseis anos. Ainda, o artigo 152.º incluiu na *violência doméstica* o agravamento das penas a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação. Também a Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro, *lei de bases da atividade física e do desporto*, consagra no seu artigo 2.º, que todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, (...) ou orientação sexual. Neste caso, já o artigo 79.º da Constituição, alterado pelo artigo 47.º da Lei Constitucional n.º 1/89, estabelecia que incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática (...) do desporto, bem como prevenir a violência no desporto;

- Em 2008, a Lei 59/2008 de 11 de setembro *aprova o regime de contrato de trabalho em funções públicas*. O artigo 13.º (Direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho) estabelece que nenhum trabalhador ou candidato a emprego pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, (...) da orientação sexual, (...); e no artigo 14.º (Proibição

de discriminação) determina que a entidade empregadora pública não pode praticar qualquer discriminação, direta ou indireta, baseada, nomeadamente, na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, (...);

- Em 2009, a Lei 60/2009 de 6 de agosto *estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar*. No seu artigo 2.º, constitui como uma das finalidades da educação sexual a eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual. A regulação deste regime, realizada pela Portaria nº 196-A/2010 de 9 de abril, introduz a educação sexual no ensino primário e secundário definindo os currículos para os diferentes níveis de ensino;

- Em 2010, a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, no artigo 1.º, estabelece o regime que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Porém, no artigo 3.º determina que não é permitido a admissibilidade legal da adoção, em qualquer das suas modalidades, por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo. No entanto, alterações introduzidas pela Lei nº 23/2010 de 30 de agosto adotam medidas de proteção da situação jurídica de duas pessoas em uniões de facto, que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos;

- Em 2011, a Lei n.º 3/2011 de 15 de fevereiro, no seu capítulo 2 do artigo 3.º, proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente. Ainda, a Lei nº 7/2011 de 15 de março, no seu artigo 1.º, regula o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil; no seu artigo 2.º legitima o requerimento do processo as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género. No seu artigo 3.º, sobre o *pedido e instrução*, diz que o pedido pode ser apresentado nas Conservatórias de Registo Civil e deve ser instruído com o requerimento de alteração de sexo com indicação do número de identificação civil e do nome próprio pelo qual o requerente pretende vir a ser identificado, podendo, desde logo, ser solicitada a realização de novo assento de nascimento e o relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em

estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro. Tal relatório deve ser subscrito pelo menos por um médico e um psicólogo;

- Em 2012, a Lei n.º 29/2012 de 9 de agosto, no seu capítulo VI do artigo 98.º, reconhece o *direito ao reagrupamento familiar* ao cônjuge cidadão que se encontre fora do território nacional e que com ele tenha residido em união de facto devidamente reconhecido pelo país de residência. Em virtude do regime estabelecido pelas Leis n.ºs 7/2001, de 11 de maio e 23/2010 de 30 de agosto, o direito de reagrupamento familiar abrange as uniões de facto e os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Os beneficiários do estatuto de refugiado têm direito ao reagrupamento familiar nos termos acima definidos, de acordo com as disposições legais que reconheçam o estatuto de refugiado aos familiares. Ainda, a Lei n.º 51/2012 de 5 setembro estabelece, no seu artigo 7.º, os *direitos do aluno* e no artigo 10.º, os *deveres do aluno*, o direito de o aluno ser tratado e o dever de tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, verificar-se discriminação em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, (...);

- Em 2013, a Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro, por alteração ao n.º 48/95 do Código Penal, no seu artigo 240.º, consagra a identidade de género como fator de agravamento das penas nos crimes de discriminação referidos;

- Em 2015, a Lei n.º 28/2015 de 14 de abril do CT reconhece a proibição de atos discriminatórios em função da identidade de género, no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao CT aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro;

- Em 2016, a Lei n.º 2/2016 de 29 de fevereiro, por alteração à lei n.º 7/2001, no seu artigo 1.º, elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares. Ainda, a Lei n.º 17/2016 de 20 de junho, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, no seu artigo 1.º garante o acesso de todas as mulheres às técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA). No seu artigo 6.º põe termo à discriminação em função da orientação sexual e do estado civil no acesso às técnicas de PMA, mediante regulamentação que garante um igual acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Também, a norma de orientação clínica da Direção Geral da Saúde

(DGS), n.º 009/2016 de 19 de setembro, põe fim à discriminação com base na orientação sexual na doação de sangue;

- Em 2018, a Lei 38/2018 de 7 de agosto estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais primárias e secundárias de cada pessoa. As pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade, podem requerer o procedimento de mudança da menção do sexo no registo civil e da consequente alteração de nome próprio, desde que não se mostrem inabilitadas por anomalia psíquica. As pessoas com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos podem requerer o procedimento de mudança da menção do sexo no registo civil e da consequente alteração de nome próprio, através dos seus representantes legais, (...) mediante relatório de qualquer médico inscrito na Ordem dos Médicos ou psicólogo inscrito na Ordem dos Psicólogos, que ateste exclusivamente a sua capacidade de decisão e vontade informada sem referências a diagnósticos de identidade de género, tendo sempre em consideração os princípios da autonomia progressiva e do superior interesse da criança constantes na Convenção sobre os Direitos da Criança. No seu artigo 12.º (Educação e ensino) o Estado deve garantir a adoção de medidas no sistema educativo, em todos os níveis de ensino e ciclos de estudo, que promovam o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais das pessoas. Independentemente de os estabelecimentos do sistema educativo serem de natureza pública ou privada, os membros do Governo responsáveis pelas áreas da igualdade de género e da educação devem adotar, no prazo máximo de 180 dias, as medidas administrativas necessárias para a sua implementação;

- Em 2019, o despacho n.º 7247/2019 estabelece as medidas administrativas para implementação do previsto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 38/2018 de 7 de agosto. Considerando a necessidade de garantir o exercício do direito das crianças e jovens à autodeterminação da identidade e expressão de género e do direito à proteção das suas características sexuais, e no respeito pela singularidade de cada criança e jovem, devem ser adotadas em cada escola medidas que promovam a cidadania e a igualdade, que incidam sobre, entre outros, a formação dirigida a docentes e demais profissionais. Ainda, a Lei n.º 90/2019 de 4 de setembro, no seu artigo 3.º, adita ao CT o artigo 33.º-A, que veio

estender os direitos de responsabilidade parental às situações de adoção por casais do mesmo sexo, disposto nos artigos 44.º (Licença por adoção) e 64.º (Extensão de direitos atribuídos a progenitores) (DRE, 2020).⁴⁵

Na atualidade, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, é reconhecida a igualdade e a não discriminação como contexto para a edificação de um futuro mais justo para Portugal. Nas últimas décadas, as políticas públicas para a não discriminação em origem do sexo, a igualdade entre mulheres e homens, e mais recentemente no âmbito da orientação sexual e identidade de género, têm sido consubstanciadas em vários programas nacionais. Desta forma, na pretensão de dar início a um novo ciclo de planeamento, assente numa abordagem mais estratégica e ampla, foi elaborada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND). A ENIND foi lançada em 2018 e alinhada temporal e substantivamente com a Agenda 2030, em que o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género e Características sexuais (OIEC) é sustentada num dos três Planos de Ação que definem os objetivos estratégicos e específicos (Diário da República, 1.ª série – N.º 97 – 21 de maio de 2018).

Contudo, a ILGA-Portugal, no seu relatório anual de 2019, fez a observação das ações já iniciadas no âmbito do PAOIEC,⁴⁶ inserido no programa Portugal + Igual - ENIND 2018-2030, como se pode verificar no Relatório Intercalar de Monitorização – 2018,⁴⁷ argumentando que não está claro que a oferta de formação adequada de profissionais de áreas estratégicas consiga alcançar toda a população-alvo. Por isso, continua a ser indispensável o reforço das políticas públicas desenhadas especificamente para questões relacionadas com a orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, pois os dados dos relatórios do Observatório da Discriminação evidenciam anualmente a necessidade de conhecimento reforçado para que as políticas públicas sejam adequadas e eficazes para o combate deste fenómeno (ILGA-Portugal, 2020).

⁴⁵ Diário da República Eletrónico. (2020, julho 21). Recuperado de: <https://dre.pt/>. (Nota: optei por não utilizar linguagem inclusiva na referência as leis, pois não é vista nos documentos oficiais de regulamentação).

⁴⁶ Plano de Ação de combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais.

⁴⁷ Para consultar: <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/portugal-mais-igual/>.

3.4 A importância de documentar a discriminação contra pessoas LGBT

A discriminação e violência contra pessoas em função da sua orientação sexual, identidade ou expressões de género é uma realidade pouco documentada e sub-representada nos indicadores oficiais de crimes e ocorrências discriminatórias (ILGA-Portugal, 2020).

Por esse motivo, a ILGA-Portugal participou no projeto internacional "*Documentation of homophobic and transphobic violence*", apoiado pelo *Documentation and Advocacy Fund* da ILGA-Europa, do qual nasceu o *Observatório da Discriminação em função da orientação Sexual e Identidade de Género*.⁴⁸ Uma iniciativa que pretende recolher dados sobre acontecimentos/crimes discriminatórios contra pessoas LGBT ou percecionadas como sendo LGBT.⁴⁹

Assim, em 2014 surgem os primeiros resultados conhecidos referentes aos dados recolhidos entre 15 de abril e 31 de outubro de 2013, o que permitiu ter uma melhor noção e compreensão da discriminação em função da orientação sexual, da expressão e da identidade de género, reforçando desta forma a relevância do Observatório. Os primeiros dados recolhidos, pela ILGA-Portugal, visaram em 164 questionários com denúncias de incidentes de violência homofóbica e transfóbica em Portugal. Segundo estes dados, o tipo de crime ou incidente motivados pelo ódio mais frequentemente praticados contra pessoas LGBT ou entendidas como LGBT foram: insultos verbais (123 denúncias), ameaças e violência psicológica (69 denúncias) e a violência física extrema (37 denúncias). De entre as 258 denúncias, pois o formulário permitia a escolha de mais do que um tipo de crime/incidente, 112 mostraram nitidamente o crime justificado pelo ódio. Ainda, verificou-se que 40% das vítimas eram bastante jovens, entre 14 e 20 anos de idade. As pessoas agressoras tinham entre os 18 e os 25 anos, no caso dos insultos e abusos verbais,

⁴⁸ Até o ano de 2018, o relatório anual do Observatório era publicado a 17 de maio, para lembrar o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia – *International Day Against Homophobia, Biphobia and Transphobia* (IDAHOT). Atualmente a data da publicação é no dia 28 de junho, para assinalar o aniversário de *Stonewall*, data em que se assinala oficialmente a nível internacional o Orgulho LGBTI+ (ILGA Portugal, 2020).

⁴⁹ ILGA-Portugal. (2021, maio 29). Recuperado de: <https://ilga-portugal.pt/denunciar-a-discriminacao/observatorio/>.

25 e 40 anos, no caso de ameaças e violência psicológica, e 16 e 18 anos no caso de violência física extrema (ILGA-Portugal, 2014).

No ano de 2019 o Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+⁵⁰ registou 171 denúncias. Neste relatório a ILGA-Portugal reconhece que estes números representam de forma muito parcial uma realidade plural, onde as oportunidades de acesso a informação confiável, apoio, profissionais com formação apropriada, redes de apoio LGBTI+ e muitos outros recursos escasseiam (ILGA-Portugal, 2020).

Entretanto, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA)⁵¹ apresentou um relatório no ano 2020, no qual mostra os resultados de pesquisa de 2019 sobre pessoas LGBTI na União Europeia (UE), Macedónia do Norte e Sérvia. Com quase 140.000 participantes, é considerada a maior pesquisa do género. Os resultados obtidos mostram o pouco progresso desde a primeira investigação da agência sobre pessoas LGBT na UE, realizada em 2012. Há mais pessoas abertas quanto a serem LGBTI, mas a maioria evita ainda segurar a mão da/do parceira/o em público. Ataques físicos ou sexuais continuam a ser uma preocupação (uma pessoa de dez participantes da pesquisa diz ter sido alvo de violência nos cinco anos anteriores à pesquisa). Portanto, a discriminação quotidiana persiste. As pessoas LGBTI são discriminadas no trabalho e na escola, em cafés, restaurantes, bares e boates, quando procuram moradia, no acesso aos serviços de saúde ou sociais, nas lojas. Especialmente para pessoas trans e Intersexo,⁵² cujos documentos de identificação que especificam um sexo podem incitar o ridículo. As pesquisas em larga escala da FRA mostram repetidamente que as vítimas de discriminação e abuso são constantes, por isso resistem em denunciar incidentes. As taxas de relatório são escassas para todos os tipos de organizações, especialmente para os da polícia. Os resultados comprovam que as pessoas trans e Intersexo enfrentam uma luta ainda mais difícil. Participantes de 15 a 17 anos de idade sofrem mais assédio do que os seus pares mais

⁵⁰ Lésbicas, Gay, Bissexual, Transgénero, Intersexo, mais outras possibilidades de orientação sexual e identidade de género que existam.

⁵¹ *European Union Agency for Fundamental Rights*.

⁵² Segundo a *Intersex Society of North America* (ISNA), o conceito de intersexo é o termo geral usado para uma variedade de condições nas quais uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa nas definições típicas de feminino ou masculino (ISNA, 2021, maio 25). Recuperado de: https://isna.org/faq/what_is_intersex/.

velhos. Contudo, as/os jovens também dizem que veem mais pessoas a defender as pessoas LGBTI na escola e ouvem falar mais sobre questões LGBTI em contexto educacional. A pesquisa também revela a existência de diferenças marcantes entre os países. Entre as/os participantes da pesquisa que vivem em países que brilham ou têm problemas sérios, enfatizam que a lei e a política, assim como o comportamento de políticos, figuras públicas, comunidade e sociedade civil, conseguem afetar muito as suas vidas (FRA, 2020).

Todavia, existe a *Rainbow Europe* - ferramenta de *benchmarking* anual da ILGA-Europa, que é composta por um Mapa e Índice *Rainbow* e recomendações nacionais. A ILGA-Europa produz o Mapa e Índice Arco-Íris desde 2009, usando-o para ilustrar a situação legal e política das pessoas LGBTI na Europa. O *Rainbow Map and Index* classifica 49 países europeus nas suas respetivas práticas legais e políticas para pessoas LGBTI, de 0% (violações graves dos direitos humanos, discriminação) a 100% (respeito dos direitos humanos, igualdade total). Para criar o *ranking* de países, a ILGA-Europa examina as leis e políticas em 49 países usando um conjunto de 69 critérios - divididos em seis categorias temáticas: 1) igualdade e não discriminação; 2) família; 3) crime de ódio e discurso de ódio; 4) reconhecimento legal de género e integridade corporal; 5) espaço da sociedade civil; 6) asilo. O mapa e índice do arco-íris apresenta uma imagem de como é o cenário político, enquanto as recomendações específicas para cada país tentam responder à pergunta: "O que vem a seguir?". Essas recomendações têm como objetivo encorajar os formuladores de políticas nacionais a abordar as prioridades jurídicas e políticas mais urgentes dentro da estrutura do Mapa e Índice Arco-Íris. As recomendações foram coletadas após uma consulta *online* com uma ampla gama de organizações LGBTI em vários países. Como resultado, as recomendações são adaptadas às necessidades dos ativistas que trabalham no terreno. Assim, cobrindo o período de janeiro a dezembro de 2019, em 2020 encontravam-se no top 5 no Mapa *Rainbow Europe*: Malta (89%), Bélgica (73%), Luxemburgo (73%), Dinamarca (68%) e Noruega (68%). Portugal ocupa o sétimo lugar (66%) No outro extremo da escala encontram-se os seguintes países: Mónaco (11%), Rússia (10%), Arménia (8%), Turquia (4%), Azerbaijão (2%).⁵³

⁵³ ILGA-Europa. (2020, outubro 28). Recuperado de: <https://www.ilga-europe.org/rainboweurope/2020>.

Por último, no ano 2020 o mundo vê-se confrontado com o COVID-19 e novos estudos surgiram sobre o seu impacto nas pessoas LGBT. Assim, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) divulgou um documento para os Estados em que identificam as principais preocupações. Entre muitas dessas preocupações destacamos a violência doméstica e abuso, pois devido às restrições de permanência em casa, muitas/os jovens LGBT estão confinadas/os em ambientes hostis com familiares ou coabitantes que não a/o apoiam, o que pode aumentar sua exposição à violência, bem como a sua ansiedade e depressão (ONU, 2020).

II PARTE - O ATIVISMO DE MÃES E PAIS DE LGBTs COMO OBJETO DE ESTUDO

Capítulo 4. A estratégia e o percurso metodológico e as questões éticas

Somente nas respostas a essas questões é que a *problemática* do mundo poderá alcançar uma compreensão positiva, que a origem de seus desvios poderá ser demonstrada e o fundamento de direito para recusar a ontologia tradicional do mundo poderá ser comprovada. (Heidegger, 2005, p. 148).

4.1 O percurso e os desafios teóricos e metodológicos

De seguida apresentamos o percurso metodológico e os desafios com que nos deparámos na realização deste estudo, desde o seu planeamento, formulação dos objetivos, delineação do objeto de estudo, enquadramento teórico e a realização do trabalho empírico com a elaboração do guião de entrevista, assim como a preparação e realização de entrevistas a AMPLOS.

A AMPLOS consiste numa associação de mães e pais heterossexuais que se envolveram no ativismo LGBT, devido à revelação da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho.

Em termos de enquadramento teórico, abordamos de forma muito breve o início do movimento social LGBT e explicamos alguns conceitos básicos que consideramos fundamentais para a compreensão da problemática deste estudo. Dada a dificuldade de encontrar estudos sobre famílias com filhas/os LGBT, procuramos também fontes o mais próximo possível, com alguma referência a famílias com filhas/os não heterossexuais ou cisgénero, pois a maior parte de estudos realizados incide mais nas próprias pessoas LGBT. Por isso, as fontes disponíveis da pluralidade destas famílias são pouco reveladoras.

No desenvolvimento do enquadramento teórico, tivemos em consideração muitos aspetos, dada a grande diversidade de componentes teóricos a ser analisados. Tendo em conta o processo complexo do *coming out* da mãe e do pai, ponderamos várias perspetivas, desde a origem do surgimento de preconceitos e discriminação dirigido a pessoas LGBT, a influência heteronormativa e cisonormativa das sociedades, a influência política, as estatísticas reveladoras do preconceito e discriminação assentes nas sociedades e a influência das mães e dos pais ativistas como fonte de mudança nas políticas públicas, tanto a nível nacional como internacional. Procuramos compreender até que ponto existe a necessidade em aprender a ser mãe e pai de pessoas LGBT e questionar a necessidade do ativismo social e política destas famílias – de luta contra o preconceito e a discriminação

dirigido a suas filhas e filhos e restantes pessoas LGBT, na sociedade portuguesa e até no mundo.

Assim, tendo por base esta conjuntura, o objetivo geral deste estudo visa descrever as experiências de mães e pais com filhas e filhos com orientação sexual ou com identidade de género não normativa. Procuramos, através dos objetivos específicos, contextualizar o processo de tomada de conhecimento das mães e pais acerca da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho; explorar as experiências de ajustamento psicossocial face à tomada de conhecimento da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho; e relacionar o papel do ativismo com o processo de entendimento da diversidade sexual e diversidade de género.

Considerando todo este contexto e para conseguir atingir os objetivos propostos adotamos a metodologia da investigação qualitativa, orientada especificamente para os chamados “fenómenos humanos” (Holanda, 2006). Como modelo de pesquisa usamos então o método fenomenológico, que representa, como Creswell (1998) refere, a “*descrição das experiências vividas*” de várias pessoas sobre um fenómeno, com o intuito de encontrar o seu “*significado central*” (Creswell, 1998 como citado em Holanda, 2006, p. 370). Epistemologicamente sustentada no processo de construção do conhecimento, definimos então esta investigação a partir da pesquisa “empírico-fenomenológica” da pessoa pesquisada, pelo reconhecimento da sua alteridade (Holanda, 2006).

Assim, foi preciso conhecer, em primeiro lugar, um conjunto de substantivos complementares, tais como: a experiência, a vivência, o senso comum e a ação. E toda essa informação foi analisada com base em três verbos: compreender, interpretar e discutir (Minayo, 2010, 2012).

Portanto, é na perspectiva sociológica e seguindo o criador do campo da sociologia fenomenológica, Alfred Schutz, cujo trabalho se localiza na junção da sociologia compreensiva de Weber com a fenomenologia de Husserl, que procuramos entender como as mães e pais da AMPLOS desenvolvem significados das interações sociais (Fonseca de Castro, 2012). Adaptando a ideia de Creswell (1998), destacamos assim a compreensão da perspectiva filosófica por detrás das abordagens. Para tal, utilizamos questões exploratórias do significado da experiência, a partir da recolha de dados das pessoas que experienciaram

o fenómeno, feitas através de entrevistas semiestruturadas acrescidas de autorreflexão (Holanda, 2006).

Através das entrevistas exploratórias conseguimos então encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses neste trabalho de investigação social. Trata-se de abrir o espírito, escutar, perceber e respeitar. Assim, descobrimos novas formas de colocar o problema, pois as ideias surgem através da riqueza do contacto com as pessoas. Todavia, as leituras de orientação que acompanham esta investigação não foram negligenciadas, nem foi tido em conta a tentação da confirmação superficial de ideias preconcebidas. Para o desempenho do exercício de rutura, as entrevistas exploratórias foram apresentadas tendo em conta o proficiente da pessoa entrevistada, a base das entrevistas e a forma de concretizá-las e a forma de explorar para uma real rutura com os preconceitos, as pré-noções e os erros de transparência (Quivy & Campenhoudt, 1998).

4.2 O contexto da pesquisa: AMPLOS

Como já foi referido, atendendo à falta de estudos publicados sobre famílias com filhas e filhos LGBT, optamos pela realização de um estudo exploratório de carácter qualitativo. A maioria das bibliografias consultadas para a realização deste trabalho enquadram-se nas áreas da sociologia, ciências sociais, psicologia e antropologia, não tendo sido possível encontrar, de forma explícita, o percurso e a participação do ativismo social e político de mães e pais com filhas e filhos LGBT. Daí a pertinência da opção pelo estudo exploratório. Os objetivos deste projeto foram gerados precisamente a partir de questões da exploração, no que se refere a aprender a ser mãe e pai de LGBT e o seu envolvimento no ativismo social e político. Importa assim compreender os processos de adaptação à nova realidade - depois da revelação da orientação sexual ou identidade de género da filha ou filho - e o processo de aproximação ao ativismo LGBT. Assim, o foco principal deste estudo prende-se na abordagem da análise aquando do próprio *coming out* de mãe e pai e os seus efeitos transformadores, não só no ambiente familiar como no ambiente comunitário, social e até no mundo.

Tendo em vista esta perspetiva, a AMPLOS revela ser um recurso pertinente de reflexão neste trabalho de investigação, como refere Lückmann (2014), pela sua dinâmica associativa representativa na construção de afinidades e relações baseadas em vínculos de

solidariedade, confiança e de reciprocidade. Principais elementos que visam estruturar comportamentos e práticas de base solidária, estimulando assim o interesse e a responsabilidade com os temas públicos. E sendo uma consequência que consegue abalar o regular funcionamento das instituições e da própria democracia, todas as pessoas e toda a sociedade podem ficar a ganhar. A participação no plano individual e o envolvimento deste grupo associativo também pode contribuir para a saúde e o bem-estar individual e, ainda, desenvolver cidadãs e cidadãos mais bem informadas/os, com a aquisição de novos conhecimentos sobre a diversidade humana e convivência em sociedade (Lüchmann, 2014).

Como refere Mucchielli (2004), o mundo é um palco cheio de pessoas com significados que importam compreender, por isso, a abordagem empírico-fenomenológica abrange a possibilidade de cada pessoa penetrar no mundo dos significados da outra pessoa. A experiência e os sentimentos da outra pessoa não são herméticas nem inacessíveis (princípio da intercompreensão humana). O amplo paradigma de estrutura epistemológica fixa os essenciais “princípios” da leitura dos fenómenos com base em três grandes ideias: o mundo da pessoa não é um mundo objetivo – é um mundo subjetivo construído pela sua sensibilidade (postulado construtivista-subjetivista); o que é interessante neste estudo dos fenómenos produzidos por pessoas é a sua compreensão de leitura, ou seja, o esclarecimento dos significados e o significado final que são dados pelas pessoas envolvidas (postulado na primazia da compreensão da leitura dando acesso a significados); e o acesso aos significados dados pelas pessoas envolvidas é possível graças aos fenómenos de empatia e validação por troca (postulado de empatia e validação inter-humana possível). Ora, esta ampla abordagem pretende reconstituir o mundo de significados de ação e pensamentos para as pessoas consideradas, isto é, o esclarecimento dos significados das expressões neste mundo de pessoas, constituindo assim a “compreensão” (Mucchielli, 2004).

Por isso, para as entrevistas exploratórias procuramos *testemunhas privilegiadas*, pois são pessoas que pela sua posição, dinamismo e responsabilidades, possuem um bom conhecimento da problemática. Mas como geralmente são levadas a explicar as suas ações, justificando-as, tornou-se assim imprescindível a necessidade de uma boa dose de espírito

crítico. Pois a subjetividade, a falta de distância e a visão fragmentada são inerentes nestas entrevistas. Como as entrevistas são semiestruturadas com base em temas impostos aos objetivos da investigação, procuramos formular o menor número possível de questões e de forma mais aberta possível e a abstenção de implicação no conteúdo da entrevista foi respeitada. Para a concretização da entrevista, pedimos à pessoa que escolhesse um ambiente e contexto adequados para o desenrolar da entrevista *online*, pois esta foi gravada em vídeo e áudio, através do programa *streaming - Open Broadcaster Software (OBS)*⁵⁴ (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Relativamente às entrevistas e às perguntas, a composição da entrevista teve um guião que contempla os temas a serem desenvolvidos. Iniciamos a abertura do diálogo centrado em perguntas mais genéricas, sem polémicas, que permitiram colocar a pessoa entrevistada à vontade, para assim poder sustentar o encaminhamento da entrevista. A pessoa entrevistada é informada da gravação em imagem e áudio, da qual solicitamos a sua autorização para o devido efeito, e foi-lhe também explicado os objetivos da entrevista e do tempo aproximado da sua duração (Sousa, 2007).

A forma de colocar as perguntas foi tido em conta, pois tem efeito na qualidade da entrevista. Por isso, seguimos a sugestão de Patton (1988), em que em qualquer tópico é possível fazer qualquer uma destas seis perguntas: 1) *experiência/perguntas de comportamento* - perguntas destinadas a obter descrições de experiências, o que uma pessoa faz ou fez; 2) *opinião/perguntas de valor* - perguntas que visam a compreensão do cognitivo e processos interpretativos das pessoas, o que a pessoa pensa sobre o mundo, os seus objetivos, intenções, desejos e valores das pessoas; 3) *perguntas de sentimento* - perguntas que visam compreender as respostas emocionais das pessoas às suas experiências e pensamentos, sem confundir a opinião e sentimento; 4) *perguntas de conhecimentos* - perguntas para descobrir as informações dos factos que a pessoa entrevistada possui, embora do ponto de vista filosófico todo o conhecimento seja apenas um conjunto de crenças, em vez dos factos – a questão foi descobrir a perspetiva da pessoa entrevistada sobre a natureza empírica do mundo; 5) *perguntas sensoriais* - perguntas

⁵⁴ Esta ferramenta foi experimentada em casa com a realização de pequenas entrevistas a familiares. Na autoavaliação ouvi e vi a gravação com o intuito de aprofundar conhecimentos dos pormenores técnicos do programa, que foi bastante complexo, e analisar a produtividade das entrevistas em áudio e imagem.

sobre a percepção, o que é visto, ouvido, atingido, na tentativa de fazer com que a pessoa entrevistada descreva os estímulos aos quais estão sujeitas; 6) *antecedentes/perguntas demográficas* - perguntas que dizem respeito às características de identificação da pessoa entrevistada: parentesco, idade, conselho de residência, habilitações literárias, estado civil, filha/o, idade da/o filha/o. Ainda, como recomenda o autor, as perguntas foram feitas no presente, passado e futuro, para saber o que a pessoa faz na atualidade, o que fez no passado e o que pretende fazer no futuro (Patton, 1988).

Em suma, a escolha da perspectiva da investigação qualitativa com o uso do método fenomenológico revelou ser adequado neste trabalho de investigação, pois permitiu a abordagem descritiva através da ideia de deixar o fenómeno falar por si, com o intuito de obter o sentido da experiência compreensiva desta (Holanda, 2006).

4.3 A estratégia de recolha de dados e critérios de seleção de participantes

Para obter informações úteis neste trabalho de investigação sociológica, procuramos elementos constituintes de um conjunto, ou seja, procuramos então a AMPLOS que representa um conjunto representativo de pessoas integradas na sociedade global (Quivy & Campenhoudt 1998). Para compreender o significado da AMPLOS, interrogamos as pessoas envolvidas nesta associação, com capacidade de ajudar a responder à problemática proposta e com disponibilidade e vontade em falar (Duarte, 2005).

Assim, começamos por enviar um e-mail a direção da AMPLOS com o pedido formal de colaboração, no qual explicamos os objetivos do estudo e apresentamos as características pretendidas das pessoas participantes na investigação. As características predefinidas das pessoas participantes à entrevista foram as seguintes: mães e pais, heterossexuais, com filhas ou filhos LGBTs, com participação comunitária, social e política na sociedade portuguesa; mães e pais que se encontrem na AMPLOS há mais de um ano (sejam associadas/os ou não); mães e pais que tenham frequentado reuniões da AMPLOS pelo menos três vezes; mães e pais que possuam um computador com acesso a *Internet* e conhecimentos na ótica de utilização informática.

Tendo em conta as características, obtivemos, então, para este estudo qualitativo, 14 participantes da AMPLOS. Consideramos o contributo desta associação ser de qualidade

para responder às questões, pois são fontes que estão ligadas à significação e à capacidade de dar informações confiáveis e relevantes sobre este tema de pesquisa. Também consideramos a quantidade de participantes ser suficiente para o esclarecimento dos objetivos propostos. Ainda, a seleção de participantes é intencional, devido ao meu conhecimento do tema e representatividade subjetiva (Duarte, 2005). Todavia, houve fatores de eliminação de participantes que consistiram em: uma mãe com menos de um ano na AMPLOS e duas mães por não terem filhas/os bissexuais, pois a representatividade da bissexualidade ficou muito escassa neste estudo e também pela falta de pais, já que as mães estão em larga maioria.

Na caracterização sociodemográfica aplicamos elementos constitutivos com base em oito critérios: parentesco, idade, concelho de residência, habilitações literárias, profissão, estado civil, orientação sexual ou identidade de género da/o filha/o e a idade da/o filha/o.

As participações abrangem 11 mães e 3 pais com idades compreendidas entre 42 e 69 anos, residentes entre o Norte, Centro e Sul de Portugal. As habilitações literárias das/os participantes variam entre 9.º ano e doutoramento. Importa referir que maioria das mães e dos pais deste estudo possuem educação superior. No momento da entrevista encontravam-se todas/os empregadas/os, exceto uma mãe que se encontrava em situação de desemprego e uma mãe reformada. O estado civil varia entre seis mães casadas, três divorciadas, uma solteira e uma viúva, dois pais casados e um em união de facto. A situação de cada mãe e cada pai consiste em: uma mãe com uma filha trans, uma mãe com um filho trans, três mães com filhas lésbicas, três mães com filhos *gays*, uma mãe com um filho trans e outro bissexual, uma mãe com um filho bissexual (mas desconfia que seja homossexual) e outro filho trans, uma mãe com um filho trans (biologicamente masculino, mas com forte predileção pelo suposto mundo feminino, como o identifica e descreve esta mãe) e outro filho *gay*, um pai com um filho *gay* e dois pais com filhos trans. A idade das/os filhas/os varia entre os 12 e os 46 anos. Como vimos, três mães apresentam cada uma das duas situações: uma de orientação sexual e outra de expressão/identidade de género não normativas. A identificação de cada pessoa entrevistada para análise deste estudo é reconhecida da seguinte forma: Mãe-A, Mãe-B... até Mãe-K e Pai-A, Pai-B, Pai-C. As três mães com duas situações identificamos por: Mãe-EE, Mãe-FF e Mãe-HH. Assinalamos que

todos os nomes encontrados nas transcrições analisadas são fictícios. A caracterização sociodemográfica encontra-se organizada por ordem cronológica das entrevistas efetuadas, como mostra o quadro do anexo A.

Anexo A – Caracterização sociodemográfica das pessoas participantes

Parentesco	Idade	Conselho de residência	Habilitações literárias	Profissão	Estado civil	Filha/o	Idade da/o filha/o
Mãe-A	49	Porto	Bacharelato	Assistente de direção	Casada	Filha trans	25
Mãe-B	62	Setúbal	Licenciatura	Desempregada	Casada	Lésbica	33
Mãe-C	46	Loures	11.º ano	Vigilante	Solteira	Filho trans	21
Mãe-D	62	Almada	12.º ano	Administrativa	Casada	Homossexual	37
Pai-A	60	Vila Nova de Gaia	Licenciatura	Consultor	Casado	Homossexual	34
Mãe-EE	42	Trofa	9.º ano	Operadora de produção	Divorciada	Filho trans	18
						Filho bissexual	22
Mãe-FF	51	Odivelas	Licenciatura	Diretora de departamento	Casada	Bissexual (ou homossexual)	15
						Filho trans	21
Mãe-G	53	Lisboa	Licenciatura	Coordenadora de projetos	Casada	Homossexual	26
Mãe-HH	46	Estarreja	12.º ano	Cozinheira	Divorciada	Filho trans (biologicamente masculino, mas forte predileção pelo mundo feminino)	12
						Homossexual	26
Pai-B	51	Porto	Doutoramento	Professor	Casado	Filho trans	18
Mãe-I	61	Valongo	Licenciatura	Professora	Divorciada	Lésbica	28
Mãe-J	69	Porto	Licenciatura	Reformada	Viúva	Homossexual	46
Pai-C	57	Lisboa	12.º ano	Consultor informático	União de facto	Filho trans	16
Mãe-K	62	Cascais	Doutoramento	Investigadora	Casada	Lésbica	33

As entrevistas foram realizadas individualmente em ambiente *online* com uso da técnica de observação indireta, tendo o cuidado em obter a informação procurada sem ser falsa, voluntariamente ou não, da pessoa interveniente, pois, as respostas às perguntas são sempre subjetivas. Portanto, o instrumento de observação consistiu num questionário para responder aos critérios e registar as informações requeridas pelas hipóteses (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Assim, seguindo o modelo de entrevista semiaberta, o estudo foi aprofundado com a ajuda de um guião de entrevista semiestruturada, com dez perguntas exploratórias para recolha de dados (ver anexo B). As questões foram discutidas individualmente, desempenhando o confronto de respostas e articulações de resultados das informações concedidas pelas diferentes pessoas entrevistadas (Duarte, 2005).

As entrevistas foram efetuadas através de um computador com acesso a *internet* e por videoconferência. A comunicação foi registada e gravada em áudio e imagem com a adoção do seguinte roteiro: agradecimento pela disponibilidade para a entrevista, o pedido de autorização para a gravação em áudio e vídeo, envio da declaração de assentimento por mensagem de texto, que foi reconduzida após sua leitura (ver anexo C),⁵⁵ apresentações pessoais com a criação de um ambiente de naturalidade, confiança mútua e interesse, apresentação informal do estudo e o objetivo, informação da duração da entrevista e iniciação da entrevista onde são colocadas todas as questões. Todo o ambiente *online* foi registado com o objetivo de analisar a forma como a pessoa entrevistada se comporta, os seus movimentos, pausas, etc. (Duarte, 2005).

A estratégia da aplicação do método de entrevista via *online* revelou ser eficaz no processo fundamental de comunicação e interação humana. Por isso, consideramos este processo apropriado e de valor, pois permitiu colher das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e diversificados (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Também, as entrevistas via *online* revelaram a grande vantagem de poderem ser realizadas num curto espaço de tempo, ao contrário de entrevistas de forma presencial.

⁵⁵ A declaração de assentimento carece de assinatura, é enviada por mensagem de texto para a pessoa entrevistada ler e é devolvida por mensagem. É realizado um *printscreen* e guardado como prova do acordo a entrevista, como se pode ver no exemplo do anexo C.

Consequentemente, usando meio digital existiu uma facilidade em abranger participantes de variados concelhos.

Durante o período de construção deste estudo, tive a oportunidade de participar em eventos com temas de discussão LGBT. Ainda, frequentei uma ação de formação, de três horas, com o tema “Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais à Nascimento”, dinamizada pelo Centro Gis - formação financiada pelo POISE e pela Câmara Municipal de Matosinhos. Todos os eventos e a formação foram realizados *online* por videoconferência, através de variadas plataformas e algumas transmitidas em direto pelas redes sociais (esta forma de comunicação e interação social alargou-se durante o ano 2020 devido à pandemia do COVID-19). Considero que estas oportunidades foram benéficas pois serviram como uma espécie de teste para a idealização de entrevistas e recolha de dados. Devido à pandemia, a realização de entrevistas por videoconferência revelou ser uma estratégia segura e eficaz para todas as pessoas envolvidas neste trabalho de investigação.

Não posso deixar de mencionar o convite vindo do Brasil, da Eleonora Pereira, do coletivo “Mães pela Diversidade”,⁵⁶ para participar numa “Live Internacional das Mães Pela Igualdade – O amor das mães existe!”,⁵⁷ transmitido para as redes sociais pelo meio de comunicação social “Jornalistas Livres” do Brasil.⁵⁸

A oportunidade de participar em conversas, a nível nacional e internacional, com temática sobre o amor incondicional de mães e pais de LGBTs, permitiu a reflexão sobre os diferentes panoramas conceptuais, o que julgo ser essencial neste trabalho de investigação. Este período foi então proveitoso no que concerne à recolha de orientação de pistas para pesquisa, delimitação do objeto de estudo, recolha de perspetivas teóricas relevantes, definição da estratégia de adoção metodológica, da área das Ciências Sociais, em geral, e ao tipo de técnica de abordagem (Vieira, 2009). Visto que é na área das Ciências

⁵⁶ Uma ONG que resultou do fruto de um encontro espontâneo de mães e pais de LGBT do Brasil. Para conhecer melhor: <https://maespeladiversidade.org.br/>.

⁵⁷ Jornalistas Livres. (2020, agosto 6). *Mães pela Igualdade do Brasil, Homofobia e o Amor incondicional das mães de LGBTQI+* [vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=XE668CSovLE&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0gz6DkbRIOMSygdBmkXzkYRMqUqnFjrtr662767uCDNZpeXm_iC4LLHZ8.

⁵⁸ Para conhecer melhor: <https://jornalistaslivres.org/>.

Sociais que os conhecimentos se constroem, com a ajuda de panoramas teóricos e metodológicos precisos, paulatinamente elaborados, conseguimos compor assim um campo parcialmente organizado e esses conhecimentos são sustentados por uma observação dos factos concretos (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Com efeito, este trabalho de investigação tem um cuidado acrescentado devido à minha “*familiarização com a realidade empírica*” (Vieira, 2009, p. 112), pois faço parte da AMPLOS desde praticamente o seu nascimento. Portanto, o esforço para o não envolvimento no conteúdo da conversa foi tido como um dos pontos em máxima consideração. Assim, o modelo *neutro* foi interiorizado para transmitir estímulos positivos, imparcialidade e equilíbrio (Duarte, 2005).

Contudo, algumas dificuldades foram encontradas durante o trajeto para recolha de informação. Na impossibilidade de as entrevistas serem presenciais, encontrar um instrumento apropriado que me permitisse a gravação em áudio e imagem em larga escala e de forma gratuita, revelou ser um desafio. O programa *OBS Studio* foi o instrumento encontrado, mas de grande complexidade de utilização, o que me ocupou muito tempo no sentido de perceber o seu funcionamento, antes de iniciar as entrevistas. As dificuldades técnicas no momento da entrevista também surgiram. Uma das entrevistas teve de ser adiada para o dia seguinte devido a várias falhas de ligação à internet. Outra entrevista, já quase no final, ficou gravada via telemóvel, devido a falhas intermitentes de imagem e som via internet. Nas restantes entrevistas, surgiram pequenas falhas técnicas, mas sem gravidade.

Outra dificuldade consistiu em encontrar mães ou pais com filhas/os bissexuais, para ter uma leitura mais homogénea de todas as siglas LGBT. Também foi difícil encontrar mais pais disponíveis para a entrevista. Quanto às mães, tive de rejeitar algumas, pois pretendia ter uma participação o mais equilibrada possível para esta investigação.

4.4 A análise de conteúdo

Concluído o trabalho de campo, com a compreensão e internalização dos trâmites filosóficos e epistemológicos que justificam este estudo e as teorias iniciais da definição do objeto, iniciamos o processo da análise de conteúdo (Minayo, 2012).

A preferência do método de análise de conteúdo, neste trabalho de investigação social, deve-se à “*possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade*” (Quivy & Campenhoudt, 1998, pp. 227). Portanto, é uma análise intensiva, devido ao pequeno número de informações complexas e pormenorizadas deste estudo qualitativo (Quivy & Campenhoudt, 1998), pois as perguntas foram apresentadas de forma reflexiva para obter respostas acerca das situações, factos e acontecimentos que nos rodeiam (Zilles, 2006 como citado em Cavalcante *et al.*, 2014).

Assim a verdadeira pergunta possui um pré-saber e um não saber que fazem parte do mesmo universo imaginário, em carácter de complementaridade e não de extremos. Desta interação entre ambas, o pré-saber e o não saber, nasce a resposta possível que pode ser norteada pelo conhecimento prévio, ainda que desprovido da certeza da verdade. Sendo a verdade um conceito relacional, não basta que este conhecimento seja verdadeiro, mas é preciso chegar à certeza da verdade. (Hessen, 2003 como citado em Cavalcante *et al.*, 2014, p. 15).

Através da análise de conteúdo foi possível entender o que está por trás das palavras sobre as quais nos debruçamos, indagando desta forma outras realidades através das mensagens. Esta análise indica o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórica, através da dedução com base em indicadores reconstruídos a partir dos discursos das pessoas participantes (Bardin, 2016).

A produção da transcrição íntegra das falas de discussão foi reproduzida através do processador de texto da *Microsoft Word*. Com a escuta e visualização refletida da gravação, registamos o tempo de duração da entrevista (tempo médio das 14 entrevistas, 54m:21s), os silêncios, repetições e tudo que pudesse ser adequadamente descodificado e suscetível de uma atribuição de sentido (Vieira, 2009).

Atendendo a complexidade, para uma melhor organização, adotamos as sugestões do método da análise de conteúdo de Bardin (2016). A primeira fase consistiu numa *pré-análise* com a preparação das entrevistas transcritas. De seguida, após uma *leitura “flutuante”* ampla, procedemos então à análise, seguindo as regras *da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e de pertinência*. A segunda fase consistiu na *codificação*, na qual empregamos o recorte de texto portador de significado isolável de relevância nesta análise – sublinhado com cores diferentes. Também foi tida em conta a presença e frequência de palavras de expressão significativas. A terceira fase consistiu na

categorização, em que usamos uma caixa de comentário para isolar e repartir as palavras classificadas de expressão significativas impondo um nível de organização às mensagens, possibilitando desta forma uma representação simplificada dos dados em bruto (ver exemplo no anexo D). A quarta fase consistiu na *inferência* geral em que verificamos as análises de conteúdo já efetuadas (Bardin, 2016).

Por fim, a desvantagem deste método surge quando o risco de fazer sucessivas aproximações com o objeto de estudo se deve à minha proximidade com os fenómenos relacionados, pois a subjetividade da pessoa entrevistada, em alguns momentos, pode possibilitar que a minha análise esteja impregnada de pré-conceitos (Cavalcante *et al.*, 2014).

4.5 As questões éticas

O trabalho de investigação deve ser visto como a materialização da responsabilidade pelo mundo e pela humanidade que devemos enquanto seres sociais (Ferreira, 2013).

Pensar e conhecer o social é sempre intervir nele, ao contrário do que acontece com a observação do átomo, dos buracos negros ou da não matéria, pelo que refletir sobre os pressupostos, as regras e as consequências da sua atividade é o primeiro dos deveres da comunidade científica. (Ferreira, 2013, p. 170).

Nesse sentido, a questão ética é essencial nesta área das ciências sociais, isto porque a sua evolução desde os finais do século XVIII é simultânea com o procedimento das complexas componentes da modernidade política. A influência da modernidade política surge como um conjunto de circunstâncias determinante da reflexão ética sobre o carácter científico das ciências sociais (Ferreira, 2013). Por isso, as questões éticas a serem salvaguardadas, neste trabalho de investigação, são um processo que requer um estilo de investigação assinalado pela técnica, sensibilidade, bom senso e disciplina, para garantir um procedimento adequado e investigação apropriada (O’Leary, 2002 como citado em Ferreira, 2013).

Assim, tendo em conta as questões éticas, como boa prática, enviamos por *e-mail* o pedido de colaboração à direção da AMPLOS e, com uma carta anexada, esclarecemos os critérios de seleção de participantes e todos os detalhes da natureza específica do projeto, tais como: os potenciais riscos e benefícios da participação no estudo, o carácter voluntário

da participação, a liberdade para cancelar o estudo antes, durante ou depois da sua participação inicial, a informação sobre o grau de confidencialidade e o que se pretende fazer com os resultados do estudo (Hesse-Biber & Leavy, 2011).

Sobre os benefícios deste estudo abordamos a perspetiva ética do consequencialismo.⁵⁹ Ferreira (2013) explica que na perspetiva teleológica⁶⁰ o consequencialismo parte do princípio de que uma atitude é moralmente apropriada e obrigatória se as suas consequências forem positivas e estas se impuserem sobre as consequências negativas (Ferreira, 2013). Consiste no princípio do direito do público de saber e compreender a realidade (Homan, 1991 como citado em Ferreira, 2013).

Seguindo os princípios éticos em antropologia aplicada, os nomes verdadeiros das pessoas entrevistadas não são usados nos relatórios. É preciso esclarecer que a AMPLOS é uma organização identificada e possuidora de algum reconhecimento mediático. Nesse sentido, o resultado deste estudo, além do fim académico a que se propõe, pretende ser devolvido às pessoas beneficiadas neste estudo, para a devida disseminação de conhecimentos (Sousa, 2007). Assim, os essenciais princípios, tal como propõe Willigen (1986), são os seguintes:

Privacidade, consentimento, utilidade e comunicação. (...). A noção de *utilidade* tem um interesse e relevância ética, pois, coloca a ênfase na questão: quem lucra com o trabalho. Este princípio enfatiza o facto de ser necessário tornar claro quem é que beneficia com o estudo. (...). A questão essencial é que a informação pode ser usada para controlar pessoas, isto é, conhecimento é poder. É necessário identificar claramente quem é o cliente e quais são os seus representantes (a existência de subgrupos dentro da comunidade pode levar a uma utilização abusiva de informação) e o que estes pretendem fazer com o estudo. (Willigen, 1986 como citado em Sousa, 2007, pp. 47 - 48).

Todavia, como as pessoas entrevistadas não me são propriamente desconhecidas, o mantimento total de honestidade para com as pessoas participantes à entrevista é tido em consideração máxima. E na impossibilidade de fazer desaparecer os laços de amizade, foi discutida a natureza e estrutura da relação para que nenhuma das partes acabasse por sentir-se incompreendida ou abusada (Neves & Guerra, 2015).

⁵⁹ Doutrina ou posição de quem advoga que o valor moral de uma ação deriva por completo do valor das suas consequências. (Fonte: <https://www.infopedia.pt/>).

⁶⁰ O objeto da explicação teleológica é a ação ou o comportamento intencional. É a explicação teleológica que dá conta da ação e da intenção: a explicação por intermédio das intenções ou das razões de agir é uma explicação teleológica. Isto significa duas coisas: por um lado, que não há explicação teleológica senão das ações ou dos comportamentos intencionais; por outro lado, não se pode pressupor que todo o comportamento tenha sido efetuado intencionalmente. (Fonte: <https://www.infopedia.pt/>).

Por fim, como boa prática, é garantido o dever de publicar os resultados e a interpretação da investigação de forma honesta, transparente e rigorosa e a citação correta de autoras e autores neste trabalho. São garantidas ainda as referências dos trabalhos publicados eletronicamente e em suporte papel e o mantimento dos padrões de honestidade e rigor nas comunicações dirigidas ao público em geral e aos meios de comunicação de massas. O empolamento da importância e aplicabilidade prática dos resultados deste estudo é evitado. Toda autoria com participação original e significativa, nesta investigação, é mencionada na bibliografia (FCT,⁶¹ (n.d.)).

Portanto, a boa prática desta investigação é baseada em princípios fundamentais de integridade, tais como: a *fiabilidade* na criação da metodologia, na análise e utilização dos recursos que asseguram a qualidade da investigação; a *honestidade* no desenvolvimento, execução, elaboração e criação de relatórios, bem como na comunicação do estudo de forma justa, transparente, integral e equitativa; o *respeito* pela orientadora, coorientador e participantes neste estudo e pela sociedade; a *responsabilidade* pela investigação, desde a concepção da ideia até à publicação, pela gestão, organização, formação, controlo e orientação, bem como pelos impactos mais amplos (ALLEA,⁶² 2018).

⁶¹ Fundação para Ciência e a Tecnologia.

⁶² *All European Academies*.

III PARTE - A PALAVRA DAS MÃES E DOS PAIS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Capítulo 5. Aprender a ser mãe e pai de LGBT

Um ponto relevante é de que a família se preocupa com os preconceitos que o(a) filho(a) poderá sofrer, o que não garante que o preconceito não acontecerá dentro da própria casa. Há preconceitos velados, como, por exemplo, dizer que não discrimina o filho, mas que é bom que esta informação permaneça apenas entre eles, reforçando a tese da manutenção do segredo relacionado à intimidade dentro do ambiente privado, como se os afetos não pudessem ser visíveis na esfera pública. (Miskolci, 2013 como citado em Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018, p. 1533).

5.1 O início da nova realidade

As pessoas LGBT numa determinada altura das suas vidas não conseguem mais manter segredo, sentem a necessidade de partilha, e por isso decidem revelar a sua identidade sexual ou de género à mãe e/ou ao pai. Como explicam Frazão e Rosário (2008), a grande maioria dos estudos clínicos defende que o *coming out* concebe um sentimento de liberdade e honestidade na pessoa e no estabelecimento das suas relações interpessoais, principalmente com a família de origem. Importa também referir que o processo de *coming out* é um processo global da formação da identidade que começa na adolescência e não na idade adulta. Concordando com esta ideia, verificamos na atualidade que a idade média do *coming out* é cada vez mais precoce, como veremos também neste estudo (Frazão & Rosário, 2008).

5.1.1 A revelação

Tendo em conta este contexto, neste estudo verificamos que o momento do *coming out* é geralmente revelado inicialmente somente a um dos progenitores, maioritariamente mães.

Considerando estudos efetuados, a observação é de que as mães tendem a respeitar e a reagir melhor diante da revelação do que os pais (Velho, 2016; Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018).

Neste estudo, uma filha decide revelar a sua identidade de género à mãe na semana de Natal, anunciando também a data do começo do seu tratamento hormonal.

Ela estava a estudar em Lisboa, num fim de semana de Natal veio a casa de férias. (...). Ela chegou a minha beira e diz que é uma rapariga trans e que a partir de janeiro do ano seguinte ia começar a fazer tratamento hormonal porque queria mudar de género. (Mãe-A).

Noutra situação, uma filha esperou um momento a sós com a sua mãe para revelar que tinha uma namorada, iniciando a conversa com um pedido de desculpas por guardar esse “segredo” há muito tempo, não teve coragem.

Nessa noite estava sozinha com a minha filha. Ela veio ter comigo e diz-me: mãe, preciso falar contigo, eu quero pedir desculpa porque realmente tenho um segredo que já te devia ter contado há mais tempo, mas não tenho tido coragem, mas vou dizer-te agora, eu estou apaixonada e tu sabes quem é. O meu coração tremeu porque eu sabia perfeitamente quais eram os relacionamentos da minha filha e calculei logo o que ela me ia dizer. Pronto, ela disse-me que era a colega dela. (Mãe-B).

Outra estratégia encontrada para a revelação foi a opção de deixar uma mensagem via telemóvel, explicando à mãe que não era uma rapariga, mas sim um rapaz.

Tinha uma mensagem do meu filho a explicar que não era uma rapariga que era um rapaz, que não se sentia bem com o corpo dele e que tinha plena consciência do que estava a escrever. (Mãe-EE).

Observamos também, noutra situação, que o dia escolhido para a revelação da homossexualidade à mãe mostrou ser um momento de grande angústia e ansiedade para o jovem.

Ele tinha estado o dia todo muito inquieto, muito aflito, eu tinha lhe perguntado o que é que se passava, e ele tinha só dito que era um amigo que estava com problemas e que tinha que estar disponível para ajudar o amigo, e, portanto, estava muito arreliado por causa disso. E depois ao fim do dia, à noite mesmo, veio ter comigo e disse-me: eu acho que também gosto de rapazes. (Mãe-G).

Também um pai refere que o momento da revelação foi atribuído primeiramente à mãe. Ou seja, este pai soube da homossexualidade do seu filho através da sua cónjuge.

A minha mulher já sabia há uma semana porque o meu filho lhe tinha revelado. Eu não fazia a menor ideia disso. Não tinha ideia nenhuma, ela aguentou uma semana ali com a revelação dele e pronto. Íamos os dois de carro e mandou parar o carro, estávamos ali em Matosinhos e ela contou-me que ele lhe tinha revelado há uma semana a condição dele. (Pai-A).

Nos discursos também houve quem referisse que decidiram confrontar as/os filhas/os antes da revelação ser concretizada por iniciativa própria destas/es. Esta situação poderá indicar que a mãe ou pai assume uma preocupação com a sua filha ou filho e pretende de alguma forma dar-lhe apoio.

Na abordagem da sexualidade, Foucault (1999) explica, *através do princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*, que a necessidade de extrair a verdade do sexo por meio da confissão não é simplesmente porque seja custoso de dizer, ou porque esteja sujeita às proibições da decência. É porque o funcionamento do sexo é sombrio, fugir faz parte da sua natureza e da sua energia, tal como os seus mecanismos se esquivam, e porque a sua eventual capacidade é, em parte, secreta. Por essa razão, é necessário, por vezes, extrai-la

à força, já que se encontra escondida (Foucault, 1999). Também podemos aplicar esta explicação de Foucault na abordagem da identidade de género.

Portanto, lembro-me perfeitamente. (...). Estávamos os dois sozinhos sentados na sala e eu virei-me para ele e disse-lhe: olha, a mãe tem uma coisa para te perguntar, esta é uma dúvida que eu tenho, tu és *gay*? E ele disse-me: sou, há algum problema mãe? Eu disse-lhe: não! Não há problema nenhum. (Mãe-D).

Estava ao telefone com ele e disse: olha, quando chegares, se fores tomar banho, sozinho ou acompanhado, vê se demoras menos tempo a tomar banho, é que pensas que eu sou burra, mas não sou burra nenhuma. Diz ele: está bem. Ou seja, eu indiretamente descobri e confrontei-o, não é? E ele não desmentiu. (Mãe-EE).

E um dia, portanto, achei um bocadinho estranho ela não se estar a abrir comigo, estive a falar com ela e aproveitei para lhe perguntar, ela estava na faculdade na altura, se não havia ninguém que a interessasse que a entusiasmasse, e perguntei-lhe mesmo, um rapaz ou uma rapariga, porque achei que podia ser essa a situação e ser por isso que ela estava tão reservada comigo. (Mãe-I).

E eu que tinha visto por coincidência, havia muito pouco tempo ali na televisão, uma reportagem sobre a existência de uma equipa de *rugby gay*, só com elementos *gays*, pronto, fiz logo a junção e achei que tinha que ser. Porque o meu filho nunca foi de praticar desportos, etc., e, portanto, vai a Lisboa a um torneio de *rugby*. Portanto, por telefone eu perguntei-lhe: pertences aquela equipa *gay*? Fez-se assim um silêncio e disse: sim, mãe, é. E eu disse: está *ok*, pronto filho boa viagem, que corra tudo bem. E pronto. (Mãe-J).

Eu estava na cozinha e andava com aquilo na cabeça e a perceber aquela tristeza lá em casa e resolvi questionar a Sandra. Perguntei-lhe se a relação que ela tinha com aquela menina espanhola era só intelectual ou se tinha alguma dimensão até disse física. (Mãe-K).

A grande dificuldade dos filhos em falar, no momento pretendido para a revelação, também deu origem ao confronto.

Estava comigo na cozinha, aquilo custou-lhe um bocadinho ele dizer, porque ele não me dizia o que é que era, eu até entendi aquilo tudo mal. (...). A minha filha Inês que já sabia e estava ao lado dizia: mas conta a mãe como deve de ser! E eu: alguém abusou de ti? Não, não é isso! Portanto, até que eu própria cheguei lá e perguntei-lhe se ele era trans. E ele disse: pois, eu acho que sim. (Mãe-C).

E ele quando veio ter comigo estava com dificuldade em falar e eu percebi a dificuldade, então eu perguntei-lhe se ele era lésbica ou se era um rapaz, porque percebi que podia haver aqui uma confusão entre as duas situações, e ele explicou-me que era um rapaz, que desde há dois anos que andava a tentar perceber isso e que agora estava pronto para falar connosco. (Pai-C).

Houve quem começasse por fazer uma exclusão de partes, tentando perceber o que o filho teria para revelar, e dentro das coisas graves mencionadas não estava a orientação sexual. Confrontando o filho, esta mãe considerou essa situação como uma volta da vida.

Como ele não conseguia falar, ele não se conseguia abrir a cem por cento, eu comecei a fazer uma exclusão de partes e então comecei a lhe perguntar, dentro das coisas graves que poderiam ter acontecido, qual seria. Perguntei-lhe se tinha roubado alguém, se ele tinha matado alguém, entre várias perguntas ele sempre me disse que não e eu parece que já estava a sentir aquela volta toda da vida e disse-lhe: então, tu gostas de um rapaz? E ele disse-me: ó mãe, eu gosto de um rapaz e namoro com um rapaz. Pronto, foi aí que eu soube, que eu tive a certeza, não é? (Mãe-HH).

Também houve casos em que a revelação é feita à mãe e ao pai em simultâneo.

Ele não conseguia, não conseguia, muito ansioso, a refletir ali que tempos, eu até lhe disse: olha, mas se calhar, se quiseres, tu vais escrever num papel e traz, porque se isso te ajudar... Ah, pois é! Vou fazer isso! Foi para o quarto, esteve lá, e nós estivemos à espera aqui. Bem, isto demorou, já não sei dizer bem, praí uns cinco minutos, sei lá. Pronto, até que certa altura ele diz: eu sou bissexual, eu acho que sou bissexual. E nós dizemos: pronto, não há problema nenhum, gostamos de ti como antes. Demos um abraço em grupo, pronto. (Mãe-FF).

Ele tinha isso planeado já há vários meses. Aproveitou uma viagem de finalistas da escola, na altura do secundário, e escreveu-nos um *e-mail* que enviou na manhã em que nós o levamos para ele ir na viagem de finalistas, foi assim. Ele no *e-mail* explicava a situação e apresentou alguns vídeos para ilustrar exatamente aquilo que estava a falar. (Pai-B).

A revelação da identidade de género é, por vezes, imprevista e surpreendente para muitas mães e pais. Noutros casos, mães e pais têm a perceção do comportamento não normativo da sua filha ou filho desde a infância. Tal perceção pode ser muito perturbadora, porque significa ver e entender a criança de forma muito diferente. Por isso, é importante ouvir a criança e pensar que a partir desse momento ela irá precisar muito do apoio da mãe e do pai,⁶³ como podemos observar nos seguintes discursos deste estudo.

Ele começou muito pequenino com quatro, cinco anos, começo a dizer que queria ser menino. Inicialmente como ele era muito pequenino, eu e o pai começamos a achar: oh, está bem! Isto é as coisas que ele diz. Depois eu comecei a achar que era um bocado maria-rapaz, mas isso é normal, não é? Não liguei assim muito. (...). O tempo foi-se arrastando até que houve um dia, um episódio, tinha ele dez anos, se não estou em erro, mais ou menos nove, dez anos. (...). E nesse dia ele disse com uma voz muito muito triste, disse-me: mãe, eu choro todas as noites porque eu quero muito ser um menino. E eu aí percebi que aquilo era uma coisa que não era uma fase, que era uma coisa séria, que era uma coisa que o fazia sofrer, e eu pensei logo: vamos ter que fazer alguma coisa. (Mãe-FF).

O mais novo foi desde sempre, não houve revelação, não houve declaração a dizer que, houve sim um acompanhamento desde que ele nasceu que me fez ver ao longo destes doze anos a forma de lidar com uma situação diferente, dita diferente, é diferente dos irmãos, não é? (...). Houve sempre uma cumplicidade que fez com que fossemos crescendo juntos perante a situação. (Mãe-HH).

Como nos mostra a literatura, podemos verificar então que a orientação sexual e a identidade de género, assim como diversos aspetos da vida das/os filhas/os, é uma situação que foge ao domínio das mães e dos pais (Hauer & Guimarães, 2015).

5.1.2 Os sinais

Uma vez que a sexualidade e a identidade de género fazem parte da essência de cada pessoa, evidenciando-se durante a infância ou adolescência (Hauer & Guimarães, 2015), nos discursos, observamos a abordagem de perceção ou ausência de sinais que

⁶³ AMPLOS. (2021, junho 3). Recuperado de: <https://amplosbo.files.wordpress.com/2015/06/1pp.pdf>.

filhas e filhos evidenciavam relativamente à sua orientação sexual, expressão ou identidade de género.

Houve quem referisse o modo de vestir.

Nós já notamos que algo se passava, na maneira de vestir. (Mãe-A).

Ele sempre se vestiu um bocado neutro, mais de rapaz do que rapariga. (Pai-C).

Adora vestir roupa de mulher, gosta de se pintar, andar de salto alto, adora essa parte e desde muito pequenino que isso se notou nele, o jeitinho de falar, a forma como ele lida com as situações, sempre deu muita importância ao mundo feminino, sempre. (Mãe-HH).

Outro sinal observado nos discursos é o modelo de corte de cabelo.

Ele usava o cabelo comprido e aos bocadinhos foi cortando até ficar com o cabelo mesmo curtinho à rapaz. (Mãe-EE).

Só queria roupa de meninos, queria usar o cabelo curto e nós de uma maneira geral fomos deixando fazer. Às vezes lá ia insistindo para vestir uma coisa mais de menina e aquilo às vezes não corria muito bem. (Mãe-FF).

A aptidão para jogar futebol também é observado como um dos sinais.

Ele sempre foi arrapazado, mas pronto, jogava futebol, mas nada que indiciasse, só gostava de vestir calções e calças, mas quer se dizer, há muitos miúdos e muitas miúdas que gostam de se vestir de uma determinada maneira, nunca associamos isso a nada, não. (Pai-B).

Um pedido à mãe para visualizar o filme “A Rapariga Dinamarquesa”, no qual retrata uma mulher transgénero que arrisca uma cirurgia experimental para mudar de sexo, na década de 1920, despertou qualquer coisa a uma mãe.

Ele queria muito ver um filme comigo, que é “A Rapariga da Dinamarca”. (...). E isso aconteceu, sei lá, talvez, não sei precisar, uns dias antes, ou uma semana antes talvez, ou duas semanas antes de ele vir falar comigo sobre isto. E isso despertou-me qualquer coisa. (Mãe-C).

Houve quem referisse que a filha só escrevia histórias de relações lésbicas, sentindo que era esquisito e estranho ficou a pensar nesse assunto.

Efetivamente os textos eram sempre histórias de relações lésbicas. E aquilo era esquisito. A imaginação dela só vai para este lado? E acho que foi a primeira vez que eu comecei a pensar assim mais a sério na questão e achar estranho. (Mãe-B).

Noutro discurso é referido que não havia indícios que apontassem a não heterossexualidade do filho, pois este tinha uma sexualidade “normal” conveniente ao papel estabelecido pela sociedade.

Nada nem nunca me levaria a pensar que ele gostasse de rapazes, nunca deu indícios de tal, era um rapaz normal, tinha os seus colegas, rapazes e raparigas. Sabia que ele tinha uma paixoneta por uma menina, por uma colega, mas lá está, nunca me passou pela cabeça. (Mãe-EE).

Também houve quem preferiu ignorar os sinais, referindo que era uma desconfiança que não queria ter.

Eu não estava nada a espera, apesar de já ter tido uns anos antes assim aquela desconfiança que nós não queremos ter, mas tinha pensado no assunto, mas depois tinha achado que não, porque tinha ouvido uns rumores que ele tinha uma namorada e esqueci o assunto. (Mãe-G).

E, à falta de sinais muito claros, houve quem não previu, de forma alguma, a homossexualidade do filho.

A menos que eles se vão revelando desde o princípio, mas se não se forem revelando, ou se não forem dando sinais muito claros da condição deles, epá! Eu não fazia ideia. (Pai-A).

Nos discursos observamos ainda a pouca ou nenhuma dificuldade sentida na perceção de sinais deixados pelas/os filhas/os. Assim, dado que a sexualidade é objeto do olhar atento das mães, pois a sexualidade ainda hoje é vigiada e controlada, estes olhares ampliados podem gerar novos discursos, modelos e ratificações (Alencar, 2015).

Há pessoas que gostam de pessoas do mesmo sexo. Quando notei que a minha filha estava mais reservada, achei que poderia ter a ver com isso, ela sempre me tinha falado e agora não falava, porquê seria? Uma hipótese seria essa. (Mãe-I).

Eu tinha uma jovem americana a viver comigo nesse ano. (...). E percebi que essa miúda americana estava apaixonada por uma miúda espanhola. Pronto, a minha filha na altura tinha 15 anos, e depois percebi que ela partilhou tanto a paixão que tinha com a menina de Espanha que a minha filha ficou apaixonada pela menina de Espanha, que por sua vez ficou apaixonada pela minha filha e não pela americana. (Mãe-K).

As frequentes pistas poderão indicar uma forma estratégica de forçar a mãe a perguntar sobre a orientação sexual.

Eu acho que sempre soube. (...). Ele tinha-me suscitado tantas dúvidas, tinha-me dado tantas pistas, porque ele sabia que iria estar com muita curiosidade com as pistas que ele me deu, e então quase que forçou a que eu lhe perguntasse diretamente se ele era homossexual. (Mãe-D).

A sensibilidade, insegurança e ansiedade foram sinais percecionados que levaram à desconfiança da orientação sexual do filho.

Desde cedo que percebi que era um miúdo muito sensível do ponto de vista de inteligência emocional. (...), mas é um miúdo muito mais ansioso, muito mais inseguro também. (...). Para mim foi algo que eu já estava à espera de alguma maneira, na realidade eu acho, e ainda agora acho, que ele é homossexual, eu acho que ele não é bissexual, mas ele é que saberá. (Mãe-FF).

A não referência e apresentação de namoradas ao longo dos anos foi um sinal para a suspeita da não heterossexualidade do filho.

Na adolescência foi aquela coisa, quer dizer, não tinha, não me apresentou namoradas, não tinha namoradas, falava das colegas e dos colegas indiferentemente. Os anos foram passando, entrou para a faculdade e nunca houve referência a namoradas. (Mãe-J).

Como nos mostra a literatura, observamos que ter a percepção de sinais revela a noção de uma *heterossexualidade primordial* soberana na nossa sociedade, um sinal forte que tem influenciado e conduzido as nossas vidas (Rubin, 1975 como citado em Katz, 1996).

5.1.3 O respeito

Os sentimentos divergem de família para família, desde a prevalência do respeito do *coming out* da/o filha/o, à desorientação e sentimento de medo na maioria dos casos aqui registados. Todavia, as pessoas entrevistadas se preocuparam com o preconceito e a discriminação que a/o filha/o poderia vir a sofrer.

Num discurso, houve quem referisse a ideia de que tinha errado na educação, sentindo culpa e medo, aliado ao sentimento de negação. Foi narrado de forma muito intensa, acentuando a sua preocupação para com a sua filha trans. Esta mãe relata ainda que ficou muito assustada quando começou a perceber que o mundo era muito perigoso para as pessoas transsexuais.

Eu pensei que tinha sido eu que tinha errado em alguma fase da educação para isto estar a acontecer. Senti que a culpa era minha e não sabia como havia de lidar. Pensei ainda, pode ser que isto não seja verdade, não sei. (...). Fiquei assustada pois comecei a perceber o que era esse mundo da transsexualidade e que era um mundo muito perigoso para quem era transsexual, por causa da sociedade. (Mãe-A).

A tristeza e expectativas de género quebradas foram mencionadas noutra discurso.

Um bocadinho de tristeza, porque é assim, nós temos ali uns sonhos para uma menina, não é? E somos confrontados com o contrário, mas não me fez ficar chateada com ele, nem nada do género. Foi um bocadinho de desilusão e se calhar pensei onde é que errei, não sei. (Mãe-EE).

O medo da sociedade revelou ser uma preocupação muito inquietante e houve quem referisse que não compreendia a não “aceitação” da sociedade relativamente às pessoas trans.

Vou reportar-me a situação do tal episódio quando ele tinha mais ou menos dez anos. A primeira reação que eu tive foi de algum medo, porque pensei que, pronto, ia ser complicado, como é que as pessoas iriam reagir a volta dele, se o iriam discriminar, se ele iria ter problemas e se iria ter algum medo em relação a isso. (Mãe-FF).

Sinceramente sinto muito medo daquilo que ele vai sofrer, porque ao contrário do irmão, o Raúl vê-se nele a diferença, ele tem uma forma de estar completamente diferente do irmão. (...). E quando falo de diferenças são ditas diferenças que não são diferenças para mim, mas são diferenças para quem lida com ele lá fora, não é? E mete-me muita confusão como é que as pessoas não aceitam. (Mãe-HH).

Observamos que o sentimento de luto é relatado como forma de lidar com a nova realidade familiar. Relativamente ao sentimento de luto, convém referir que nem sempre está ligado à morte em si. Neste caso está mais relacionado particularmente à perda de uma filha ou filho idealizada/o (Vendrusculo, 2014 como citado em Rosa *et al.*, 2017).

Eu tive ali dois ou três dias em que chorei, chorei sozinha. (...). Eu acho que o meu chorar foi o chorar do luto daquilo que tinha pensado, não foi lá... não estava ali a fazer um luto por um filho, não! O filho não estava a precisar de luto. Era aquilo que tinha pensado, chamemos-lhes de sonhos, chamemos-lhes assim, há pessoas que lhe chamam expectativas, tanto faz. (Mãe-D).

Isto é como um luto, é como a morte de alguém. É assim, o momento instantâneo é de dor, é de uma dor imensa, o confronto com a notícia para mim representou uma dor profundíssima, mas acho que resolvi isso muito rapidamente. (...). Há o momento inicial em que eu me senti muito perdido e dorido, porque nós sofremos muito e choramos e estamos ali. Mas eu, ok, eu levei um fim de semana a fazer o luto. Perdi um filho ganhei outro filho. (Pai-A).

Houve quem referisse que a primeira reação foi de susto, com vários sentimentos à mistura - revolta, muito medo e muita ansia. Situação que ficou guardada como um segredo, levando o agregado familiar para “dentro do armário”. O caminho para a compreensão e respeito foi considerado como uma fase complicada.

A reação foi de susto, parecia que me tinha caído o mundo em cima, tive muito medo, muito medo, muito medo por ele principalmente, mas depois muito medo por todos nós, por aquilo que as pessoas iam pensar, por aquilo como íamos conseguir lidar com a situação. (...). Passei ali por uma série de fases, do medo, a revolta, a ansia, muita ansia por não conseguir resolver a situação, porque ali tinha que se resolver por si, nós todos estávamos a fazer o nosso caminho. (...). E depois o segredo que havia entre a família porque era só eu e o pai que sabíamos, ele saiu do armário, mas enfiou-nos a nós no armário com ele, era um segredo, um segredo, tudo em segredo, foi ali uma fase complicada. (Mãe-G).

Contudo, também houve situações de maior abertura, compreensão e respeito no ambiente familiar.

É assim, não vou dizer que fiquei triste ou que fiquei contente, eu só queria que ele fosse feliz, fosse com um rapaz ou com uma rapariga. Não tive assim grande sentimento, embora tenha sido surpresa para mim, mas não me afetou grande coisa, sinceramente. (Mãe-EE).

Eu achei que é uma situação em que ainda haja também problemas, ou seja, que sinta algum medo também de alguma discriminação que ainda possa existir. (...). Ou seja, estou consciente das situações que podem ser complicadas, mas pensamos que é para nós lidarmos com elas e andarmos para frente. (Mãe-FF).

Não, de forma alguma me fez diferença, nem pensamentos negativos. A única coisa que me preocupou e preocupa e vai preocupar se calhar sempre é a sociedade em si. Como é que ele vai conseguir suportar a dita diferença que a sociedade faz perante um ser e outro, não é? E isso preocupa-me a mim, isso preocupa-me muito. (Mãe-HH).

Não senti nada de especial por ela gostar de raparigas, para mim isso era uma coisa perfeitamente normal de acontecer. Eu não sei se as pessoas acham estranho ou se até não acreditam no que eu digo, mas é verdade, eu não senti, nem pena, nem dizer: ah! Porquê havia de acontecer-me a mim? (Mãe-I).

Os pais com filhos trans tiveram reações muito diferentes: enquanto um pai encarou a situação como um desafio sem tristeza e mágoa, para outro pai foi uma notícia muito dura, uma questão muito grave, um processo muito difícil, sentindo muita dor e preocupação com o sofrimento do filho.

Senti um desafio, digamos, mais um desafio do que outra coisa. Não senti nenhuma tristeza, nenhuma mágoa, nada, nada dessas coisas. (Pai-C).

Foi uma notícia muito dura, foi a pior coisa que me aconteceu na vida, na altura. Ficamos completamente transtornados sem saber o que fazer. (..). Acho que na altura nem entendemos muito bem, mas tínhamos consciência que era uma questão muito grave, que era um processo muito difícil. Numa primeira fase sentimos muita dor, mas quase em associação a isso sentimos muita preocupação, (...), porque ele estava a sofrer muito. (Pai-B).

5.1.4 As dificuldades

Neste estudo observamos diferentes dificuldades: umas mais administrativas, outras na questão de saúde. De modo geral, como nos mostra a literatura, podemos dizer que as dificuldades das mães e dos pais em lidarem com certas questões devem-se, muitas vezes, a medos e a não se sentirem à vontade para conversarem e lidarem com assuntos relacionados à sexualidade e à identidade de género (Zimmerman *et al.*, 2015 como citado em Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018).

Houve quem referisse ter muita dificuldade em lidar com a situação e a dificuldade e preocupação acentuou-se devido a coisa más que ouvia ou lia, como o suicídio e ataques às pessoas transgéneros.

Eu estava sempre preocupada porque nunca sabia o que é que as pessoas se a visem lhe iriam fazer, tinha medo que lhe fizessem mal. Não sabia como a podia ajudar, foi um período muito complicado. Até que chegou uma altura que eu disse: eu não estou a conseguir a lidar com isto sozinha, preciso de ajuda, não percebo. Apesar de ler e de ouvir, mas o que ouvia eram coisas más, ouvia falar em suicídio, em ataques às pessoas transgéneras, eu não sabia o que havia de fazer. (Mãe-A).

Também observamos nos discursos a preocupação e dificuldades encontradas no tratamento de saúde para as questões trans.

A psicóloga enviou-nos para um hospital, depois no hospital eu não sabia muito bem, aquilo era ainda muito novo, essas foram as minhas maiores dificuldades, porque eu queria resolver as coisas. (Mãe-C).

O que me preocupa mais é a história da parte da saúde, ou seja, o Mário quis fazer as suas operações de retribuição sexual e é um percurso que é doloroso fisicamente. Nós tanto quanto sabemos está tudo a atrasar-se. Eu sei que para o Mário era urgente conseguir terminar o seu processo. (Mãe-FF).

Ainda, houve quem referisse também ter tido dificuldades no procedimento de alteração do cartão de cidadão (CC) do filho trans.

Uma das grandes dificuldades foi mesmo tirar o cartão de cidadão. De resto, é assim, o que sinto mais dificuldade é a espera em questões de medicina, porque ele quer fazer a mastectomia, já mandei o P1 para três hospitais aqui do Norte, todos me negaram, ele foi encaminhado para Coimbra. (Mãe-EE).

Os pais com filhos trans revelaram ter tido dificuldades de conseguir ajudar da melhor forma os seus filhos, admitindo, eles próprios, que também precisavam de ajuda.

Foi tentar arranjar forças para projetar o futuro e tentar no máximo possível ajudá-lo a ele, ajudar-nos a nós obviamente, se nós não estávamos bem não podíamos ajudá-lo. (Pai-B).

O mais difícil é conseguir ajudá-lo, é pensar: como é que eu vou conseguir ajudar no meio de uma sociedade que não está preparada? Tem portas abertas, mas não totalmente abertas. (Pai-C).

Quase metade das pessoas entrevistadas consideram que enfrentar a família e/ou a sociedade revelou ser a maior dificuldade.

Eu tinha alguma dificuldade em perante os outros falar da situação, pronto, dizer que eram namoradas e não amigas, não me era fácil. (Mãe-B).

Eu acho que a maior dificuldade foi a abertura para o mundo, vá lá, digamos assim. Abertura no sentido em que eu encontro fulano ou sicrano na rua, no café, no supermercado, no cabeleireiro e puder falar disto abertamente. Para mim, talvez tenha sido a maior dificuldade. (Mãe-D).

Na altura, o meu companheiro, tanto quando ele soube da situação do meu filho mais novo como do mais velho, então ele é um bocadinho, é ou era, porque ele mudou muito, um bocadinho homofóbico, um bocadinho grande. (...). O meu maior confronto, se calhar, foi mesmo com o meu companheiro. (Mãe-EE).

A maior dificuldade nesta situação é igualmente a família, porque eu de resto não vejo mais dificuldade nenhuma, porque eu lido bem com tudo e com mais alguma coisa. (Mãe-HH).

Ainda agora se me perguntarem qual o maior obstáculo, o pedregulho que eu vejo maior no caminho do meu filho é a posição do pai em relação a orientação sexual com que o filho dele nasceu, não é? Quer dizer, é uma monstruosidade, é uma aberração, ele, a posição do pai, o saber isso. (Mãe-J).

Eu tenho alguma dificuldade em lidar com o sentimento de pena que alguém possa expressar em relação a mim. Não me importo que brinquem ou que possam fazer alguma chacota, (...), nós não suportamos é que gozem com os nossos filhos, (...). É essa a dificuldade que eu tenho. (Pai-A).

Houve quem referisse a dificuldade em não “aceitar bem” o filho homossexual, mostrando exteriormente algo que não correspondia ao que sentia internamente.

A maior dificuldade mesmo foi eu aceitar bem, porque obviamente aquilo que eu disse para ele, o que eu disse para fora foi uma coisa e o que eu sentia era outra, não fui totalmente verdadeira com ele. (Mãe-G).

Observamos ainda a peculiaridade da “saída do armário de mãe”, mesmo antes do *coming out* da própria filha, revelando ter sido a situação de maior dificuldade.

A maior dificuldade foi, eu senti necessidade de apresentar na comunicação social, apresentar-me como mãe pelos direitos, pelas liberdades, contra o preconceito, numa altura em que a própria Sandra ainda não tinha feito o seu *coming out*. (Mãe-K).

5.1.5 O enfrentamento

O conceito de enfrentamento é definido pela psicologia como o modo pela qual a pessoa se adapta a diferentes fases do desenvolvimento e a situações consideradas stressantes, como por exemplo a revelação da orientação sexual ou da identidade de género de uma filha ou filho (Nunes, 2010).

Por isso, como nos mostra a literatura, enfrentar a família e a sociedade revela ser um processo que pode ser demorado. Tal como as/os filhas/os, o *coming out* de mães e pais também precisa de um período de reflexão (Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018).

Observamos que a decisão de participar numa marcha LGBT revelou ser um momento de perceção de que não se está só.

Decidimos eu e o meu marido ir a Braga, a uma marcha LGBT. (...). Enquanto estava a ver, antes de começar a marcha, estava a ler as faixas de todos os coletivos e vi lá a faixa da AMPLOS. (...), comecei a aperceber-me que realmente não estava sozinha, (...), e apercebi-me que juntos somos mais fortes. (Mãe-A).

Enfrentar conversas, respondendo com naturalidade sobre a questão da namorada da filha e do namorado do filho, torna visível outras famílias em igual circunstância e normaliza a diversidade sexual.

Um dia vou a uma casa de peixe congelado, aqui ao pé da minha casa, e a senhora que tinha me visto meses antes no supermercado com a minha nora questiono-me: então era sua filha? Não, é minha nora! Ah! Que giro, então que idade tem o seu filho? (...). Mas ela não é namorada do meu filho é namorada da minha filha. E a reação da senhora foi: olhe que engraçado! Sabe que eu também tenho uma irmã lésbica? (...). E partir daí disse, mas porque não ei de dizer? Quando me perguntam é assim! (Mãe-B).

Quando me perguntam pelos meus filhos, olha já tenho um genro, ou o meu filho já tem um companheiro, e se for de sorriso aberto, as pessoas ou não têm coragem para me dizer nada ou então fazem um sorrisinho amarelo e ficam sossegadinhas. Se eu for de olhos baixos com vergonha a dizer baixinho que tenho um genro ou que tenho um filho que tem um companheiro, as pessoas vêm com uma palmadinha nas costas e eu isso não queria. (...). Acho que foi mesmo o maior desafio, falar disto como quem diz: eu vou ali a esquina comprar cebolas, pronto. (Mãe-D).

Houve quem referisse a elaboração de uma estratégia para poder contar e enfrentar a família.

À família mais próxima tentamos definir uma estratégia da mesma maneira que ele tinha definido uma estratégia para nos contar a nós. (Pai-B).

Todavia, respeitar a posição do filho e tentar acompanhá-lo no processo de enfrentar a família e a sociedade revela ser muito importante para uma mãe.

A minha família é uma família conservadora e, portanto, há uma parte que ainda não sabe. Estamos a falar de um filho adulto, (...), ele já tinha decidido que a opção dele era: se surgir oportunidade, se eu tiver de dizer ou de confirmar a alguém que sou *gay* tudo bem, não tenho problema nenhum, (...). E então, eu tenho tentado acompanhar essa posição dele e de certo modo também me sinto obrigada a respeitar, (...),

eu não quero em algumas circunstâncias dar algum passo que o prejudique, sobretudo pensando no trabalho dele. (Mãe-J).

Outra mãe decidiu enfrentar o mundo assumindo o seu *coming out* através da rede social do *Facebook*, ao mesmo tempo que o seu filho trans.

O meu filho decidiu criar uma página no Facebook ainda antes de mudar o nome, não é? No dia que ele criou a página no *Facebook* eu fiz uma declaração no meu *Facebook*, eu pensei: não vou dizer isto a cada um, portanto, eu vou fazer isto no Facebook. Há um testemunho, não é? Em que explico relativamente a situação, e pensei: *ok*, pronto, agora isto vai se espalhar porque estas notícias é um rastilho e eu já não preciso de explicar a toda a gente. (Mãe-C).

Por vezes, enfrentar a sociedade revela ser inevitável, pois é necessário tratar de assuntos presencialmente, como o cartão de cidadão do filho trans.

Tivemos que mudar o registo de nascimento e no próprio dia à tarde fomos fazer o cartão de cidadão. A conservadora que lá estava disse que não saíamos dali naquele dia sem fazer o cartão. E a tarde fizemos o cartão. (...). Era uma grande conquista para o meu filho, eu paguei os 200 euros e ficou aquele assunto arrumado, por assim dizer. (Mãe-EE).

Também observamos situações em que não houve qualquer problema ou constrangimento em enfrentar a família e a sociedade.

Relativamente ao mais velho, o namorado vinha cá passar quase todos os fins de semana, quando o meu filho vinha ele vinha também, ou que se apercebesse e me questionasse, eu dizia sim é o namorado dele, não tinha problema nenhum em assumi-lo. (Mãe-EE).

Há que dizer aqui uma coisa, para mim, não tive, não tenho qualquer espécie de situação de constrangimento. (Mãe-FF).

Eu estou aqui para enfrentar, não estou para ter medo, porque se eu tivesse medo o meu filho também tinha. (...). Então eu tenho uma reação de confiança e isso é importante também para ele. (Mãe-HH).

Eu não contei especificamente a nenhuma amiga, mas depois nas conversas com as amigas se isso viesse a propósito aí sim, chegaram-me a perguntar: a tua filha já tem namorado? Eu dizia: não, tem namorada. E eu sabia que elas iam ficar surpreendidas, mas dizia aquilo com naturalidade. (Mãe-I).

Houve quem aproveitasse uma festa para enfrentar a família, menos o membro aniversariante. Mesmo admitindo que não havia problema algum, refere que iria causar um grande alvoroço pela casa, decidindo contar mais tarde.

A minha mãe fazia oitenta e sete anos e havia festa de família cá em casa. Toda a família soube menos a minha mãe, a minha mãe só soube passado uns dias, não havia nenhum problema, mas era só para não termos aqui um grande alvoroço pela casa. Mas pronto, correu tudo bem com a família, não houve problemas nenhuns. (Pai-C).

Enfrentar um diálogo numa campanha eleitoral poderá ser importante para decisões políticas futuras, como revelou uma mãe.

Acabei por dizer até numa campanha eleitoral, em que fui convidada para falar numa sessão do Partido Socialista, e disse: eu tenho duas filhas que estão aqui sentadas ao meu lado e uma delas vai ser

discriminada e a outra não, quer dizer, isto para mim é uma coisa que acho que é de uma injustiça enorme. Acho que o sentido da comparação entre dois filhos foi para mim muito forte e, portanto, comecei eu própria interiorizar esta situação e ter necessidade de lutar contra a discriminação, pronto. (Mãe-K).

5.1.6 O mais difícil

Relativamente ao processo mais difícil, verificamos que as mães e os pais descreveram a experiência como sendo difícil.

Observamos a abordagem do sentimento de perda como um processo difícil. Como nos mostra a literatura, a perda é referente às expectativas relacionadas com a idealização de filha ou filho que sugere um futuro heterossexual, que passaria então pelo casamento e parentalidade (Cianciotto & Cahill, 2003; Ford & Priest, 2004; Herdt & Koff, 2002; Saltzburg, 2004 como citado em Frazão & Rosário, 2008).

Para mim, pessoalmente, foi realmente o gorar das expectativas que eu tinha para a minha filha, neste aspeto sentimental, pronto, aí foi difícil e foi um tal choque. (Mãe-B).

Foi eu ter que desconstruir todas as expectativas que eu tinha em relação ao meu filho. (...). Foi um processo muito difícil. Eu tive de desconstruir tudo, tive de deitar fora o meu castelo de princesa com o príncipe e os principezinhos todos lá dentro e todos felices para sempre. Tive de construir outro castelo onde estaremos também todos felices para sempre, mas de uma forma diferente. (Mãe-G).

O sexo atribuído à nascença determina instantaneamente a identidade de género das pessoas (Dierckx *et al.*, 2016 como citado em Ricardo, 2016). Por isso, a tomada de consciência para a situação da transgeneridade da filha foi referida como um processo difícil.

Mais difícil para mim foi tomar consciência de que a partir daquele momento já não tinha mais um filho, tinha uma filha e que ia passar por um processo muito doloroso, quer física quer emocionalmente. (Mãe-A).

A interpelação da dúvida se é rapaz ou rapariga, por parte de clientes no local de trabalho, revelou ser um constrangimento para o filho. Ficando transtornado com a situação, foi descrito como uma circunstância difícil para uma mãe.

Ele trabalhou no McDonalds. (...). Houve um cliente ou dois clientes que estavam a pedir ao balcão os hambúrgueres, e estava um para o outro a dizer: mas é rapaz ou é uma rapariga? E ele muito atrapalhado com aquilo, e interpelá-lo mesmo! És um rapaz ou és uma rapariga? E ele não queria falar sobre isso, não é? (...). E eu lembro-me de ele ter ficado super desorientado com aquilo e vir para casa super mal! Eu lembro-me que aquilo me doeu imenso! (Mãe-C).

O medo do que as pessoas poderiam pensar ou dizer também foi referido como o processo mais difícil. Portanto, podemos entender aqui a interiorização de mensagens

homofóbicas transmitidas pela sociedade (Saltzburg, 2004 como citado em Frazão & Rosário, 2008).

Aquela coisa de me porem um rótulo, isso ainda mexia comigo, porque há um medo que eu acho que a gente nem tem noção dele que é, quase que poderia deixar de ser a Mariana e passaria a ser a mãe do *gay* ou a mãe de outro nome com outro rótulo menos bonito, era mais isso. (Mãe-D).

Acho que é uma espécie de orgulho esfarrapado que é, eu não consigo colocar-me numa posição que alguém venha com aquela coisa, de ouvir alguém dizer: coitado do Filipe que o filho é *gay*. Eu não consigo ouvir! Isso para mim é mortal! Posso achar que tenham pena de mim, ó pá! Não tenham pena de mim, nem de mim, nem de nós, nem dos meus filhos! É esse o receio, é uma coisa estranha. (Pai-A).

O sentimento de culpa, no sentido de não ter estado mais presente na vida do filho trans e de ter desvalorizado a situação, foi descrito como o processo mais difícil.

O mais difícil, e que se calhar culpo-me um bocadinho, foi durante o tempo que ele esteve com o pai, eu não o ter acompanhado tanto e não estar tão atenta aos sinais, se calhar desvalorizava um bocadinho. (Mãe-EE).

Observamos também que apesar da tipologia de “*família integrada*” (Herdt & Koff, 2002 como citado em Frazão & Rosário, 2008, p. 36), houve tentativas de suicídio dos filhos, expondo esses momentos como os mais difíceis.

Foi difícil encarar as consequências que isso teve para ele. O meu filho em vez de ir para o quartel foi para o Porto, penso que esteve a beber e tentou atirar-se de uma ponte abaixo, tentou se suicidar. A polícia deu com ele já do outro lado. Depois dessa tentativa de suicídio este ano tentou mais duas, tive de o internar. (...). Qualquer coisa se passou no quartel ou uma coisa que ele não quis dizer, não sei se tem a ver com a homossexualidade dele ou não, ou bissexualidade neste caso. (Mãe-EE).

Eu diria que o momento mais difícil foi agora passado um ano, que em dois meses ele teve três tentativas de suicídio e isso é muito complicado, por causa de ele achar que não tem futuro e que é tudo muito complicado. (Pai-C).

Houve quem referisse as intervenções cirúrgicas do filho trans, pois geraram um sentimento de medo, e por, isso, este momento é descrito como a situação mais difícil.

Eu acho que o mais difícil para mim tem a ver com esta questão mesmo de que cada vez que ele é internado e vai ser operado, sinto aquele medo de esperemos que corra tudo bem. (Mãe-FF).

Também, perceber o sofrimento do filho trans revelou ser um processo difícil.

O que foi mais difícil foi perceber que ele ia sofrer muito, ou melhor, que ele estava a sofrer muito, ele tinha o mundo as costas e que ia continuar com o mundo as costas. (Pai-B).

O modo como o pai lidava com a situação do filho bissexual (ou homossexual) foi encarado por uma mãe como a situação menos fácil, apesar do respeito que o pai tinha pelo filho.

Tinha exatamente a ver com o modo como o pai estava a lidar com a situação, essa de facto foi a situação, se calhar, menos fácil. (Mãe-FF).

Já outra mãe, divorciada do pai do seu filho *gay*, encarou o modo como o pai lidava com a situação como bastante difícil.

Foi saber que o meu filho não podia contar com o pai nesta caminhada. O meu filho que é um rapaz, um homem espantoso, tinha um pai que o acha anormal. (Mãe-J).

Também a preocupação de uma mãe, pelo filho ter saído da casa, é relatado como uma situação difícil de gerir.

O que foi mais difícil para mim foi ele ter saído de casa cedo, eu não o poder acompanhar a cem por cento, embora o acompanhasse um bocadinho mais de longe. (Mãe-HH).

Ainda, o não saber como ajudar a filha, que andava um pouco perdida, é narrado por uma mãe como a situação mais difícil.

O que foi mais difícil foi mesmo ela andar ali perdida um tempo e a pessoa não saber como ajudá-la. (Mãe-I).

A necessidade de visibilidade de uma mãe, antes do *coming out* da própria filha, revelou ser o processo muito difícil.

Gerir uma necessidade de visibilidade minha como ativista ao mesmo tempo respeitando o desejo e o tempo da Sandra no seu *coming out* para a família e para os amigos, isso foi muito difícil. Porque ela tem todo o direito em escolher a quem é que quer falar e de que forma, não é? E de repente eu fui entrevistada e foi aí que a família ficou toda a saber, nós dissemos a família que comprem o Diário de Notícias. E para a Sandra eu acho que isto não foi muito fácil, porque de repente não era ela, era mãe dela, não é? (Mãe-K).

5.1.7 O mais fácil

Relativamente ao processo mais fácil, foi notório nas entrevistas a melhoria de relacionamento entre mães, pais e filhas/os, mesmo nos casos em que a primeira reação não foi positiva. Esta facilidade, que mães e pais abordaram, é manifestada através da construção de maior proximidade, maior intimidade, transparência e autenticidade para com suas filhas e filhos (Velho, 2016).

Houve quem referisse que nada foi fácil no seu processo.

Não estou a ver nada que tenha sido mais fácil, não há nada que tenha sido fácil. (Mãe-A).

Mas, observar a filha com uma vida perfeitamente igual às outras pessoas, foi fator de relaxamento e bem-estar para uma mãe.

É assim, não há nada fácil, não é? (...). Quando vejo que elas começam a abrir os horizontes e realmente têm uma vida perfeitamente normal igual as outras pessoas, aí relaxei e sinto-me bem, gosto de as ver felices. (Mãe-B).

A maioria das mães e os pais descreveram diferentes processos facilitadores do seu *coming out* de mãe e de pai. Numa análise mais profunda observamos sete processos

facilitadores, tais como: o amor, a honestidade, a compreensão, o conhecimento, o respeito, retaguarda familiar e relação com amigas e amigos.

A retaguarda familiar e a relação com as/os amigas/os são consideradas/os importantes e menos um problema para enfrentar.

Fácil no sentido de ele ter amigos que o aceitam, a família é importante, mas os amigos também são, e de ele estar rodeado de pessoas que gostam dele, tudo isso para mim é a parte fácil. (Mãe-C).

Por incrível que parece, os amigos, foi muito fácil, principalmente os amigos mais próximos, (...). Quando finalmente contei aos meus pais por incrível que pareça foi a coisa mais fácil do mundo, pronto, e acabou esse problema. (Pai-B).

Ainda, houve quem referisse a comunidade ativista e o respeito para com a filha como processos facilitadores.

Fácil foi sobretudo a família próxima da minha geração e os sobrinhos, tive muitos amigos logo a darem-me muito apoio, e os ativistas, isso foi muito bom e foi muito fortalecedor. Foi fácil também aceitar, não me lembro de passar um período assim de negação, aceitar as namoradas, aceitar a relação dela e as desilusões e desgostos de amor, tudo isso para mim foi fácil. De repente era exatamente igual a irmã, não havia dificuldade nenhuma, isso foi fácil. (Mãe-K).

As mais variadas formas de demonstração de amor foram observadas. Tais como: não pôr em causa o gostar do filho, ver e sentir que o filho é feliz, o sentimento de segurança do próprio filho, assimilar que se tem de estar ao lado do filho e o não conseguir criar nunca preconceitos contra o filho.

O mais fácil disto tudo foi dizer a ele que gostava muito dele na mesma, nunca iria deixar gostar dele e que ele podia contar comigo, isso para mim foi o mais fácil, porque isso também nunca foi posto em causa. (Mãe-D).

Foi vê-lo feliz, foi ver o meu filho sentir-se feliz, sentir-se seguro dele próprio e foi fácil lidar com a situação toda, foi fácil assimilar que eu tinha de estar ao lado dele. (Mãe-HH).

Foi fácil porque eu não conseguiria nunca criar um preconceito contra o meu filho, mesmo que me esforçasse, porque ele sempre foi um filho exemplar. (Pai-A).

No que refere à honestidade, observamos a abertura para o diálogo, facilitando deste modo o processo do *coming out* em família.

Se calhar a maneira como ele depois começou a abrir-se comigo, eu posso dizer que hoje ele é o meu confidente. (...). Se calhar o processo mais fácil foi a aceitação da minha parte, (...), o que eu quero é que seja feliz, tanto um como o outro (Mãe-EE).

O momento mais fácil foi ele ter falado comigo, porque assim pudemos lidar com as coisas e ele pode ter uma vida mais plena. (Pai 3).

Observamos também que a compreensão e o conhecimento revelam ser processos facilitadores. Não sentir muitas dificuldades ao falar é considerado um papel importante para ajudar as pessoas a perceberem a situação do filho trans.

Eu acho que naturalizei muito este processo, para a família, para os amigos, e nunca me foi muito difícil falar aos outros sobre isto, antes pelo contrário, percebi muito cedo que eu se calhar tinha aqui um papel importante de ajudar a perceber esta situação, exatamente porque para mim ela não foi assim tão complicada. (Mãe-FF).

Ainda, foi referido nos discursos que a formação e a informação facilitam e capacitam o acolhimento do filho homossexual e de forma natural.

O mais fácil foi o acolhimento do meu filho por eu estar informada e por eu ter uma formação que a vida me deu, não é? Porque também não foi a educação, não foram os meus pais, (...). Pronto, felizmente depois o caminho que segui abriu-me os olhos, os valores a que eu aderi deram-me a capacidade de acolher o meu filho com toda a naturalidade. (Mãe-J).

5.1.8 O apoio

Como nos mostra a literatura, os grupos portadores do mesmo estigma sentem a necessidade de solicitar apoio, revelando ser indispensável para tranquilizar as angústias diversas de mães e pais (Goffman, 1988 como citado em Hauer & Guimarães, 2015). Observamos neste estudo que a procura de apoio consiste numa manifestação de abertura para o diálogo quando não se encontram referências. Os apoios mais procurados revelaram ser a AMPLOS, a família, amigas e amigos e ajuda profissional.

Nos discursos, observamos que ter o apoio do cônjuge revelou ser muito importante, além de procurar ajuda na AMPLOS.

Profissionais não procurei, não, só procurei a associação. Quem me ajudou foi o meu marido, (...). Ou seja, nós os dois, ele ajudou-me a mim e eu ajudei-o a ele, mas ele ajudou-me mais vezes do que eu a ele. (Mãe-A).

Também houve quem referisse o apoio da filha, irmã do filho trans.

Quem me ajudou mais verdadeiramente, eu acho que foram algumas pessoas da AMPLOS com quem pude falar verdadeiramente. (...). E a minha filha também, a gente vive aqui os três aqui em casa. (Mãe-C).

A procura de pares ficou bem assinalada nos discursos. Houve quem referisse que a necessidade de encontrar pessoas que estivessem a passar pelo mesmo processo revelou ser fundamental para o seu bem-estar.

Achei que deveria falar com pessoas que estivessem a passar o mesmo processo que eu. Achei que iria fazer-me muito bem. (...). Por isso, a única ajuda que eu pedi foi mesmo a associação, foi a AMPLOS, mais nada. (Mãe-D).

Noutro discurso foi referida também a importância da necessidade de uma associação como a AMPLOS. A visibilidade da associação e o diálogo entre pares revela que existem muitas famílias em igual circunstância abrangendo o sentimento de que não estamos sós.

Quem me ajudou foram os meus pares, foram os pais da AMPLOS. (...). Porque se nós não falarmos com pais que tenham enfrentado uma situação similar, nós até nos podemos convencer que estamos sozinhos. (...). Tivemos a sorte de ter havido uns pioneiros que um pouco antes tiveram consciência da situação e da necessidade de formar uma associação e um movimento. (...). O haver pessoas que já se tivessem preocupado em dar visibilidade, é sobretudo a questão da visibilidade. (Pai-A).

Observamos noutro discurso que a falta de conhecimentos da restante família, apesar do apoio, em relação ao filho trans, conduziu uma mãe a procurar ajuda na AMPLOS. Ainda, relativamente ao filho bissexual, relata que foi um processo muito mais fácil, sentindo também o apoio da família.

Eu penso, penso não, tenho a certeza que foi a associação AMPLOS, mesmo. Eu já não tenho pais, tenho duas irmãs, passado algum tempo contei-lhes, não é que não me apoiassem, mas lá está, também era um assunto novo para elas, também não tinham grande conhecimento. (Mãe-EE).

Foi um processo mais fácil, muito mais fácil. Desabafei também com a família, pronto, apoiam, também querem o bem, (...). Toda a família sabe o que se passou, o que se tem vindo a passar, também tenho o apoio nesse sentido, sim, da família. (Mãe-EE).

Interessante verificar nos discursos a referência da necessidade de apoio dos próprios filhos *gays* e da filha lésbica, para além do apoio do cônjuge/companheiro, da família, de amigas/os, da AMPLOS e até da própria comunidade ativista.

O meu marido ajudou na sua quota-parte, o meu filho foi o que ajudou mais sem dúvida, ele foi muito amigo e muito compreensivo, portanto, ele foi de longe quem ajudou mais. Depois em termos profissionais diria que é a AMPLOS. Em termos de amigas tive uma amiga, principalmente uma a quem contei logo de princípio, (...), que me ouvia e que me ajudou muito a desconstruir todos os meus preconceitos. (Mãe-G).

O meu filho, o próprio, o meu companheiro e a AMPLOS, o conjunto de mães e pais com quem eu passei a lidar muito proximamente aqui no Porto. (Mãe-J).

Quem me ajudou mais foi o meu marido, nós estivemos muito sintonizados e a própria Sandra, não é? (...). Os ativistas também me ajudaram imenso, porque de repente tive um apoio incrível, incrível. (...). O facto dos meus pais também rapidamente se terem habituado a ideia, também não terem criado problemas nenhuns foi muito bom e mesmo a minha sogra rapidamente se adaptou. (Mãe-K).

Observamos ainda a preocupação da própria filha lésbica que apresentou a AMPLOS à sua mãe, depois desta ter procurado anteriormente ajuda médica. Assim, para esta mãe, ouvir testemunhos tão ricos, como as vivências de outras experiências, foi considerado como uma ajuda preciosa. Contudo, assume que é um processo que deixa sempre marcas.

Procurei essa ajuda psiquiátrica e continua a fazer porque nunca mais fui a mesma, (...). Entretanto, passado pouco tempo de saber da situação, a minha filha começou logo a falar da AMPLOS. (...). E tem sido uma ajuda preciosa sobretudo pela vivência de outras experiências e ouvir testemunhos tão ricos, (...). Mas deixou marcas, este processo deixou marcas. (Mãe-B).

Noutro discurso, uma mãe considera que teve sorte com a ajuda médica, pois conseguiu encontrar, logo desde o início, médicos que percebiam do assunto. Também revela que foi importante o apoio da família e das/os amigas/os, tanto pela situação do filho trans, como do filho bissexual (ou homossexual).

Eu diria que todos ajudaram, eu tive sorte porque consegui justamente logo no início ter médicos que percebiam realmente disto. (...). Depois com a família e com os amigos, como desde muito cedo falamos muito sobre isto... cá em casa apoiamo-nos, acho eu, mesmo às vezes não concordando com tudo. (Mãe-FF).

Outra mãe refere apenas como principal apoio as/os amigas/os do próprio filho homossexual, que eram como ele. Esta situação mostrou a esta mãe que conviver com pessoas LGBT a ensinou a lidar melhor com as situações. Por isso, relativamente ao filho trans (biologicamente masculino, mas forte predileção pelo mundo feminino), foi essencial o apoio do irmão mais velho. No entanto, nesta situação, houve a necessidade de procurar ajuda médica tanto para o filho trans, como para ela própria, expondo que foi muito bom esse acompanhamento.

Quando ia ter com o meu filho, eu conheci os amigos dele e amigas que eram como ele e que tinham a opção de vida dele, e que de alguma forma me mostraram, iniciaram a ver o mundo cá fora, a lidar ainda melhor com as situações. (Mãe HH).

Foi o irmão, que é homossexual, que conhece o suposto mundo transsexual e isso faz com que o irmão sempre tenha falado com o mais novo, foi um pilar importante na vida do mais novo. (...). Ele nunca pediu ajuda em nada, eu é que falei com a médica de família e daí o encaminhamento, fomos ouvidos várias vezes os dois pela médica pedopsiquiatra e foi muito bom esse acompanhamento. (Mãe-HH).

Noutra situação, apesar do acolhimento imediato da mãe à filha lésbica, ao ver que não conseguia ajudar mais a filha, esta mãe procurou ajuda na área da psicologia.

Quando comecei com as conversas e ver que já não conseguia ajudá-la fui eu consultar um psicólogo e pedir ajuda para isso, para eu puder ajudá-la mais. (Mãe-I).

Houve quem referisse que tinha muitas dificuldades em lidar com a situação, procurando, por isso, o apoio de uma amiga psicóloga para o ajudar na cura, tanto para acalmar as suas inquietações como para acabar com o sofrimento sentido no ambiente familiar e assim poder acolher da melhor forma o filho trans.

Nós temos uma amiga que é psicóloga também e acima de tudo é amiga, foi ela que nos ajudou inicialmente na cura. (...). Os amigos muito próximos que nós temos, temos vários amigos, (...), eles também ajudaram. (Pai-B).

Tanto o apoio da família como o apoio de pessoas circundantes são importantes. Por isso, normalizar as situações torna tudo mais claro e pacífico, como revelou um pai.

Eu acho que é um pouco toda gente, porque no meu meio, ou seja, tanto em minha casa, como em casa da mãe dele, como o resto da família, avós, tios, primos, toda a gente o aceitou. (...). Inclusive, eu na altura era administrador do condomínio, quando fiz a reunião do condomínio anunciei que em vez de termos uma rapariga temos um rapaz cá em casa, pronto, para estarmos todos claros e não haver questões. Por isso, eu acho que toda gente ajudou, não vi nada contra mim, acho que foi muito pacífico. (Pai-C).

5.1.9 As relações

De seguida procuramos compreender se o processo do *coming out* das/os filhas/os até à atualidade afetou, ou não, o modo de relacionamento familiar.

Neste estudo observamos a presença de uma relação positiva entre mães, pais e filhas/os antecipada à revelação da identidade sexual ou de género. Uma relação positiva constitui assim um fator facilitador para o processo de harmonia no agregado familiar. Por isso, as relações familiares não ficaram afetadas, ou, se ficaram, foi no sentido de se tornarem melhores. Contudo, em alguns casos, observamos o afastamento de determinados membros da família.

Houve quem referisse a melhoria nas relações familiares, mas assumindo não abordar o assunto a um determinado membro da família.

Não, isso não afetou nada a minha relação com ela, se calhar até fortaleceu mais, (...). Em relação ao meu marido digo que foi uma grande surpresa para mim, (...), foi muito reconfortante, o amorzinho cresceu bocadinho mais. (...). A minha filha já tinha falado com o irmão antes de ter falado comigo. Ele extremamente amigo da irmã, (...). A minha mãe ficou muito emocionada, (...), também aceitaram lindamente, (...). Tenho só o meu sogro a minha sogra já faleceu há uns aninhos. Com ele nunca falei do tema, creio que o meu marido também nunca falou no tema. (Mãe-B).

Num discurso observamos que a grande melhoria das relações, numa primeira fase, passa por um processo de reajustamento e readaptação. Esse processo gerou momentos de maior proximidade e cumplicidade entre o casal, por ser uma questão dos dois.

A minha relação com ele melhorou duzentos por cento. Passamos a ser grandes amigos, grandes cúmplices, porque ele também viu em mim uma pessoa que o apoiou incondicionalmente. Obviamente que naquela primeira fase eu e o meu marido tivemos que nos reajustar, readaptar um bocadinho. (...). Mas não influenciou a nossa relação, até houve momentos em que nós estávamos muito mais próximos, muito mais agarrados porque era uma questão dos dois. (...). Até agora todas as pessoas que já sabem que são quase todas tiveram reações perfeitamente solidárias, estamos todos tranquilos com a situação. (Mãe-G).

O aumento do interesse pela política e acontecimentos na sociedade atual surgem também como fatores de aproximação nas relações familiares. E, o conservadorismo da filha é posto de lado por força do seu irmão trans.

Eu acho que nos aproximou, eu acho que eu e o meu filho temos uma visão da vida... lá está, como ele sofre na pele, somos mais atentos a sociedade, a nível da política, a nível dos acontecimentos. (...). Relativamente a minha filha também mudou, (...), era mais conservadora, embora não pareça, (...), hoje em dia vê mundo de uma outra maneira, não é? Por força das circunstâncias e por força do que aconteceu com o irmão, acho que isso também nos aproximou, sim. (Mãe-C).

Observamos também que a honestidade e o diálogo estreitam a relação entre mãe e filho.

Não afetou em nada. É assim, antes de eu saber tínhamos alguns atritos, lá está, por não saber mesmo. (...). Depois de eu saber da situação, lá está, acho que nos uniu ainda mais, muito. (...). Relativamente ao resto da família, toda a gente aceitou bem, pronto. (Mãe-EE).

É notória a melhoria das relações do agregado familiar, como podemos observar nas narrativas anteriores. Ainda, a menção de pessoas mais velhas da família é tida em consideração em alguns discursos, indicando também uma melhoria nos seus relacionamentos.

Se afetou foi para nos tornar mais próximas, porque acabamos por falar muito sobre o assunto, se calhar se ela fosse mais normativa poderíamos até não falar tanto, não sei. (...). A relação com a mais velha continuou sempre igual, não houve diferença nenhuma. (...). O pai sempre aceitou isso muito bem, nunca houve problemas. A pessoa mais velha da família, um tio meu que tem 81 anos, (...), ele também aceitou perfeitamente. (Mãe-I).

Sim, aproximou-nos muito. (...). Ela sempre foi muito cúmplice, acho que foi mesmo importante para estreitar a nossa relação. (...). Com o meu marido foi muito importante porque foi uma coisa que nós fizemos juntos, eu ter o apoio dele foi fundamental, (...). Com a outra filha eu achava piada, porque até penso que terá tido algum ciúme de eu ter-me dedicado tanto a uma causa da irmã, (...). O meu pai e a minha mãe passaram a estar muito mais atentos. (...). Os meus pais me deram uma prova muito bonita, os meus pais foram a reuniões e estiveram sempre comigo. (Mãe-K).

Também observamos nos discursos a preocupação com o modo de expressão e de fazer, na fase inicial da revelação, com receio de magoar os filhos. Por isso, o relacionamento com os filhos se ficou afetado foi nesse sentido.

Não afetou, afetou muito pouco. Em rigor o que mudou foi, talvez eu me tenha tornado numa fase inicial, eu tornei-me um pouco mais preocupado com a expressão moral, o modo como falava, e preocupado em não o magoar, (...). Naquele momento ficamos preocupados com aquilo que os filhos pensam acerca de nós também. (Pai-A).

Afetou, eu acho que afetou às vezes num aspeto que eu me questionava se estaria a fazer bem. Eu tentei quer num caso quer noutro, o Mário em primeiro lugar que foi a situação que se revelou primeiro, no Alberto nem tanto, não me centrar só nessa questão. (Mãe-FF).

O afastamento de alguns familiares também é provável, incluindo o próprio pai dos filhos.

Continuamos a ser mãe e filhos e amigos, muito amigos. Com os irmãos não houve problema nenhum, (...). Há o afastamento de alguns familiares, que pronto, não posso obrigar ninguém a respeitar o meu filho ou a lidar com os meus filhos, (...). Eles não têm o apoio do pai, não têm apoio nenhum, eles não podem contar com o pai para nada. E isso é triste, mas infelizmente é a realidade. (Mãe-HH).

Noutro discurso é revelado o desprezo sentido de uma mãe em relação ao pai do seu filho homossexual. E relativamente à família as relações não ficaram alteradas, apesar da maioria da família ignorar o assunto: sabem dele, mas não é falado.

Mudou no sentido de melhorar, tornou-nos mais próximos. (...). Com o meu companheiro reforçou um bocado nesta linha, (...), enriqueceu a nossa vida que sempre foi também uma vida de combate e de luta por causas difíceis. Em relação ao pai do meu filho eu nunca, pronto, já estava separada dele há quarenta anos, (...), às vezes até me dá vontade de ir ter com ele e falar com ele, mas não, sinto um desprezo uma coisa horrível. Em relação a família não alterou nada, mas a maioria da família ignora, ignora ou como o meu filho diz alguns sabem, mas isso não é falado, sabem e aceitam e tudo bem. (Mãe-J).

Todavia, houve quem referisse que o contacto com a mãe do filho trans aumentou, mas, relativamente à irmã mais velha, o filho mostra alguma reserva.

Acho que nos aproximou um pouco mais. Com a minha ex-mulher, nós já tínhamos muito contacto porque nós sempre falamos muito em relação ao nosso filho em comum, não é? (...). E isso fez com que nós tivéssemos falado bastante. (...). A relação entre os dois irmãos é um bocado confusa, (...), o meu filho não se sentiu muito à vontade por falar com a irmã. (...). A minha filha mais velha (...) também tem outro tipo de problemas, não tem nada a ver com estas situações, mas pronto, problemas como toda gente tem na vida, não é? (Pai-C).

Capítulo 6. O ativismo social e político das famílias pela causa LGBT

As mães dos filhos Trans. Elas são apelidadas de corajosas, na verdade o que essas mães têm é medo do desconhecido, e o medo é o grande impulsionador para agir. Elas agem, e muitas tornam-se ativistas, não por serem particularmente corajosas, mas porque o Amor que sentem pelos seus filhos as faz ir para a frente de batalha. É fácil amar o normativo, quando não se é questionado, desafiado, quando todo o caminho se faz em linha reta, sem percalços ou solavancos. Mas o Amor Incondicional revela-se na adversidade e, por isso, as mães dos filhos Trans choram, culpabilizam-se e questionam-se. Muitas não entendem e não sabem lidar com o furacão que sobre elas se abateu. No início. Depois procuram respostas, e procuram-se umas às outras. E falam, debatem, e riem dos pequenos sucessos que vão alcançando. E percebem que o Desafio com que o Universo as presenteou é uma dádiva que as faz olhar o Mundo com outros olhos. E as Mães crescem. As mães dos filhos Trans são atentas ao panorama político atual, pois sabem que as ameaças à integridade dos seus é real. Elas leem as caixas de comentários de cada vez que uma notícia sai. E percebem que a luta está longe de ser concluída. Elas telefonam-se, fazem reuniões *online*, suportam-se umas às outras neste carrocel de emoções. Têm lenços de papel virtuais, que são as suas palavras, para secar as lágrimas umas das outras. Elas partilham as alegrias das conquistas dos seus filhos. Esses, os Grandes Corajosos, que decidiram viver em Verdade. Elas são apenas Mães. (Uma mãe da AMPLOS, 2020).

6.1 O associativismo, o ativismo e o (auto)conhecimento

A importante vertente da literatura reconhece o “*princípio básico democrático da liberdade associativa*” (Lüchmann, 2014, p. 162), pois a relação entre o associativismo e a democracia são vistas como construtivas de processos de consolidação recíproca e interdependente (Lüchmann, 2014). Por isso, o papel da AMPLOS preenche de forma evidente princípios considerados fundamentais para serem instituídos na sociedade democrática: pela sua capacidade de defender as solicitações do grupo, considerado desprotegido e excluído (Cohen, 1999 como citado em Lüchmann, 2014); pelo sentido pedagógico na promoção de atitudes cívicas, de confiança, cooperação e inspiração humanitária (Putnam, 1996 como citado em Lüchmann, 2014); por diligenciar e ocupar as áreas de cogestão de políticas públicas, enriquecendo desta forma as bases da participação e da representatividade na política democrática contemporânea (Fung, 2003 como citado em Lüchmann, 2014).

A AMPLOS integra um elemento importante que consiste na deslocação dos problemas e condições do plano individual para o coletivo. Assim, através do conhecimento adquirido nesta associação, mães e pais desenvolvem sentidos e perceções da vida social que transcendem a dimensão pessoal. O entendimento das principais funções democráticas capacita estas mães e pais para a alteração da realidade social, através do

seu ativismo social e político de luta contra todas as formas de discriminação (Lüchmann, 2014).

6.1.1 O associativismo

Tendo em conta este contexto, procuramos então compreender o foco motivador que levou mães e pais ao encontro de uma associação chamada AMPLOS.

Numa análise cuidada verificamos que as pessoas entrevistadas abordaram a necessidade de troca de informação entre pares, dando a entender a importância da partilha de experiências.

Posso dizer que procurava apoio, compreensão, alguém que me explicasse o que é que está a acontecer, e encontrei pessoas excecionais que me ajudaram a ver que isto não era uma fase. (Mãe-A).

Esperava encontrar alguém efetivamente que falasse comigo e que me desse bons conselhos eventualmente. (...). Nunca tinha participado em nenhuma associação, (...). Longe de imaginar a importância que isto tinha. (Mãe-B).

E precisava de ouvir outros pais a dizerem-me que também tinham filhos assim, precisava de respostas. Não sei, senti esse apoio na associação, senti carinho dos outros pais. (Mãe-EE).

Era que me ajudassem a superar todos os meus medos, que me ajudassem a dar a volta por cima, ajudar o meu filho e a ser capaz de lidar com tudo isto da forma mais natural possível. E consegui. (Mãe-G).

Eu ia naquela de conhecer pessoas que tinham a mesma condição que eu, não é? (...). E que dali ia aprender como lidar com algumas situações que eu poderia ter dificuldade. (...). Se calhar uma associação como a AMPLOS vai-me saber direcionar aos sítios certos, e vai-me ajudar a encontrar uma solução mais aceitável, mais rápida, mais fiável do que se for sozinha, não é? E isso é bom, a gente sente-se mais segura como pais. (Mãe-HH).

Eu queria perceber melhor o que estava a acontecer, perceber melhor o que os outros sentiam. Naquela altura só queria um bocadinho de esperança para perceber que o sofrimento que eu estava a ter ia diminuir. Queria perceber de outras pessoas as vivências delas, era mais isso que eu queria perceber. (Pai-B).

Procurava conhecer pessoas que estivessem numa situação semelhante à minha, e puder partilhar a minha história, (...). Nós podermos ouvir contar histórias de vida de pessoas, de pares, não é? (...). É uma ajuda ímpar, é uma ajuda que não tem igual, é única e é insubstituível, falar com pessoas como nós. (Mãe-J).

Houve quem tenha procurado respostas e ajuda prática para aprofundar os conhecimentos, revelando ser muito importante para poder ajudar outras pessoas também.

Procurava conhecimento, procurava experiências, procurava saber como é que ia lidar com aquilo, procurava alguém que já soubesse, procurava respostas, procurava ajuda prática, procurava tudo isso porque que eu não sabia. Apesar de conhecer, no fundo eu não sabia, uma coisa é a gente ler, saber que existe, ter conhecimento, outra coisa é aprofundar. Portanto, eu procurava alguém que falasse comigo a mesma língua que eu falava, e encontrei, claro, umas pessoas mais a frente, como eu hoje estou mais a frente, outras pessoas a iniciar o caminho como eu, e é super importante porque as pessoas dão força as outras. (Mãe-C).

Absorvida pela curiosidade e conhecimento, uma mãe aborda ainda a cogestão de políticas públicas em que participou.

Eu ia com muita curiosidade, na realidade, e a tentar perceber: olha, então vamos lá ver o que é que estas pessoas fazem, deixem-me ouvir o que é que elas têm a dizer sobre estes assuntos, deixa-me cá perceber que perspectivas é que existem. Como tive a sorte de entrar naquela altura no primeiro *workshop*, que de facto foi, (...), especialmente muito rico, muito interessante. Foi na altura que ainda se estava a trabalhar na alteração da lei número 38 de 2018, do direito a autodeterminação do género e proteção das características sexuais das pessoas, e toda aquela discussão foi para mim uma coisa enorme. (Mãe-FF).

Observamos também no discurso de uma mãe a enorme abertura perante a sua nova realidade, dando ênfase à questão da visibilidade.

Tudo que possa contribuir para dar visibilidade a esta temática e tornar as coisas mais normais, para as pessoas aceitarem as coisas como elas são e não fazerem disso um bicho de sete cabeças. Acho que AMPLOS é esse o trabalho que vai fazendo, dá visibilidade a questão de uma maneira normal, digamos, e ajudando quem de facto precisa de ajuda. (Mãe-I).

Mas também há quem ajuíze, de início, que não precisa de ajuda, por entender que tem tudo resolvido. Contudo, após decidir participar numa reunião da AMPLOS, este pai revelou a importância que o diálogo entre pares pode transmitir, assumindo que leva um certo tempo até normalizar o modo como são encaradas as situações.

É assim, no primeiro momento, quando a minha mulher me diz: epá, vamos e tal, eu disse: não vou a lado nenhum! O que vou lá fazer? Já percebi, está tudo explicado, não preciso. (...). No primeiro momento foi um pouco essa pressão de estar (...) com pais, com mães, e fui. E depois acho que foi muito importante porque ajuda. (...). Mas há ali um processo e um tempo, (...), leva um certo tempo até normalizar o modo como encaramos a situação. Mas foi muito importante estar com os pais, porque afinal de contas nós percebemos rapidamente que as preocupações são as mesmas e as reações são muito próximas, em regra. (Pai-A).

Considerando os discursos, observamos que o foco principal que levou mães e pais a uma associação como a AMPLOS consistiu na procura de apoio e compreensão sem julgamentos, ligados a um sentimento de esperança e um acalmar de angústias e inquietações. E, ainda, a procura de informação e conhecimento revelou ser importante para mães e pais no sentido de conseguirem lidar melhor com a situação tanto no ambiente familiar como social, e até político, para assim poderem ajudar da melhor forma outras famílias.

6.1.2 O ativismo

Consequentemente, este movimento social - de mães e pais - torna-se visível através da sua identidade coletiva, que é gerada por muitas pessoas e caracterizada pela

interação, pela harmonia e pela sentida tensão particular desse processo. “*Para o sociólogo e psicólogo italiano Alberto Melucci, o movimento social nasce no campo do conflito gerado pela ausência de reconhecimento de uma determinada identidade coletiva em um contexto social, político e económico*” (Vianna, 2015, p. 794).

Tendo em conta este contexto, observamos neste estudo que o associativismo e o ativismo encontram-se interligados. Numa análise cuidada podemos encontrar vários fatores preocupantes interiorizados nas famílias que seguem o caminho do ativismo. Entre os principais fatores encontrados ponderamos os seguintes: preocupação com vida a social e familiar das filhas e filhos; preocupação com outras crianças e jovens LGBT; preocupação com outras mães e pais que não conseguem ou não querem “sair do seu armário de mãe e pai”; e preocupação com a sociedade em geral.

Assim, verificamos que, no geral, um dos focos principais do ativismo da AMPLOS - além de prestar apoio às mães e pais que procuram a associação - consiste na essencial participação de mudança de políticas públicas, para assim conseguir uma verdadeira mudança de pensamento político e, fundamentalmente, mudança de pensamento e comportamento na sociedade.

la haver um *workshop* da AMPLOS sobre as questões de identidade de género na infância em outubro desse ano (...). Depois de falarem comigo convidaram-me se não gostava de participar num dos painéis que tinha a ver com a experiência na escola. E eu aceitei, (...), falar da experiência de como foi o processo do Mário na escola, e foi assim que eu cheguei a AMPLOS. (...). Achei que tinha ali um papel que eu podia ajudar, (...), sobretudo depois da minha primeira participação no *workshop*, (...), e também ouvir outras experiências para mim era importantíssimo porque me ajudavam a pensar em aspetos que eu não tinha pensado. (...). Mais do que dou também recebo e há aqui esta troca que eu acho que enquanto fizer sentido, e para mim continua a fazer sentido, eu acho que não quero sair da AMPLOS. (Mãe-FF).

Por isso, num discurso, o ativismo é mencionado como um fator importante, porque há jovens que não têm o apoio das mães ou dos pais e é preciso mudar mentalidades.

E nos tornamos ativistas porque apercebemos que há muitos jovens que não têm os pais a apoiar-lhos. (...). Mantive-me ativista porque acho que ainda há um longo caminho a percorrer pela defesa dos direitos das pessoas LGBTI, que temos que continuar a lutar e a fazer ver que eles têm os mesmos direitos que as outras pessoas, só assim juntos conseguimos pouco a pouco ir mudando as mentalidades. (Mãe-A).

Houve quem referisse que apoiar novas famílias que chegam à AMPLOS ajuda, ao mesmo tempo, as/os filhas/os, que são os atores principais.

Sou mais ativista não pelos pais, mas por causa dos filhos, é mais por causa disso, para que eles possam ajudar os filhos, porque o que interessa são os filhos não os pais, a gente ok, a gente também interessa, mas a gente não somos os atores principais, não é? Somos aqui uns figurantes. (Mãe-C).

E o sentimento altruísta é observado ao longo das discussões, mostrando, nas mães e nos pais, uma vontade de ajudar e de assumir um compromisso com a AMPLOS.

E comecei a ver que realmente esta questão do ativismo, de pertencer a esta associação não era só por mim, mas era mais pelos outros, ou seja, eu estar ali a dar algum apoio aos pais que chegavam. Estes radicalismos, estas violências resultam de ignorância, de não conhecimento das situações e faz-me todo o sentido, cada vez faz-me mais sentido falar sobre os temas, falar com as pessoas. (Mãe-B).

O meu ativismo tem sido pôr-me a disposição da AMPLOS e de quem precisar, pronto. Para dar o meu testemunho e para poder ajudar alguém. (Pai-C).

Ainda, o sentimento de gratidão e a necessidade de retribuir encontram-se presentes, obtendo desta forma o bem-estar emocional.

O que me fez ficar foi... eu senti que estaria em dívida, digamos assim. (...). Ao fim de um tempo isto é viciante e é tão gratificante para mim ver pessoas que às vezes entram chorosas a dizer que não conseguem fazer isto e que não encaram estas questões, sejam elas de orientação sexual ou de identidade de género, e depois passado dois, três encontros a pessoa está a sorrir, está a fazer o caminho dela. (...). Isto fez-me tão bem a mim quando precisei, o retribuir, o retribuir também é muito importante. (Mãe-D).

Ando nisto ainda, ainda dou algum do meu tempo, porque acho que tenho essa obrigação, porque eu tive a sorte de ter pessoas que me ajudaram. (...). Eu tenho essa dívida de gratidão com essas pessoas e a única forma que eu tenho de pagar essa gratidão é ajudar algumas que precisem, não tem outra maneira. (Pai-A).

Acho que temos essa preocupação, saber se o filho do outro está bem. Pelo menos eu penso assim, não é? E ficamos felices se há evolução. Acho que foi isso que me fez ficar, eu sentir-me bem, sentir-me ali apoiada, era ali um ombro amigo que eu tinha, ou vários. (Mãe-EE).

Todavia, há quem demonstre que é possível ser ativista mesmo estando na retaguarda, por respeito ao filho.

Apesar do meu ativismo ser um bocadinho escondido, é o ativismo envergonhado, porque o meu filho demorou muito tempo a tornar pública a sua situação, até por questões profissionais. (...). Nunca quis aparecer em situações públicas porque achava que ele é que tinha que dizer o que tinha a dizer a quem tinha de dizer na altura em que queria, as pessoas não tinham que saber porque eu estava a aparecer. (...), mas fui ficando, por um lado, por um sinal de gratidão, porque de facto foi muito importante que a AMPLOS estivesse lá para mim como eu quero que a AMPLOS continue a estar para os outros pais que precisam. (Mãe-G).

Curiosamente, um pai começa por dizer que não é e nem gosta de ser ativista na forma de liderança e na criação de movimentos. Contudo, encontra-se disponível para participar em qualquer iniciativa ativista e transporta informações também através das redes sociais.

Não sou ativista e não gosto de ser ativista, não gosto de liderar processos políticos, tenho alguma aversão a isso. (...). Com a AMPLOS mantivemos de facto alguma... mantivemos e mantemos alguma relação, (...). Participamos também em algumas marchas, (...), nesse aspeto também somos ativistas uma vez que não nos escondemos, não é? Eu passei a pôr também nas redes sociais, etc., pôr alguma informação, (...). Somos

um bocadinho educadores porque as pessoas não sabem da mesma maneira que nós não sabíamos. (Pai-B).

A visibilidade de mães e pais, assim como a divulgação de informação e ainda a exposição de figuras públicas que se identificam como LGBT, revelam ser fatores importantes para uma mãe.

Eu acho que a visibilidade é das coisas mais importantes nas questões LGBT, (...). Porque se as pessoas nunca ouvirem falar é sempre um tabu para elas, (...). Era muito importante que as pessoas que têm visibilidade pública assumissem. (...). Portanto, há muita gente que precisa de ver gente conhecida homossexual para conseguir desmontar na sua cabeça isso que para elas constitui um problema. (Mãe-I).

Observamos ainda em alguns discursos uma forte propensão para o ativismo. Ser ativista na luta por causas que são justas e o poder ajudar as pessoas acumula um capital social e de relações, adquirindo-se novos conhecimentos. A participação em ambiente europeu revela também ser muito importante, porque compõe outras questões muito mais difíceis.

Eu tenho um bichinho, o bichinho do ativismo, da militância, de passar a palavra, de ajudar as pessoas e de conquistar as pessoas para causas que eu acho que são justas. Portanto, a luta contra a homofobia é assim uma coisa que eu acho muito importante que eu travaria também ainda que não tivesse um filho gay, mas claro que assim é sentida de uma outra forma, não há dúvida, pronto, e a AMPLOS é a associação por natureza vocacionada para este trabalho. (...) E se pode juntar o ajudar pessoalmente as pessoas, isso é a concretização mesmo daquilo que eu acho que é ativismo. (Mãe-J).

Porque isto no fundo ficou-me no sangue, acho eu, e uma pessoa acumula também um capital social, não é? Das relações, um capital do conhecimento. (...). E agora convidarem-me para voltar até para (...) a organização europeia, (...). Mas o ambiente europeu é um ambiente que compõe outras questões, não é tão intimista, isso é muito difícil de a pessoa aguentar muitos anos, porque partilha muitas coisas difíceis. (Mãe-K).

6.1.3 O que mudaria?

Como nos mostra a literatura, é importante considerar que o processo de “aceitação” é um caminho possível para aprender a conviver com a homossexualidade, bissexualidade ou transgeneridade anunciadas por filhas e filhos (Nascimento & Garcia, 2018). E *“essa aceitação impõe questionar certezas, ressignificar verdades e paradigmas, em um processo que implica em diminuir o sentimento de inadequação as expectativas, o que de acordo com as famílias gera sofrimento e dor”* (Nascimento & Garcia, 2018, p. 217). Aprender a conviver num cenário novo é abraçar o desafio de lutar contra o preconceito social introjetado, é aprender a tornarem-se mães e pais de LGBT (Nascimento & Garcia, 2018).

Tendo em conta este contexto, estando mães e pais adaptados à sua nova realidade, quisemos saber o que mudariam em todo o seu processo se fosse possível e

porquê. Assim, observamos que a maioria das mães e a maioria dos pais responderam que mudariam algo se fosse possível, tanto de pensamento como de comportamento.

Houve quem referisse que teria falado logo ao seu cônjuge, pois viver aquele momento de forma sofrida, solitária e tentar tapar o que já estava destapado na cabeça do marido, causou um desgaste emocional sem ter havido necessidade.

Tinha dito logo ao meu marido na hora, tinha falado logo com ele. Porque acho que me desgastei psicologicamente, mais pelo facto de ter vivido aqueles momentos todos a sofrer, digamos assim, ou a vivenciar sozinha toda aquela situação e tentar tapar aquilo que estava destapado a que tempos na cabeça dele. (...). Se correr mal tanto corre mal hoje como corre mal daqui a seis meses ou um ano. (Mãe-B).

Mudar a primeira reação, que foi de medo, receio e incerteza, foi também referido por uma mãe, pois acabou por transmitir essas inseguranças e incertezas ao filho. Por isso, gostaria de ter sido mais assertiva, mais acolhedora e pensar só no filho.

Se eu soubesse o que sei hoje talvez tivesse mudado a primeira reação que tive. A primeira reação eu mostrei medo ao meu filho, eu mostrei receio, eu mostrei incerteza. Se eu pudesse teria sido uma mãe mais assertiva, mais acolhedora, pensaria só nele e tentaria não ter mostrado estes medos e estes receios todos que tive, porque acabei por passar para ele algumas das minhas incertezas, as minhas inseguranças. (...). Mas fui apanhada desprevenida, não consegui, não tive ensaio geral, fui logo atirada para estreia do palco. (Mãe-G).

Também mencionada foi a forma como se respondeu ao *coming out* do filho trans. O filho ficou desiludido, perdeu a confiança e acabou por manter-se afastado da família. Por isso, um pai gostaria de ter tratado logo o filho como este queria ser tratado.

Se eu soubesse o que eu sei hoje não respondia da maneira que tinha respondido e acho que o tinha ajudado mais, porque ele ficou desiludido na altura, em vez de se aproximar de nós, para nós o pudermos ajudar mais, manteve-se afastado. (...). Naquela altura não confiava em nós, digamos. (...). Se eu tivesse aceitado logo e o começasse logo a tratar como ele queria ser tratado..., mas isso era impossível na altura, porque eu próprio não conseguia, (...), eu tive uma pessoa durante dezasseis anos e que de repente estava-me a pedir para eu ter outra pessoa, eu não entendia na altura. (Pai-B).

A demora e falta de respostas do processo clínico dos filhos trans revelou ser uma circunstância penosa. Se fosse possível, era algo que estas mães mudariam.

Era que a nível de saúde as coisas mudassem mesmo, radicalmente, que os trans não tivessem que esperar anos para conseguirem aquilo que anseiam, que as coisas não fossem tão centralizadas, só temos um hospital em Coimbra, eu não tenho possibilidades, eu não tenho seguros de saúde, eu não tenho possibilidades de fazer isto pelo privado. (Mãe-C).

Na área da saúde as coisas são muito lentas, (...). Eu acho que o que teria mudado, (...) se fosse possível, a parte mais uma vez física poder estar a correr melhor, eu gostaria que assim fosse, mas infelizmente é o que é e nós não temos a capacidade de mudar isso. (Mãe-FF).

Se eu pudesse mudar era acelerar o processo clínico do meu filho, coisa que não está nas minhas mãos, não é? (Mãe-EE).

Outra situação que pudesse ser mudada, se fosse possível, seria que a filha nascesse “rapariga”. Também a mudança de atitude para com a filha, no processo de *coming out*, é observada. Esta mãe teria tentado perceber melhor a vivência da filha e conversado com ela na altura.

Mudaria uma coisa que eu não conseguiria mudar, que era a minha filha tivesse nascido rapariga, era o que mudava, para que ela não tivesse que sofrer aquilo que está a sofrer, mas como isso é impossível, não é? Tinha mudado também a minha atitude quando ela me disse que era uma rapariga trans, (...), e tinha tentado perceber melhor o que ela está a viver nessa altura e conversado com ela. (Mãe-A).

O *coming out* do filho aos 36 anos de idade revelou ser frustrante para uma mãe – uma situação que, se pudesse, mudaria.

Se tivesse estado nas minhas mãos o meu filho não teria esperado até os 36 anos para me dizer que era *gay*. (...). Eu acho que isso deve acontecer naturalmente o mais cedo possível, é minha posição. Comigo não aconteceu naturalmente tão cedo como eu o desejaria, pronto, paciência. (Mãe-J).

Também um pai gostaria de ter tido a capacidade de identificar e perceber mais cedo o filho.

Eu gostava de ter feito diferente mais cedo e ter tido a capacidade de identificar, de perceber quem era o meu filho. (Pai-A).

Houve quem reconhecesse os preconceitos sentidos na altura do *coming out* do filho. Contudo, revela não querer mudar nada devido à evolução que esta experiência lhe transmitiu. Até os tropeções a fizeram crescer.

É assim, se eu dissesse assim, o que eu gostava de mudar era eu não ter sentido tantos preconceitos, eu não tinha ido a AMPLOS, se não tivesse ido a AMPLOS não estava aqui, se não estava aqui não conhecia estas pessoas todas maravilhosas que eu conheci, estes filhos todos maravilhosos. Portanto, acho que eu não mudava nada. (...). Aquelas angústias que eu senti na altura, (...), isto tudo me fez crescer, (...), fez-me ter uma relação mais aberta, melhor com aquele filho, fez-me ter um genro maravilhoso, não mudava nada não. Mesmo com os tropeções que eu eventualmente possa ter dado até isso me faz crescer. Não, não mudava. (Mãe-D).

Mas também houve quem referisse que simplesmente não mudaria nada, por não ver que poderia haver outro processo.

Não acho que houvesse necessidade de mudar nada, sinceramente. (Mãe-I).

Não haveria nada a mudar. O que não correu bem não iria correr bem, não estou a ver que tivesse outro processo. (Pai-C).

Respeitar o tempo da filha seria um fator importante para uma mãe. Por isso, o que mudaria seria a sua precipitação de exposição pública.

Eu acho que talvez mudasse a minha exposição pública, mas foi muito difícil. Talvez respeitasse um bocadinho mais o tempo da Sandra, (...). Talvez teria sido mais exigente no respeito da vontade da Sandra, porque ela verbalizou isso recentemente e eu não me tinha apercebido. (Mãe-K).

6.1.4 O conhecimento

Como nos mostra a literatura, a natureza humana fornece apenas o potencial para o preconceito, ou seja, não torna o preconceito inevitável e nem torna os preconceitos que já existem imutáveis (Duckitt, 1994 como citado em Kite & Whitley, 2016). Por isso, o contacto intergrupar pode levar à redução do preconceito e trazer mudanças de atitude (Kite & Whitley, 2016).

Neste estudo, observamos a eficácia do contacto intergrupar nos discursos, com a referência às aprendizagens, tais como: aprender a respeitar a diferença e aprender que a diversidade também é importante.

Aprendi a aceitar, não gosto muito de dizer aceitar, aprendi que, como eu de dizer, respeitar a diferença. (...). Aprendi que a diversidade também é importante, existe e temos que respeitar todas as pessoas. (...). Há pessoas trans, há pessoas lésbicas, há pessoas homossexuais, intersexo, todos somos diferentes e afinal isto não é um bicho de sete cabeças, tudo se resolve desde que haja respeito por cada pessoa. (Mãe-A).

Todavia, houve quem referisse que se tornou numa pessoa de mente mais aberta, ficando muito mais sensível às questões LGBT e a situações que considera injustas, tornando-se numa mãe muito mais atenta e preocupada por causa do mundo.

Eu tenho ideia que a minha maneira de ver o mundo modificou totalmente. Embora já fosse uma pessoa de mente aberta, eu tornei-me numa pessoa ainda mais mente aberta, mas também muito mais sensível, não só à comunidade LGBTI mas a muitas coisas que considere injustas. (...). Eu acho que enquanto pessoa tornei-me muitíssimo melhor. (...). Portanto, tornei-me numa mãe muito mais atenta, mais também mais preocupada, por causa do mundo, não é? (Mãe-C).

Também é referido o enriquecimento pessoal com a argumentação de que não podemos olhar apenas para nós próprios: se não conhecermos a realidade da outra pessoa a partida excluimos, temos que ser inclusivos para que a sociedade possa crescer.

O facto de ter esta filha lésbica me enriqueceu de uma maneira incrível, como pessoa, com conhecimento, com tudo, pronto. (...). Porque nós vivemos num mundo em que não podemos só estar a olhar para o nosso umbigo, (...). Se nós não conhecermos a realidade do outro, de percebermos todo o processo e todo o sofrimento pelo que as pessoas passam, pelo facto de terem orientações sexuais diferentes das nossas, nós a partida excluimos e nós não podemos excluir as outras pessoas, nós temos que ser inclusivos só assim é que a sociedade cresce. (Mãe-B).

A oportunidade de crescer como pessoa é justificada com a compreensão de que não somos todos iguais e de que não faz sentido discriminar por razão nenhuma. Este pai refere ainda que somos educados para a norma recorrente e que se não tivesse um espírito

de abertura para respeitar a variedade, a diversidade, poderia, muito provavelmente, continuar a achar que as/os jovens LGBT são pessoas estranhas. E que se não tivesse passado por todo este processo, seria uma pessoa pior, mais egoísta e mais facciosa.

Eleger o que de mais importante aconteceu, talvez tenha sido esta oportunidade de crescer como pessoa e perceber, nós não somos todos iguais e que não faz sentido que nos discriminemos por razão nenhuma. (...). E se não me tem acontecido isto, (...), não tenho dúvidas que era uma pessoa pior da que sou, era mais egoísta, era mais facciosa. Muito provavelmente continuaria a achar que os jovens LGBTI era gente estranha, não tenho dúvidas. Geneticamente somos educados para aquilo que é a norma recorrente e não faz exceções, não somos preparados com esse espírito de abertura todo para aceitar a variedade, a diversidade, temos alguma dificuldade nisso. (Pai-A).

Noutro discurso foi referido que todo o processo fez com que se tornasse numa pessoa melhor, menos inflexível, mais tolerante, mais aberta à diferença, mais capaz e mais empática.

Acho que me tornei numa pessoa melhor, em todo este processo eu tornei-me menos inflexível, mais tolerante, mais aberta a diferença, mais aberta ao outro, mais capaz, mais empática com os problemas dos outros. Eu acho que consigo ser um bocadinho melhor do que era. (Mãe-G).

Ainda, houve quem referisse que melhorou enquanto mãe, pois, antes do *coming out* do filho, eventualmente conheceria outras realidades, mas não estava disposta a explorá-las. Por isso, cresceu também enquanto pessoa, enquanto cidadã, enquanto defensora de direitos humanos.

Acho que melhorei enquanto mãe. (...). O que eu aprendi, o que eu cresci, o que isto me fez abrir para outras realidades que eu eventualmente conheceria, mas estavam lá longe, não iria explorá-las com certeza, acho que isso é o mais significativo, o meu crescimento enquanto pessoa, enquanto cidadã, enquanto defensora de direitos humanos. (...). Porque é importante a gente não esquecer que há pessoas que precisam de ajuda e a gente pode dar, em vez de estarmos sossegadinhos no nosso cantinho e não damos. (Mãe-D).

Nos discursos, observamos que a obtenção de novos conhecimentos traz maior abertura, interesse e preocupação pelo que se passa no mundo. Foi referido que, se vivermos só no nosso mundo não nos apercebemos das dificuldades das outras pessoas, o que é muito redutor. Por isso, quanto mais conhecemos as outras pessoas, mais ricos ficamos. As questões LGBT são muito sensíveis, porque envolvem ódios, perseguições e porque há pessoas condenadas à morte por esse mundo fora. Portanto, não é uma coisa ligeira, é uma causa muito séria, muito exigente, em que uma pessoa se sente muito estimulada para além do caso pessoal.

Claro que eu, entretanto, fui aprendendo mais sobre esta questão. (...). Quanto mais conhecemos os outros, é como saber o que se passa no mundo, não é? Nós só vivemos no nosso mundinho não nos apercebemos das dificuldades que as pessoas passam e isso acho que é muito redutor. (...). Eu acho que nós quanto mais

conhecemos os outros mais ricos ficamos e ter essa noção acho que foi muito enriquecedor para mim. (Mãe-I).

Esta questão LGBT é uma questão muito sensível, porquê? Porque envolve até ódios, envolve perseguições, nós sabemos que por esse mundo fora há gente condenada a morte e, portanto, quer dizer, isto não é ligeiro, é uma causa muito séria, muito exigente e em que uma pessoa se sente de facto muito estimulada a apostar para além do seu caso pessoal, nesse sentido é uma coisa muito enriquecedora, sem dúvida, ponto final. (Mãe-J).

Assim, no auge do conhecimento, um dos desafios maiores pode levar à participação na gestão de políticas públicas, manifestado com orgulho por uma mãe.

Tivemos uma enorme influência nas políticas, não sozinhos, com outras organizações, mas tivemos uma enorme influência. É importante porque a legislação foi fundamental para criar situações igualitárias entre os cidadãos, foi fundamental. Depois a questão das crianças trans, fomos a organização que mais se debateu em Portugal, eu tenho imenso orgulho nisso, imenso orgulho. A questão das crianças é sempre uma questão muito sensível, foi a AMPLOS que liderou esse processo. (Mãe-K).

6.1.5 Os conselhos

Tendo em conta as vivências e experiências destas famílias, procuramos saber que conselhos dariam às mães e aos pais que no futuro irão passar pelo mesmo processo. Como nos mostra a literatura, o significado de tais conselhos pode atingir um nível relevante para quem recebe a mensagem. *“Através do método da interpretação”* (Foucault, 1999, p. 65), a verdade não está unicamente na pessoa que fala, complementa-se na pessoa que a recolhe (Foucault, 1999).

Assim, de entre vários conselhos a transmitir observamos os seguintes: é explicado que as filhas e filhos nascem com identidade e personalidade própria, por isso, alterar a sua essência não é aconselhável; amar as filhas e os filhos como elas/eles são; não fazer projetos, nem projetar as nossas vidas nas/os filhas/os; lutar contra as evidências não ajuda; deve-se lutar e trabalhar ao lado das filhas e filhos.

Os filhos quando nascem eles não são nossos, nós somos só um veículo para os ter, eles têm identidade e personalidade própria desde o momento que nascem. Portanto, nós não podemos querer que sejam uma coisa que eles não querem. Só com o amor que nós temos é que conseguimos deixá-los ir e eles seguem o caminho que querem seguir. (Mãe-A).

É amar os filhos como eles são, ajudá-los no que pudermos, eles não estão a fazer nada de errado por ter uma orientação sexual diferente, não é uma questão de bem ou de mal, é assim, e, portanto, só temos é que os apoiar, amá-los e ajudá-los a seguir a vida deles, (...). A vida dos filhos não são a nossa vida, os filhos fazem parte da nossa vida, mas a vida deles é a vida deles. (Mãe-I).

As pessoas podem ser rapazes, podem ser raparigas, podem estar entre rapazes e raparigas, podem ser o que quer que sejam, mas são pessoas. Por isso, nós temos que ambicionar é ter pessoas. (...). O importante é a felicidade deles, (...). Acho que o mais importante é nós trabalharmos com eles e não contra eles, nunca. (...). Há pessoas que querem lutar contra as evidências. (...). Não é por acaso que nos vêm anunciar,

eles não anunciam levemente uma situação destas, porque isto é uma situação difícil para eles e se nos vêm anunciar já refletiram bem. (Pai-C).

Pôr-se no lugar da filha ou filho no momento do seu *coming out* é um fator determinante que conduz ao respeito, à compreensão e à evolução.

Primeiro pôr-se no lugar do filho, perceber o que o filho já passou até aquele momento em que falou, e, enfim, “saiu do armário”, que disse aos pais, se assumiu. Porque acho que esse é o fator determinante para que a aceitação e compreensão aconteça de uma forma mais tranquila. E pensar, pronto, que a sociedade também está a evoluir e que nós fazemos parte dessa sociedade, que nós também temos que evoluir. (Mãe-B).

Nos discursos também houve quem aconselhasse que o apoio da família é completamente fundamental devido as elevadas taxas de suicídio da população trans.

A comunidade trans tem uma taxa de suicídio entre 40% a 50% superior a comunidade geral ou ao mundo geral. E o que digo sempre aos pais é, o apoio da família é fundamental, completamente fundamental. Porque, sabendo que há esta taxa tão elevada, sabendo que os nossos filhos estão num grupo de risco, se ainda por cima nós enquanto pais não somos o apoio e não damos o apoio, esse risco é muito maior. (Mãe-C).

Observamos ainda outros conselhos que podem levar as mães e os pais a refletirem sobre os seus atos no momento do *coming out*, tais como: o momento da revelação é uma prova de amor e de confiança; a/o filha/o continua a ser a mesma pessoa; pensar no sofrimento da/o filha/o e da necessidade de estas/es encontrarem um porto seguro no ambiente familiar; respeitar e apoiar as/os filhas/os; lutar ao lado delas/es; a felicidade de uma filha ou filho depende do apoio que a mãe e o pai lhe possam dar.

o conselho é pensar sempre que o filho ou filha que está a frente deles não mudou nada, antes pelo contrário, a pessoa que está a frente e que está a fazer essa revelação está-lhes a dar uma prova de amor e de confiança, e é isso que eles têm que pensar. (Mãe-D).

Ponham de parte os vossos sentimentos e pensem que o vosso filho já sofreu muito para chegar até vós. E quando ele chegar o que ele precisa é de um porto seguro. (Mãe-G).

Nunca deixem de ser mãe, porque o filho é nosso, nós não temos que aceitar os filhos, nós temos que respeitar e apoiar. (...), e se for preciso lutar a par com eles. (...). Acho que a felicidade de um filho depende do apoio que o pai dá, ou uma mãe dá a esse próprio filho. (...). Ter um filho homossexual em casa, ou trans, é igual a ter um filho hétero, é igualzinho, é só saber respeitar as pessoas. (Mãe-HH).

O conselho que eu diria é que as coisas vão ficar melhores e quanto mais aceitantes as pessoas são e quanto mais apoio se vai dar mais fácil se vai tornando. (Pai-B).

Porque o silêncio e a indiferença matam as/os jovens e matam a relação com a família. Por isso, é importante investir no diálogo, que pode ser desgastante, mas satisfatório no final.

Que não hesitassem entre a indiferença e o diálogo. (...). Nesse tempo de silêncio e indiferença mata os jovens e mata a relação entre os jovens e os pais. (...). Não tenham esse medo! Invistam na relação, falem com os filhos, ajudem, não fiquem aí egoisticamente ao lado ou fora da discussão, (...). Porque nós quando vamos para a luta e para o diálogo gastamos mais energia do que estarmos sentados no sofá, não é? Mas essa energia é saudável, porque nós temos que ajudar, porque nós depois precisamos também que eles nos ajudem. (Pai-A).

É preciso não ter medo, porque o medo domina-nos, incapacita-nos e limita-nos até no afeto e amor.

A coisa que eu me lembro sempre de dizer é: não tenham medo ou não se deixem dominar pelo medo, melhor ainda, não se deixem dominar pelo medo porque o medo incapacita-nos, limita-nos e limita até o nosso afeto e o nosso amor. (...). Não é possível amar com medo. Portanto, o medo existe, ele está lá, mas é para lidarmos com ele e para ultrapassá-los e acreditarmos. (Mãe-FF).

Não devemos colocar, de repente, o mundo a pensar por nós. Por isso, a procura de pares para a troca de informações revela ser fundamental para a compressão da nova realidade.

Se calhar aconselharia o que me aconselharam a mim, a procurar uma associação de pais para a troca de informações, de testemunhos, porque faz-nos bem contar a nossa história. (...). Neste caso, se calhar, sugeria a AMPLOS porque é a que conheço e teria todo gosto em acompanhá-los a uma reunião. (Mãe-EE).

Contactarem a AMPLOS sempre, porque lá encontram muito bons conselhos. O essencial é os pais não se fecharem, não arranjam logo um conjunto de defesas. (...). Eles não podem de repente deixar que nasça uma barreira entre eles e o filho ou filha, uma barreira que não é deles, o que eu acho é que não é o que temos cá dentro é o que está na sociedade, é o preconceito. (...). Não pensam, de repente põem o mundo a pensar por eles, e isso não pode ser. (Mãe-J).

Curiosamente, a última mãe a ser entrevistada faz uma abordagem com vários conselhos pertinentes e que deixamos aqui para reflexão:

Uma orientação sexual ou uma identidade de género não fazem a pessoa, são características da pessoa. Há que separar as situações e concentrar-se em apoiar o filho e a filha incondicionalmente. E tentava mostrar-lhes que as reações negativas que eles podem sentir ao *coming out* são muito construídas socialmente, que foram construídas ao longo de muito tempo e que estão dentro dos próprios pais, e que tem muito a ver com a forma como seriam vistos pelos outros, e que isso é uma enorme hipocrisia e exigência que ninguém tem o direito de pôr em causa, ninguém. Na base do amor e nas relações só devia ser celebrado. Portanto, as pessoas têm que ser fortes para enfrentarem os outros, sejam os outros muito próximos, sejam os outros do bairro, sejam os outros do seu ambiente profissional e essa coragem só nos traz coisas boas, nunca traz coisas más. (...). E a melhor coisa que nós podemos ver é os nossos filhos crescerem com segurança, é fundamental para a construção do carácter, até para a construção de personalidade. (...). Depois acho que é muito importante conhecerem as organizações de ativismo, mesmo que seja uma experiência curta, acho que é um ato de cidadania fundamental, porque para já é importante para perceberem e para pensarem, mas também é muito importante esta experiência de cidadania. E é uma experiência de cidadania muito generosa, muito igualitária, estas organizações de pais são muito pouco hierárquicas, todas as pessoas têm ali um lugar e isso é uma experiência espantosa. (...). Portanto, os pais podem ter um papel importantíssimo a ajudar o seu filho ou filha a resolver o problema dentro da família e enfrentar o preconceito, protegê-lo. Isso é uma forma de proteção dos filhos também. Depois a questão das organizações, passam do ser, eu sou pai, ao pertencer e do pertencer a mudar as coisas, não é? Portanto, e sentirem o coletivo que é muito importante. (Mãe-K).

REFLEXÃO FINAL

No geral, os depoimentos das mães e dos pais, durante a entrevista, correram de forma descontraída e serena, mostrando uma enorme vontade em dialogar, respondendo a todas as questões sem hesitar e depositando grande seriedade nas palavras. Alguns silêncios antes da resposta mostraram uma verdadeira reflexão sobre o assunto e revelaram um ajustamento psicossocial positivo face às experiências. Convém assinalar que a maioria das pessoas entrevistadas possuem habilitações literárias de ensino superior.

Portanto, este trabalho de investigação teve como objetivo geral descrever as experiências de mães e pais com filhas/os não heterossexuais ou com identidade de género não normativa. Procuramos, através dos objetivos específicos, contextualizar o processo de tomada de conhecimento das mães e pais acerca da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho; explorar as experiências de ajustamento psicossocial face à tomada de conhecimento da orientação sexual ou identidade de género não normativa da filha ou filho; e relacionar o papel do ativismo com o processo de entendimento da diversidade sexual e diversidade de género.

Considerando que este projeto se baseou num estudo exploratório, devido à existência de pouquíssimos estudos publicados anteriormente, sobre famílias com filhas ou filhos LGBT, tentamos construir um registo sociodemográfico das pessoas entrevistadas, com o intuito de conhecer melhor as suas características pessoais e identificação da situação – filha/o lésbica, gay, bissexual ou transgénero.

Quanto à recolha de dados, o uso de um guião de entrevistas semiestruturadas revelou ser uma excelente escolha, pois possibilitou, por um lado, conhecer os perfis de cada pessoa entrevistada e a sua dinâmica em família e, por outro lado, saber como surgiram os vínculos de partilha e de pertença dentro da rede do grupo de apoio de mães e pais com filhas/os LGBT.

De acordo com a caracterização dos perfis das pessoas entrevistadas, deparamo-nos com uma grande variedade de proveniências de concelhos, de Norte a Sul de Portugal, no qual existe uma identificação social. Ou seja, um grupo de pessoas *“interdependentes que se influenciam e se percecionam como membros da mesma identidade social”* (Neto, 2002, p. 271).

Assim, neste grupo, de acordo com a análise dos resultados, foi possível observar como nos mostra a literatura, uma tipologia baseada em vários critérios. Esta tipologia refere-se às diferentes reações ao *coming out* das filhas/os e a todo o processo que as famílias atravessaram. Assim, encontramos famílias desintegradas, famílias ambivalentes e famílias integradas. Nas *famílias desintegradas*, observamos nos seus discursos uma culpa considerável, com uma sensação de fracasso e embaraço; a dificuldade em revelar a outras pessoas; a existência de um conflito igual ou maior do que antes da revelação; nenhum apreço pela orientação sexual ou identidade de género da/o filha/o; pouco ou nenhum contacto com a população LGBT; pouca ou nenhuma inclusão das/os namoradas/os das/os filhas/os; a rara capacidade para projetar a vida futura das/os filhas/os. Nas *famílias ambivalentes*, observamos nos seus discursos uma reação interna baseada na vergonha; uma limitação da revelação a uma parte da família e amigas/os; uma mudança positiva nas relações familiares, mas falta de coragem e firmeza; uma identificação, maior compreensão e sensibilidade pela orientação sexual ou identidade de género da/o filha/o; existência do contacto com outras mães e pais com filhas/os LGBT; e maior capacidade de projetar o futuro das/os filhas/os, mas com sensação de incerteza e receio. Nas *famílias integradas*, observamos nos seus discursos pouca ou nenhuma vergonha e recriminação, congruente com as reações internas; que não há segredo e, conseqüentemente, há uma revelação à maior parte da família e amigas/os; que há melhoria nas relações familiares, em que os conflitos concebem proximidade e não afastamento; uma capacidade de contribuir positivamente ao lado das/os filhas/os LGBT; um envolvimento com a população LGBT e suas associações; a inclusão evidente da/o namorada/o da filha/o na família; e a capacidade de projetar acontecimentos positivos para o futuro das/os filhas/os (Herdt & Koff, 2002 como citado em Frazão & Rosário, 2008).

É importante reter que as reações de algumas mães e pais deste estudo passaram por todas as tipologias: da desintegração à ambivalência e à integração. Outras passaram da tipologia da ambivalência à integração e ainda houve famílias que passaram somente pela tipologia da integração.

Contudo, os perfis necessitaram de procurar uma rede de apoio para acalmar as suas diversas angústias e inquietações. Os perfis de tipologia desintegrada e ambivalente

procuraram apoio, compreensão, explicações para o que lhes estava a acontecer, de forma a sentirem alguma esperança para o futuro. Os perfis de tipologia integrada procuraram mais esclarecimentos com o intuito de contribuir no apoio a outras famílias em iguais circunstâncias e cooperar na participação cívica e política.

Um ponto em comum observado nos discursos foi o sentimento de medo da sociedade. Consideramos este ponto de extrema relevância, porque, tanto nas famílias com maior abertura à mudança e à alteração à norma, como nas famílias que declararam os seus preconceitos, o sentimento de medo esteve presente nos discursos: medo de como as pessoas iriam reagir à volta da/o filha/o; medo do sofrimento da/o filha/o; medo por aquilo que as pessoas iriam pensar; medo de como a família iria conseguir lidar com a situação; medo da discriminação; medo que fizessem mal à/ao filha/o.

Por isso, a observação de mães e pais da AMPLOS revelou ser um recurso pertinente que teve como objetivo compreender os seus efeitos transformadores, tanto no ambiente familiar, como no ambiente social, perante o *coming out* da filha ou filho. É notório na análise efetuada que as/os filhas/os não conseguem manter a sua identidade sexual ou identidade de género em segredo, pois precisam de a partilhar com as pessoas mais próximas, ou seja, a mãe e o pai.

Como nos mostra a literatura, as filhas e filhos com orientação sexual ou identidade de género não normativa produzem a sua subjetividade, o que implica uma forma individual de experienciar o mundo, através de uma mistura de planos, mesmo entre aquelas/es que mostraram vivenciar mais abertamente a sua homossexualidade, bissexualidade ou transgeneridade (Soliva & Junior, 2014). Isto porque o planeamento da revelação resulta da heteronormatividade e cisnormatividade vigente nas sociedades atuais. A heteronormatividade e cisnormatividade são barreiras que dificultam as pessoas na divulgação da sua verdadeira essência sem constrangimentos, por não se sentirem confortáveis com a sua orientação sexual ou identidade de género. Da mesma forma, observamos que as mães e os pais sentem esse desconforto e constrangimento - de revelar a orientação sexual ou a identidade de género das suas filhas ou filhos à família e à sociedade.

Podemos considerar que as sociedades são mutáveis e estão sempre em transformação. Mas a rede de apoios sociais para a própria pessoa e para a sua família nuclear é bastante reduzida (Saavedra & Ferreira, 2013).

Por isso, há uma necessidade de propor estratégias de comunicação e criar modelos de informação que consigam chegar às mães e aos pais com filhas ou filhos com orientação sexual ou identidade de género não normativa. O surgimento da AMPLOS torna-se assim imprescindível para entender quais os problemas que interferem na compreensão da diversidade sexual humana e identidade de género.

Observamos nos discursos, como também referem Frazão e Rosário (2008), que o contacto com a população LGBT, o convívio entre pares e a participação em programas educativos sobre questões da orientação sexual e identidade de género, revelaram ser fatores fundamentais para uma transformação comportamental de mães e pais em relação à população LGBT (Frazão & Rosário, 2008).

Podemos salientar que a AMPLOS, como nos mostra a literatura, representa assim um recurso pertinente na construção de afinidades e relações baseadas em vínculos de solidariedade, confiança e de reciprocidade. Ainda, estimula o interesse e a responsabilidade com os temas públicos, cuja consequência abala o regular funcionamento das instituições e da própria democracia. Desta forma, tanto as pessoas, como toda a sociedade ficam a ganhar. A participação no plano individual e o envolvimento do grupo contribuem para a saúde e o bem-estar individual e, ainda, desenvolvem cidadãos e cidadãs mais bem informadas/os, com a aquisição de novos conhecimentos e preocupação com a vida em sociedade, devido à influência das filhas e filhos LGBTs (Lüchmann, 2014).

O discurso reflexivo de uma mãe espelha bem esta perspetiva:

Não há psicólogo, não há psiquiatra, não há livro que substitua o contacto com os outros que passaram pelo mesmo. E é muito importante o trabalho que [a AMPLOS] faz junto dos órgãos de soberania, das escolas, dos centros de saúde, porque eu acho que esta situação toda do racismo, de xenofobismo e da homofobia é o medo do desconhecido, (...). Se a sociedade for bem informada, se todos falarmos dos assuntos de uma forma mais natural haverá menos medo, haverá menos desconhecido e logo haverá atitudes mais tolerantes e menos agressivas contra aquilo que não se conhece. (Mãe-G).

Outro ponto em comum encontrado nas mães e nos pais, que deve ser inserido na discussão, consiste na benéfica relação familiar antecedente à revelação. Assim, mães e pais que procuraram a AMPLOS manifestaram a sua livre vontade de reajustamento

psicossocial face à nova realidade, sendo este o primeiro passo para alcançar o papel como ativistas. Chegando a este ponto, surge uma preocupação com outras pessoas, revelando sinais de altruísmo e empatia e uma forma manifesta de gratidão. Como observamos nos discursos, a preocupação já não tem a ver diretamente com as/os próprias/os filhas/os: consiste no sentimento de preocupação para com outras/os jovens e menos jovens, que não tiveram a sorte de terem uma mãe ou um pai com vontade de se reajustar à nova realidade, esperando que o ativismo de mães e pais possa de alguma forma ajudar as/os jovens LGBT e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

A ausência de reconhecimento de mães e pais com filhos LGBT gerou, assim, um movimento social, tornando-se visível através da sua identidade coletiva, gerada por muitas pessoas e caracterizada pela interação, pela harmonia e pela sentida tensão particular desse processo. Assim, o associativismo e o ativismo encontram-se interligados para mães e pais que seguem o caminho do ativismo.

Contudo, até conseguir alcançar o sentimento de normalização, é necessário passar por um processo de cura. Por isso, o principal foco motivador que levou mães e pais a procurar a AMPLOS consistiu na esperança de encontrar respostas para acalmar as diversas angústias e inquietações. Observamos neste estudo que o ajustamento psicossocial é finalmente alcançado, mas não deixa de ser um processo que deixa sempre marcas.

Por isso, exploramos os conselhos que mães e pais dariam às famílias que no futuro irão passar pelo mesmo processo. Assim, encontramos respostas muito variadas, dependendo da trajetória, tanto pessoal, como social. Curiosamente, a última mãe a ser entrevistada faz uma abordagem com vários conselhos importantes e que deixamos aqui para reflexão: uma orientação sexual ou uma identidade de género não fazem a pessoa, são características da pessoa; apoiar a/o filha/o incondicionalmente é importante; as reações negativas que possam sentir ao *coming out* são muito construídas socialmente; as mães e os pais têm que ser fortes para enfrentarem as pessoas e essa coragem só nos traz coisas boas; ver as/os filhas/os crescerem com segurança é fundamental para a construção do carácter e da personalidade; é muito importante conhecer as organizações de ativismo, mesmo que seja uma experiência curta, pois é um ato de cidadania fundamental; é necessário ajudar a/o filha/o a resolver o problema dentro da família e enfrentar o

preconceito, protegê-lo; pertencer a uma organização é fazer parte da mudança e sentir o coletivo que é muito importante.

Resumindo, as experiências subjetivas das famílias com filhas ou filhos com orientação sexual, expressão ou identidade de gênero não normativa e seu efeito, desenvolvem o conhecimento e a construção das relações familiares, sociais e comunitárias. O processo de aprender a ser mãe e pai de LGBT aumenta as chances de mudança e transformação da sociedade hétero-cis-normativa para uma sociedade mais aberta à diversidade e respeitadora dos Direitos Humanos. O envolvimento com o associativismo e ativismo contribui assim para uma verdadeira mudança e implementação de novas políticas públicas. O processo de ajustamento psicossocial e o empoderamento de mães e pais como ativistas no meio social e político legitima e dignifica as famílias com filhas e filhos LGBT, fazendo aumentar a visibilidade e a coragem de outras famílias em igualdade de circunstâncias. Por isso, estudos que possam contribuir para a visibilidade destas mães e destes pais e compreender os seus processos sociais ainda em construção poderão contingentemente fornecer valiosas pistas para futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, N. (1997). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (vol. 5). Rosa dos tempos. <https://scholar.google.com/scholar?client=avg&um=1&ie=UTF-8&lr&q=related:-7-HZWLA2XnGYM:scholar.google.com/>.
- Alencar, L. (2015). Sexualidades e Gênero: Breve estudo acerca da Homofobia e Heteronormatividade. *MovimentAção*, 2(2). <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/3430>.
- ALLEA – All European Academies. (2018). *Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação*. https://www.allea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital_PT.pdf.
- Araújo, L. A., Muniz, L. M. & Melo, M. dos S. (2018). Tecendo uma possível trajetória para entender os estudos de gênero e os gêneros fluidos: Ponderações a partir de performace de um casal não-binário “Sopa de gênero e a destruição dos prédios”. *Áskesis* 7(2). <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/376>.
- Audição Parlamentar n.º 24-SIND-XIII. (2018). *Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação*. Assembleia da República. <https://www.parlamento.pt/sites/COM/XIIILeg/1CACDLG/SIND/Paginas/Audicoes.aspx>.
- Barbosa, A. K. da S., Silva, C. B. da, Silva, J. A. da, Gomes, J. da S, & Silva, S. K. S. da. (2019). Gênero fluído: A autopercepção da construção de identidade de gênero fluído nos padrões normativos. *Psicologia*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1346.pdf>.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70. <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>.
- Bezerra, P. V. (2015). *Avessos do excesso: A assexualidade*. (Tese de doutoramento, UNESP, Assis, Brasil). <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/132159>.

- Braga, I. F., Oliveira, W. A., Silva, J. L., Mello, F. C. M. & Silva, M. A. I. (2018). Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 3). https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672018000901220&script=sci_arttext&tIng=pt.
- Butler, J. (2003a). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21). <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010>.
- Butler, J. (2003b). *Problemas de género - Feminismo e subversão da identidade*. Civilização brasileira. <https://drive.google.com/file/d/0BxrbJ0xD5uBkZ1B3Q1pxQ3V5S00/view>.
- Castro, R. P. de, & Reis, N. dos. (2017). Romper binários de gênero e sexualidade: Ensaiai uma educação não-binária. *Revista Margens Interdisciplinar*, 11(17). <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v11i17.5437>.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P. & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de conteúdo: Considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(1). https://scholar.google.pt/scholar?cluster=8619298986808765332&hl=ptBR&as_sdt=0,5.
- Cipriano, R. (2021, julho 6). Corunha. Detidos três suspeitos do homicídio do jovem de 24 anos. Há suspeitas de homofobia. *Observador*. <https://observador.pt/2021/07/06/policia-nacional-espanhola-detem-tres-suspeitos-do-homicidio-do-jovem-de-24-anos-samuel-luiz-na-corunha/>.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda, & D. R. Prehn (Orgs.). *Gênero e cultura: Questões contemporâneas*. EDIPUCRS. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=W2NJdZYNTqIC&oi=fnd&pg=PA13&ots=B_xUr05vLR&sig=Kn03teGR2Sii8qZip03BU5BnnY0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.
- Conselho da Europa. (2018). *Safe at school: Education sector responses to violence based on sexual orientation, gender identity/expression or sex characteristics in Europe*. <https://rm.coe.int/prems-125718-gbr-2575-safe-at-school-a4-web/16809024f5>.

Diário da República, 1.ª série – N.º 97 – 21 de maio de 2018.

Dias, I. (1994). *Família e discurso político: algumas pistas de análise*. Universidade do Porto.

Faculdade de Letras. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8463?locale=pt>.

DRE – Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/>.

Duarte, J. (2005). Entrevista em profundidade. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*, 1. Atlas.

<https://scholar.google.pt/citations?user=nNSo2ZAAAAAJ&hl=pt-PT&oi=sra>.

Faria, A. (2014, outubro 13). Conferência: A luta de pais e mães pela liberdade de orientação sexual e identidade de género. *Dezanove*.

<https://dezanove.pt/conferencia-a-luta-de-pais-e-maes-pela-700093#cutid1>.

FCT – Fundação para Ciência e a Tecnologia. (n. d.). *Código de Conduta*. Gabinete de ética e integridade científica.

[https://novoportal.uac.pt/sites/default/files/C%C3%B3digos%20de%20conduta/PT%20\(2015.07.30\)%20-%20C%C3%B3digo%20de%20conduta%20respons%C3%A1vel%20em%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20-%20FCT.pdf](https://novoportal.uac.pt/sites/default/files/C%C3%B3digos%20de%20conduta/PT%20(2015.07.30)%20-%20C%C3%B3digo%20de%20conduta%20respons%C3%A1vel%20em%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20-%20FCT.pdf).

Ferreira, M. F. (2013). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mzyHq5zFKhB5c69S6dPFfQr/?format=pdf&lang=pt>.

Fonseca de Castro, F. (2012). A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. *Ciência Sociais Unisinos*, 48(1). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93823702007>.

Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (13.ª ed.). Edições Graal. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasexualidade.pdf.

FRA – European Union Agency for Fundamental Rights. (2020). *A long way to go for LGBTI equality*. Publications Office of the European Union. https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2020-lgbti-equality_en.pdf.

- Frazão, P. & Rosário, R. (2008). O *coming out* de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 26(1).
<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/475>.
- Galano, M. H. (2006). Família e história: A história da família. In C. M. de O. Cerveny (Org.). *Família e... Casa do Psicólogo*.
https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Galano%2C+M.+H.+%282006%29.+Fam%3%ADlia+e+hist%3%B3ria%3A+A+hist%3%B3ria+da+fam%3%ADlia.+In+C.+M.+de+O.+Cerveny+%28Ed.%29%2C+Fam%3%ADlia+e...&btnG=.
- Giddens, A. (2010). *Sociologia*. (8ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. (11.ª ed.). DP&A.
- Hauer, M. & Guimarães, R. S. de. (2015). Mães, Filh@s e Homossexualidade: Narrativas de Aceitação. *Temas em psicologia* 23(3). https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=10.9788%2FTP2015.3-10.&btnG=&lr=lang_pt.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo*. (15.ª ed.). Editora Vozes.
<http://www.unirio.br/cch/filosofia/Members/ecio.pisetta/PFC.%20HEIDEGGER-%20Martin.%20Ser%20e%20tempo-%20parte%201.pdf/view>.
- Heilborn, M. L. (1997). Gênero, Sexualidade e Saúde. In *Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando responsabilidades*. UERJ.
https://scholar.google.pt/scholar?cluster=6405020266855561058&hl=pt-BR&as_sdt=0,5.
- Hesse-Biber, S. N. & Leavy, P. (2011). *The Practice of Qualitative Research*. (2.ª ed.). SAGE Publications. http://www.sagepub.com/upm-data/34088_Chapter4.pdf.
- Holanda A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 24(3).
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312006000300010.
- ILGA Portugal. (2014). *Números da violência contra as pessoas LGBT | 2013*. Observatório da discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.
<https://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/relatorioOBSERVATORIOlgbt.pdf>.

- ILGA Portugal. (2020). *Relatório anual 2019: Discriminação contra pessoas LGBTI+*. Observatório da discriminação contra pessoas LGBTI+. https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf.
- Jesus, J. G. de. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos*. (2.ª ed.). Publicação online, sem tiragem impressa. <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da heterossexualidade*. Ediouro.
- Kite, M. E. & Whitley, Jr. B. E. (2016). *Psychology of Prejudice and Discrimination*. (3rd Editions). Routledge.
- Lima, I. N. R. (2018). *O corpo humano no livro didático de biologia e ciências: Uma análise sobre suas representações*. (TCC (graduação), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Biológicas. Biologia. Florianópolis, Brasil). <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192256>.
- Lomando, E. & Wagner, A. (2009). Reflexões sobre Termos e Conceitos das Relações entre Pessoas do Mesmo Sexo. *Revista Sociais e Humanas*, 22(2). <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1184/699>.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. (6.ª ed.). Editora Vozes. <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>.
- Lüchmann, L. H. H. (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(85). <http://www.redalyc.org/pdf/107/10731727011.pdf>.
- McIntosh, P. (2009). White privilege and male privilege: A personal account of coming to see correspondences through work in women's studies. In K. Weekes (ed.). *Privilege and prejudice: Twenty years with invisible Knapsack*. Cambridge Scholars Publishing. [https://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=4yIGEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=Mcintosh,+P.+\(1988\).+White+privilege+and+male+privilege:+A+personal+account+of+coming+to+see+correspond](https://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=4yIGEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=Mcintosh,+P.+(1988).+White+privilege+and+male+privilege:+A+personal+account+of+coming+to+see+correspond)

ences+through+work+in+women%27s+studies&ots=A5cKZqFwjW&sig=ExqefATKQ
fKd3112iSmMFGP-1Ok&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3). <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Modesto, E. (2013). Transgeneridade: Um complexo desafio. *Via Atlântica*, (24). <https://doi.org/10.11606/va.v0i24.57215>.
- Moleiro, C., Pinto, N., Oliveira, J. M. & Santos, M. H. (2016). *Violência doméstica: Boas práticas no apoio a vítimas LGBT: Guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15563>.
- Mucchielli, A. (2004). Le développement des méthodes qualitatives et l'approche constructiviste des phénomènes humains. *Recherche qualitative – Hors-Série 1*. http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie/texte%20Muchielli%20actes.pdf.
- Nascimento, G. C. M. & Scorsolini-Comin, F. (2018). A Revelação da Homossexualidade na Família: Revisão Integrativa da Literatura Científica. *Trends in Psychology*, 26(3). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n3/v26n3a14.pdf>.
- Nascimento, M. (2010). Homofobia e homofobia interiorizada: Produções subjetivas de controle heteronormativo? *Athenea Digital. Revista De Pensamiento E Investigación Social*, 0(17). <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v0n17.652>.
- Nascimento, R. F. do & Garcia, M. R. V. (2018). Homo/transsexualidades e família: Análise de um grupo voltado a pais e mães de LGBTs. *Laplage em Revista* 4(3). <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/403>.
- Nogueira, C., Oliveira, J. M. (org.), Almeida, M. V., Costa, C. G., Rodrigues, L. & Pereira, M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf>.
- Neto, F. (2002). *Psicologia Intercultural*. Universidade Aberta.
- Neto, F. (2000). *Psicologia Social*. (Vol. 2). Universidade Aberta.

- Neves, P. & Guerra, R. (2015). *Teses em Ciência Sociais – Dicas Muito Práticas*. Edições Sílabo.
- Nunes, C. de M. N. S. (2010). O conceito de enfrentamento e a sua relevância na prática da psiconcologia. *Encontro: Revista de Psicologia*, 13(19). <https://revista.pgsskroton.com/index.php/renc/article/view/2519>.
- Olinto, M. T. A. (1998). Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: Um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. *Rev. Bras. Epidemiol*, 1(2). <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v1n2/06.pdf>.
- Onofre, D. M. (2006). Sexualidades “ilegítimas”. Biopolítica heterossexista y política de reconocimiento. *Nómadas*, 24. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3996706>.
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2020). *COVID-19 and the human rights of LGBTI people*. United Nations Human Rights office of the high commissioner. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/LGBT/LGBTIpeople.pdf>.
- Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. In A. Quinei & M. A. C. Jorge (Orgs.). *As homossexualidades na Psicanálise: Na história de sua despatologização*. Segmento Farma.
- Patton, M. Q. (1988). *Qualitative evaluation methods*. (9.ª ed.). SAGE publications. <https://www.gwern.net/docs/sociology/1980-patton-qualitativeevaluationmethods.pdf>.
- Pinsky, C. B. (2009). Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, 17(1). <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100009>.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual – Práticas subversivas de identidade sexual*. N-1 edições. https://www.academia.edu/16433572/Manifesto_contrassexual__beatriz_preciado.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.ª ed.). Gradiva. <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>.

- Reis, N. dos & Castro, R. P. de. (2019). Narrativas de experiências na não-binaridade: Discutindo gênero, identidades e diferenças. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 4(11). <http://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5979/pdf>.
- Reis, N. dos & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: Identidades, expressões e educação. *Reflexão e Ação*, 24(1). <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.
- Ricardo, H. R. da S. (2016). *Identidades e Expressões de Género: Trabalho de projeto para famílias de crianças com comportamentos de género não-normativos*. (Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal). <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12528>.
- Riso, L. (2021, junho 16). Hungria aprova lei que impede conteúdos LGBT em escolas ou canais infantis. *Sábado*. <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/hungria-aprova-lei-que-impede-conteudos-lgbt-em-escolas-ou-canais-infantis>.
- Rosa, A. N., Barr, A. N. A. & Souza, L. C. R. de. (2017). *O luto dos pais na descoberta da homossexualidade dos filhos*. (Monografia, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO, Lins, Brasil). <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61047.pdf>.
- Ryan, C., Huebner, D., Díaz, R. & Sánchez, J. (2009). Family rejection as a predictor of negative health outcomes in white and latino lesbian, gay, and bisexual young adults. *Pediatrics*, 123(1). <https://www.semanticscholar.org/paper/Family-Rejection-as-a-Predictor-of-Negative-Health-Ryan-Huebner/dc50daf047dd7992f70cc327631386e350484c01>.
- Saavedra, L. & Ferreira, A. (2013). A reconstrução identitária das figuras parentais no *coming out* dos filhos e filhas: Sugestões para a intervenção. *Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadania*, 2(2). <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28038>.
- Saleiro, S. P. (2012). *A transexualidade e o género: Identidades e (in)visibilidades de homens e mulheres transexuais*. Associação Portuguesa de Sociologia. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16544>.

- Santos, A. C. (2009). De objeto a sujeito? Olhares mediáticos sobre o activismo LGBT português. *Media & Jornalismo* 8(2).
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79647>.
- Santos, A. C. (2003). Orientação sexual em Portugal: Para uma emancipação. In B. de S. Santos. *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Civilização brasileira.
- Silveira, E. L. (2015). A dissolução da identidade em corpos complexos: Para além do binarismo masculino/feminino. (Ed. 17). *Temporalidades* 7(2).
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5623>.
- Sousa, L. (2007). *A prática da Antropologia*. Universidade Aberta.
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6725/4/A%20Pr%C3%A1tica%20da%20Antropologia_reposit%C3%B3rio.pdf.
- Souza, J. F. de. (1999). *Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: Implicações para a educação infantil*. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd.
https://scholar.google.pt/scholar?cluster=4277226998901241132&hl=ptBR&as_sdt=0,5.
- Toledo, L. G. & Teixeira Filho, F. S. (2013). Homofobia familiar: Abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672013000300005&lng=pt&tlng=pt.
- Velho, R. (2016). *O coming out dos jovens gays aos pais e mães*. (Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal). <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12808>.
- Vianna, C. P. (2015). O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: Perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, 41(3).
<https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>.
- Vieira, C. M. L. P. (2009). *Sexualidades juvenis: Continuidades e mudanças. Um estudo qualitativo no distrito do Porto*. (Tese de doutoramento, Universidade Aberta, Porto, Portugal).



ANEXOS


Anexo B – Guião de entrevista semiestruturada – Perguntas exploratórias

1. Poderia, na medida do possível, contar/descrever o momento e as circunstâncias associados à descoberta/revelação (como tomou conhecimento) da orientação sexual ou da identidade de género da filha ou filho?
2. Recorda-se do modo como, na altura, lidou com a notícia? Recorda-se do que pensou, do que sentiu e de como reagiu...?
3. Poderia falar um pouco de como foi vivendo a situação, quais foram as maiores dificuldades e como conseguiu, ao longo da sua vida, enfrentá-las?
4. Consegue identificar o que foi mais difícil e porquê? E neste processo o que foi mais fácil? Porquê?
5. Como foi o processo de lidar com as emoções e sentimentos resultantes desse processo? Dentro do seu contexto de vida quem a/o ajudou mais neste processo? Família, amigas/os, profissionais... quem?
6. Em que medida esta sua experiência afetou, ou não, o modo como se foi relacionando com a filha ou filho? Quer falar um pouco sobre este assunto? E com as restantes pessoas mais importantes na sua vida? Quer falar um pouco sobre este assunto?
7. Poderia contextualizar um pouco a sua aproximação ao ativismo LGBT e descrever esse processo? O que procurava? O que encontrou? O que o/a fez ficar?
8. Se pudesse mudar alguma coisa em TODO este processo, o que mudaria e porquê?
9. Neste seu percurso como mãe/pai de LGBT há algo que considere significativo/importante na sua vida? Porquê?
10. Se pudesse dar um conselho às mães e pais que no futuro irão passar por todo este processo, o que diria? Porquê?

Anexo C – Registo de assentimentos

Detalhes da reunião ✕



 Pessoas (2)  Chat

 20:44

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO

Declaro que aceito participar no estudo “Aprender a ser mãe e pai de LGBT: O ativismo social e político da família pela igualdade de direitos de pessoas LGBT” (título provisório) tendo sido informada/o sobre o objetivo da investigação, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar, a todo o tempo, a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

 Enviar uma mensagem a todas as pessoas 

Anexo D – Excerto de análise das entrevistas: categorização

etra | Parágrafo | Estilos

2 | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 | 12 | 14 | 16

PAI-C
Tempo de gravação: 35:54

Questão: Como tomou conhecimento da identidade de género do seu filho?

- Esse momento aconteceu há... tinha ele quinze anos, ele veio ter comigo perto da meia noite, eu estava a trabalhar e pediu-me se podíamos falar que era importante, mas depois disse: - mas como estás a trabalhar deixa estar -, e eu disse: - então? podemos falar! -, - não, não, podemos falar amanhã -, disse ele. **Comecei a perceber mais ou menos o contexto, porque desde algum tempo ele tinha mudado**, tinha-se começado a vestir... **ele sempre se vestiu um bocado neutro mais rapaz que rapariga**, mas começou a ser mais ativista, andava com bandeiras LGBT, começou a ir as manifestações, começou a ter esse tipo de atitude. **E ele quando veio ter comigo estava com dificuldade em falar e eu percebi a dificuldade, e então eu perguntei-lhe se ele era lésbica ou se era um rapaz, porque percebi que podia haver aqui uma confusão entre as duas situações, e ele explicou-me que era um rapaz, que desde há dois anos que andava a tentar perceber isso e que agora estava pronto para falar connosco**. Já tinha tentado falar com a mãe, que eu vivo separado da mãe, tinha tentado falar com a mãe e não tinha conseguido, tinha tentado falar comigo não tinha conseguido, só tinha conseguido falar com uma tia. Pronto, tivemos uma conversa bastante aberta, eu perguntei-lhe tudo, ele nessa semana estava comigo, isto foi uma sexta feira à noite e ele no sábado de manhã foi ter com a mãe, contar a mãe, depois voltou para o pé de mim porque por sinal nesse dia a minha mãe fazia anos, **a minha mãe fazia oitenta e sete anos e havia festa de família cá em casa. Toda a família soube menos a minha mãe, a minha mãe só soube passado uns dias, não havia nenhum problema, mas era só para não termos aqui um grande alvoroço pela casa (riso). Mas pronto correu tudo bem com a família, não houve problemas nenhuns.** Ahmm... neste caso da transsexualidade normalmente é um pouco mais complexo, porque o meu filho com quatro anos já queria ser um rapaz, entre os quatro e cinco anos ele pediu-me a mim e a mãe, na altura vivíamos juntos, ele sempre, até talvez aos doze anos, sempre usou só a parte de baixo do fato de banho na

FF Fernanda Ferreira
Os sinais

FF Fernanda Ferreira
A revelação

FF Fernanda Ferreira
O enfrentamento

Concen